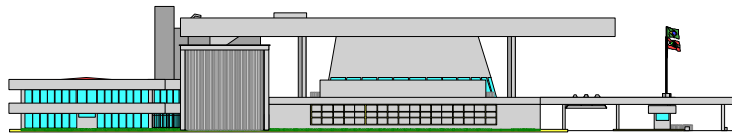


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 27 DE JULHO DE 2009

NÚMERO 6.066

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL**
Líder: Angela Albino

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2066
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Atos da Mesa	
Atos da Mesa.....	2
Publicações Diversas	
Audiências Públicas	5
Aviso de Licitação.....	29
Extratos	29
Portarias	30

ATOS DA MESA**ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 239, de 27/07/2009**

Dispõe sobre o uso das dependências de
acesso público do Palácio Barriga-Verde.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA,
no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo
único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÃO INICIAL**

Art. 1º O uso das dependências de acesso público do Palácio
Barriga-Verde, sede da Assembleia Legislativa do Estado de Santa
Catarina, nos termos do presente Ato, será coordenado pela Diretoria-
Geral, ouvida a Mesa.

**CAPÍTULO II
DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA**

Art. 2º O acesso principal do Palácio Barriga-Verde destina-se
aos Deputados, autoridades e ao público, facultada sua utilização aos
servidores.

§1º Excepcionalmente, por razões de logística ou segurança
definidas pela Administração, o acesso principal será utilizado para
carga e descarga.

§2º Os demais acessos serão preferencialmente destinados
aos servidores e fornecedores.

Art. 3º Será permitido a qualquer pessoa, adequadamente
trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer
no Palácio Barriga-Verde durante o expediente e assistir das
galerias às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.

Art. 4º É vedada a prática de comércio de qualquer
natureza nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

Art. 5º O acesso ao posto de atendimento bancário e o
uso dos caixas eletrônicos no interior do Palácio Barriga-Verde é
exclusivo para Deputados, servidores efetivos e comissionados,
empregados terceirizados e estagiários, e seus dependentes.

Art. 6º São proibidos o acesso e a permanência de
animais no interior do Palácio Barriga-Verde, exceto no caso de cão-
guia, na forma da lei.

**CAPÍTULO III
DA IDENTIFICAÇÃO**

Art. 7º O porte visível de crachá de identificação pessoal au-
torizador do acesso e trânsito nas dependências do Palácio Barriga-
Verde é obrigatório ao público e aos servidores efetivos e
comissionados, empregados terceirizados e estagiários, dentro e fora
de seu horário de expediente.

Parágrafo único. Os Deputados poderão autorizar a dispensa
da identificação de seus acompanhados.

Seção I**Dos Servidores**

Art. 8º A Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais expedi-
rá os crachás de identificação de servidores efetivos e
comissionados, empregados terceirizados e estagiários.

§1º A Diretoria Administrativa e de Tecnologia informará imedi-
atamente à Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais a admissão
ou demissão de empregados terceirizados e estagiários para efeito de
confeção de crachás, cabendo à primeira o controle de distribuição e
recolhimento.

§2º O extravio de crachás deverá imediatamente ser infor-
mado à Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, mediante comu-
nicação da chefia do setor onde se encontre lotado o servidor efetivo e
comissionado, o empregado terceirizado ou o estagiário, sendo que:

I- o primeiro crachá será fornecido gratuitamente e as
demais vias solicitadas por extravio implicarão em custos de
confeção descontados em folha de pagamento;

II- até a confeção do novo crachá a Coordenadoria de
Atos e Registros Funcionais fornecerá identificação temporária; e

III- as demais vias de crachás solicitados por empregados
terceirizados e estagiários deverão ser informadas à Diretoria
Administrativa e de Tecnologia para determinar o devido desconto
em folha de pagamento.

Art. 9º Os militares lotados na Casa Militar se identificarão
obedecendo a regra própria de sua corporação.

Art. 10. Os empregados do posto de atendimento bancário
que funciona no Palácio Barriga-Verde e os do sindicato e das
associações de servidores ativos e inativos da ALESC portarão
crachá de identificação próprio fornecido por seus respectivos
empregadores.

Seção II
Do Público Externo

Art. 11. Cabe à Diretoria de Comunicação Social a identificação dos jornalistas credenciados e dos que eventualmente realizem cobertura das atividades da ALESC.

Art. 12. A Coordenadoria de Informações expedirá os crachás de identificação do público externo.

Parágrafo único. O público externo deverá apresentar documento de identificação para fins de registro de dados em cadastro na Coordenadoria de Informações.

Art. 13. Fornecedores credenciados ou autorizados pela Administração portarão identificação específica obtida junto ao Corpo da Guarda.

Seção III

Das Atividades Fora do Horário de Expediente

Art. 14. Fora do horário das atividades mencionadas no art. 7º o controle do trânsito de veículos e de pessoas será de responsabilidade da Casa Militar, permitindo-se o acesso de servidores mediante apresentação do crachá funcional ao Corpo da Guarda.

Parágrafo único. Antecipadamente autorizados e credenciados pela Diretoria Administrativa e de Tecnologia, funcionários ou prepostos de empresas contratadas para realização de obras e serviços gerais poderão, excepcionalmente, acessar ao Palácio Barriga-Verde.

CAPÍTULO IV
DO USO DAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS

Seção I

Da Destinação

Art. 15. O Plenário Deputado Osni Régis destina-se à realização das sessões previstas no Regimento Interno e das sessões do Programa Parlamento Jovem.

Art. 16. O Plenário Deputado Paulo Stuart. Wright e o Auditório Antonieta de Barros destinam-se às audiências públicas, atos parlamentares solenes, palestras, simpósios, reuniões, fóruns, conferências e congressos, exclusivamente da ALESC.

Parágrafo único. Cada Deputado poderá realizar, de forma não cumulativa, um ato parlamentar solene por sessão legislativa.

Art. 17. A Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e o Espaço Cultural Jerônimo Coelho destinam-se às exposições, lançamento de obras literárias e demais atividades culturais.

Art. 18. As salas de reunião das comissões destinam-se prioritária e sequencialmente às atividades das comissões permanentes e temporárias, aos fóruns parlamentares e a reuniões administrativas.

Art. 19. Mediante aprovação da Mesa, quando tratar-se do Auditório Antonieta de Barros, e da Presidência, quando tratar-se dos demais espaços definidos nos arts. 15, 16 e 17, o uso para eventos sem fins lucrativos, desde que caracterizado o interesse público, excepcionalmente poderá ser autorizado para reuniões de:

- I- diretório regional de partido político;
- II- entidade sem fim econômico; e
- III- pessoa física, exclusivamente para os espaços e atividades definidos no art. 17.

§1º A solicitação de uso, protocolada junto à Secretaria-Geral, será dirigida ao Presidente com antecedência mínima de quinze dias.

§2º O responsável pela solicitação de uso firmará junto à Coordenadoria de Eventos o termo de permissão de uso constante do Anexo Único, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do evento, sob pena do seu cancelamento.

§3º É vedado o uso dos espaços objetos deste Ato para realização de:

- a) evento de formatura, exceto os da Escola do legislativo e da Escola de Governo, esta limitada a um por ano;
- b) culto religioso de qualquer natureza; e
- c) atividades nos finais de semana e feriados, excetuando-se os eventos promovidos por partidos políticos.

Seção II

Da Limitação de Uso e do Agendamento

Art. 20. O uso dos espaços, para as atividades previstas nos incisos II e III, do art. 19, fica limitado a uma liberação mensal.

Parágrafo único. Os controles administrativo e de agenda de utilização dos espaços de que tratam os arts. 15, 16, 17 e 18, serão exercidos pela:

- a) Diretoria Legislativa, para o Plenário Deputado Osni Régis;
- b) Coordenadoria das Comissões, para as salas de reunião das comissões; e
- c) Coordenadoria de Eventos, para o Plenário Deputado Paulo Stuart. Wright, para o Auditório Deputada Antonieta de Barros, para a Galeria Ernesto Meyer Filho e para o Espaço Cultural Jerônimo Coelho.

Seção III
Da Infraestrutura

Art. 21. A infraestrutura para o uso dos espaços de que trata este Ato compete à Coordenadoria de Serviços Gerais, mediante solicitação expressa dos setores nominados no art. 20, parágrafo único, a, b e c.

§1º Entende-se por infraestrutura para efeito do uso do espaço do Plenário Deputado Osni Régis, a disponibilização de pessoal técnico, especializado e de apoio, de materiais, de equipamentos e de utensílios imprescindíveis à realização das sessões.

§2º Para os casos previstos nos incisos I, II e III, do art. 19, e quando o uso dos espaços de que tratam os arts. 16, 17 e 18 for agendado para atividade parlamentar, a infraestrutura limitar-se-á à sonorização, excetuados os atos parlamentares solenes que serão realizados na forma do disposto no parágrafo anterior.

§3º Os setores responsáveis pelo agendamento remeterão, diariamente, à Coordenadoria de Informações e à Diretoria-Geral, planilhas atualizadas de eventos agendados.

CAPÍTULO V
DO USO DOS ESTACIONAMENTOS

Seção I

Do Uso das Vagas

Art. 22. As vagas de estacionamento descobertas, contíguas à guarita do acesso principal do Palácio Barriga-Verde, destinam-se a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ao idoso e à imprensa, mediante identificação no local.

Art. 23. As vagas do estacionamento coberto, situado no acesso principal do Palácio Barriga-Verde, destinam-se exclusivamente a veículo de Deputado ou de terceiro por este autorizado.

Parágrafo único. A circulação de veículo na área de acesso às vagas de que trata o *caput* poderá ser autorizada para embarque e desembarque de passageiro.

Art. 24. As vagas do estacionamento localizado nos fundos do Palácio Barriga-Verde destinam-se aos veículos de gabinetes parlamentares e servidores, e para carga e descarga.

Art. 25. As demais áreas de estacionamento disponibilizadas pela Assembleia Legislativa destinam-se aos veículos de gabinetes parlamentares e de servidores.

Seção II

Do Controle de Acesso

Art. 26. O controle do acesso aos estacionamentos será executado pela Casa Militar, observados os seguintes critérios:

- I - os fornecedores regulares deverão ser previamente credenciados junto à Casa Militar;
- II - os fornecedores eventuais submeter-se-ão a autorização caso a caso;
- III - os veículos de servidores efetivos e comissionados deverão ser cadastrados junto à Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, que emitirá selo padrão de identificação em coloração representativa do respectivo turno de trabalho, para ser afixado em local visível, na face interna do parabrisa, sendo:
 - a) amarelo, para o turno matutino, das 07h às 13h;
 - b) verde, para o turno vespertino, das 13h às 19h;
 - c) azul, para turno integral; e
 - d) vermelho, para as vagas de gabinetes parlamentares, independente de turno; e
- IV - cada servidor credenciará apenas um veículo.

CAPÍTULO VI
DA SEGURANÇA

Seção I

Do Porte de Arma e do Detector de Metal

Art. 27. Excetuados os membros da segurança previstos no art. 172 do Regimento Interno, é proibido o porte de arma de qualquer espécie no Palácio Barriga-Verde.

Art. 28. Para ingresso no Palácio Barriga-Verde utilizar-se-á detector de metal e sua recusa poderá resultar em busca pessoal nos termos da legislação vigente ou na proibição do acesso.

§1º Será afixado nos pontos de entrada e saída dos ambientes controlados por detector de metal, aviso, também em linguagem braille, sobre os riscos do equipamento à saúde do portador de marca-passo.

§2º O portador de aparelho marca-passo, após revista pessoal, terá ingresso autorizado sem submeter-se ao sistema de detecção de metal.

Seção II

Da Saída de Material e de Equipamento

Art. 29. Os servidores e visitantes ao saírem do Palácio Barriga-Verde portando volumes, materiais ou equipamentos, identificar-se-ão junto à Coordenadoria de Informações para registro da respectiva propriedade, sendo facultada a exigência de prova pela Administração.

Parágrafo único. No caso de bens tombados pelo patrimônio da ALESC, é obrigatória a expressa autorização da Gerência de Patrimônio.

Seção III
Da Vigilância Eletrônica
Subseção I

Do Plano Diretor

Art. 30. A Mesa aprovará plano diretor elaborado pela Casa Militar para manutenção de sistema de vigilância eletrônica nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

Subseção II
Do Monitoramento

Art. 31. Será ininterrupto o sistema de vigilância eletrônica pela Casa Militar e monitorado exclusivamente por policial militar nela lotado, inclusive aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 32. A suspensão temporária, total ou parcial do sistema de vigilância eletrônica, devidamente comunicada a Casa Militar somente poderá ser autorizada pelo Presidente.

Art. 33. Excetuados os casos estratégica e justificadamente especificados no plano diretor, utilizar-se-ão para a vigilância eletrônica, câmeras de segurança instaladas nas áreas de circulação interna e externa, observados os direitos à privacidade e à imagem previstos em lei.

Subseção III

Da Armazenagem e da Disponibilização da Imagem

Art. 34. A Casa Militar manterá armazenadas pelo período mínimo de dez dias as imagens gravadas, apresentando, imediatamente, relatório das irregularidades detectadas à Diretoria-Geral.

§1º A disponibilização de imagens será possibilitada quando justificadamente requerida à Mesa e deferida pela Procuradoria Jurídica, ou por requisição judicial.

§2º A disponibilização de imagens ocorrerá com o fornecimento, pelo requerente, de disco de vídeo digital (DVD), ou equivalente, mediante assinatura de termo de responsabilidade de uso.

Subseção IV

Da Sinalização de Aviso

Art. 35. Nos locais em que funcionarem câmeras de segurança serão afixados avisos indicativos do monitoramento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O disposto no presente Ato aplica-se, quando couber, às sessões e às reuniões realizadas fora da sede da ALESC.

Art. 37. Este Ato entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Art. 38. Ficam revogados os Atos da Mesa n. 532, de 11 de maio de 2004; e o n. 134, de 14 de abril de 2009.

Deputado **JORGINHO MELLO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

ANEXO ÚNICO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Termo de Permissão Simples de Uso de Espaço que celebram entre si a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e

(nomeação da entidade)

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO PREÂMBULO**

PERMITENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Jorge da Luz Fontes, nº. 310, CEP 88020-900, Centro, Florianópolis, SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.599.191/0001-87, doravante denominada ALESC, neste ato representado por seu Presidente, Deputado

PERMISSIONÁRIO (a): _____, (pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado), com endereço / sede na Rua _____ nº. _____

CEP: _____ CNPJ/CPF _____ telefone _____, doravante denominado (a) _____, neste ato representado por seu representante legal.

FUNDAMENTO LEGAL: Este é regido pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores e subsidiariamente, pela civil aplicável.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

1. O objeto deste termo, considerando o atendimento ao interesse público, é a permissão simples de uso de espaço(s) situado(s) na parte interna do prédio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, denominado(s) _____ (espaço a ser utilizado), de forma gratuita, para utilização pelo(a) permissionário(a), destinado(s) à _____ (nomeação do evento).

2. A permissão constante deste Termo não implica a exclusividade do uso dos ambientes ou segmentos da edificação.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA FINALIDADE**

1. O espaço objeto desta Permissão Simples de Uso destinar-se-á, única e exclusivamente, para realização de _____, (nomeação do evento), nos dias _____, no horário das

_____ às _____ horas, não podendo ser utilizada para a finalidade diversa sem o consentimento prévio e por escrito da ALESC.

2. O(a) Permissionário(a) não poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações oriundos deste Termo de Permissão a terceiros sem a concordância por escrito da ALESC.

CLÁUSULA QUARTA

DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO

1. Afora os casos de indenização assumidos neste Termo por parte do(a) Permissionário(a), do presente ajuste não redundará, sob qualquer hipótese, nenhuma despesa às partes que o celebram e, em consequência, não se fixa valor, tampouco pagamento, reajustamento ou dotações.

CLÁUSULA QUINTA

DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO

1. A presente Permissão Simples de Uso tem caráter precário e o ajuste de que trata este Termo abrange unicamente o evento explicitado na Clausula Terceira e restringe-se à(s) data(s) ali estipulada(s).

CLÁUSULA SEXTA

DA INEXECUÇÃO, RECISÃO, ALTERAÇÃO E SANÇÕES

1. O desvio de finalidade de permissão, a não utilização adequada do espaço disponibilizado, bem como a infringência de quaisquer das cláusulas aqui estabelecidas, implicará na revogação do Termo de Permissão Simples de Uso.

2. As condições estabelecidas no presente Termo poderão ser alteradas a qualquer tempo, por ato unilateral e discricionário da ALESC em atendimento ao interesse da coletividade ou em função de razões sopesadas pela Administração.

3. Findo o evento permitido. O(a) Permissionário(a) se obriga a devolver à ALESC o espaço utilizado, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, em até _____ horas, nas mesmas condições em que o recebeu e completamente livre e desembaraçado de pessoas e coisas, para que o setor competente da ALESC, juntamente com o preposto do(a) Permissionário, proceda à vistoria das instalações e equipamentos.

4. O Permissionário também se responsabiliza por danos eventualmente sofridos pela ALESC ou por terceiros em decorrência da atividade no espaço permitido as hipóteses de caso fortuito ou força maior, segundo a definição inserta no art. 393, parágrafo único, do Código Civil.

5. Fica convencionado que a ALESC, no uso da suas prerrogativas, poderá determinar a cessação do uso, sem que com isso se sujeite ao pagamento de qualquer multa ou indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Independentemente de a ALESC possuir segurança próprio, o(a) Permissionário (a) será responsável pela segurança e guarda dos seus equipamentos, como também dos demais objetos e valores deixados no prédio, não cabendo à ALESC nenhum ônus ou responsabilidade decorrente de danos, sinistros, furtos e/ou roubos que eventualmente venham ocorrer, mesmo que o espaço esteja sob sua vigilância.

2. A manutenção do(s) espaço(s) ora cedidos caberá somente a (o) Permissionário(a), a quem incumbe, terceiros em decorrência da atividade desenvolvida no(s) espaço(s).

3. A ALESC, em nenhuma circunstância, será responsável pelo pagamento de qualquer indenização decorrente das atividades desenvolvida(s) pelo(a) Permissionário(a) no espaço permitido.

4. As partes comprometem-se a manter reserva em relação a terceiros, acerca das informações que tiverem acesso em razão da atividade decorrente deste ajuste, exceto daquelas que devam merecer publicidade em face deste princípio de direito.

5. Os casos não previstos serão dirimidos de conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie e, subsidiariamente, conforme orientar a legislação civil.

CLAUSULA OITAVA

DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca da Capital, para eventuais demandas advindas deste Termo de Permissão de Uso.

E por estarem justas e acordes, assinam as partes o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Florianópolis, ____ de _____ de _____.

Presidente da ALESC

Representante Legal do(a) Permissionário(a)

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 240, de 27/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **LUIZ CARLOS PADILHA PUTTKAMMER**, matrícula nº 0781, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 20 de julho de 2009 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 241, de 27/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0747/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **ROMARIO DA SILVA**, matrícula nº 1485, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 08 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 242, de 27/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Protocolo de Intenções celebrado entre o Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina e o Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul,*

PRORROGAR até 31 de dezembro de 2010, os efeitos do Ato da Mesa nº 080, de 11/04/2007, que colocou à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o servidor **WALMOR BITTENCOURT CORREA**, matrícula nº 0613, a partir de 01 de agosto de 2009, com ressarcimento pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 243, de 27/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1179/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **EVANDRO GONÇALVES PEREIRA**, matrícula nº 1879, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 26 de junho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O TEMA "POR QUE PRECISAMOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO?", REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2009, ÀS 9H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NESTA CASA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Senhoras e senhores, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela senhora deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa.

Isso acontece através do Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação e do Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região.

Os membros desta Comissão estarão reunidos com as autoridades para debate, estudo e abordagens, para garantir um espaço democrático sobre o tema "Por que precisamos da Conferência Nacional de Comunicação?"

Eu tenho um pequeno texto aqui que coloca como referência: O Brasil precisa de uma Conferência Nacional de Comunicação. *(Passa a ler.)*

"Não há sociedade democrática sem meios de comunicação social e também democráticos. A Constituição Federal brasileira reconhece a natureza pública da área da comunicação e sua importância vital para toda a Nação.

Embora ela vigore há duas décadas, os artigos constitucionais sobre a comunicação ainda não foram regulamentados. Para complicar ainda mais, a comunicação ficou mais complexa. Passamos a conviver com as convergências tecnológicas, aceleradas pela digitalização.

Precisamos de novas leis que deem conta dos problemas históricos do setor e das implicações sociais, econômicas, culturais e políticas produzidas pelas novas tecnologias.

Precisamos de uma Conferência Nacional de Comunicação para debater e propor políticas públicas e fórmulas de controle público. E ela já tem data para acontecer: dias 1º, 2 e 3 de dezembro deste ano. Até lá, teremos as etapas municipais e, depois, as estaduais.

Nessa cartilha, que todos os senhores já receberam ou vão receber, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação expõe

as razões pelas quais defende que a Conferência Nacional de Comunicação seja plural e democrática e conchama todos, todos mesmo, para essa importante luta."

Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: excelentíssima deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc; senhor Thiago Skárnio, articulador regional sul da Ação Cultural Digital, neste ato representando o Ministério da Cultura; senhor Pedrinho Guarechi, professor da Universidade do Rio Grande do Sul; senhora Ana Lopes, representante do Conselho Federal de Psicologia; senhor Celso Francisco Todin, presidente do Conselho Regional de Psicologia; senhor Valci Zuculoto, representante da Fenaj; senhora Jaira Rodrigues, coordenadora do Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação; senhora Vera Gasparetto, neste ato representando o presidente da CUT/SC, senhor Neudi Antônio Giachini.

Registramos a presença da senhora Luciléia Pereira, presidente do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina; e do senhor Rubens Lunge, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e diretor da Fenaj.

Passo a palavra à deputada Odete de Jesus, para darmos início aos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Cumprimento os membros da mesa e os demais presentes.

Estou representando todos os integrantes da Comissão de Legislação Participativa, que deu esse espaço democrático para se discutir um tema muito importante.

Hoje estamos dando início a este debate de suma importância para Santa Catarina, um Estado que sempre foi e será pioneiro em muitas ações para os outros Estados, os quais, tenho certeza, também já estão debatendo esse tema, para que seja levado a Brasília e o Brasil todo possa se manifestar.

As famílias merecem respeito, e já que pagamos por tudo - pagamos para nascer, para viver, para morrer -, temos o direito de saber o que entra na nossa casa, temos o direito de saber o que a nossa criança, a nossa família está absorvendo. Falo mais da criança porque ela está desaprendendo. A família lutou para formar o caráter dela, mas através da mídia, da Internet, essa criança está desaprendendo. Então, nós também somos responsáveis por essa poluição que muitas vezes é jogada dentro do nosso lar. Por isso o tema hoje é muito importante.

Quero parabenizar o Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação, na pessoa da sua coordenadora, Jaira Rodrigues, e os demais integrantes, que se envolveram para discutir um tema tão

importante. Também quero parabenizá-los pela cartilha, a qual tive o cuidado de ler, e, analisando-a, pude constatar a importância do seu conteúdo. É uma cartilha pequena, mas diz muita coisa, e deve ser bastante divulgada. Por isso a TVAL e a Rádio Aleisc Digital irão divulgá-la aos quatro cantos do nosso Estado.

Sabemos que a nossa TV e a nossa Rádio são bastante ouvidas em vários municípios, logo, a população vai estar bem inteirada. E também pela Internet, principalmente. A Internet absorve e divulga coisas que às vezes não são verdade, mas a pessoa acha que o que está ali é verdade. Por isso que as nossas crianças quando consultam a Internet são violadas nos seus direitos, pela pedofilia.

Então, senhores, a porta da Comissão de Legislação Participativa está aberta para qualquer momento que quiserem voltar. Porque muitas vezes temos que insistir naquilo que queremos, e queremos o melhor para a população.

Deixo a porta da Comissão totalmente aberta. E este Parlamento também está de porta aberta para que vocês possam usá-lo para divulgar.

Parabéns por este evento. Tenho certeza de que ele vai contribuir muito. Sempre sobre as coisas boas, nós temos que dar o pontapé inicial, e vamos ter muitas pessoas que estarão aplaudindo e contribuindo. Vamos ter que dar um basta, e a democratização chega para ser discutida e encontrar muitos parceiros pelo Brasil afora.

Em nome dos integrantes desta Comissão, quero parabenizar mais uma vez todos os envolvidos.

Muito obrigada e uma boa manhã de trabalho.

Vou ficar aqui só um pouquinho, porque temos sessão às 9h, que já iniciou. Mas está aqui a minha assessoria, que irá dar todo o respaldo para vocês.

Um abraço bem grande, e que Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Gostaria de aproveitar a ocasião e registrar a presença do senhor Cássio Turra, representando o deputado Padre Pedro Baldissera, e do senhor Wagner Dalbosco, representando o deputado Pedro Uczai.

Passo o comando dos trabalhos agora à senhora Jaira Rodrigues, coordenadora do Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação.

Desejo a todos uma boa reunião e que as soluções sejam encontradas para a nossa juventude.

Muito obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Bom-dia. Inicialmente, gostaria de agradecer a presença de todos.

Não há sociedade democrática sem meios de comunicação democráticos. É pensando nisso que os movimentos sociais de Santa Catarina - aqui representados pelo Comitê do FNDC de Santa Catarina - e os de todo o Brasil - aqui representados pelo Comitê Nacional pela Democratização da Comunicação - estão já há algum tempo se mobilizando para que essa Conferência anunciada agora pelo governo Lula possa acontecer.

Existe nacionalmente toda uma mobilização. Nós estivemos reunidos no dia 18 e 19 de maio no Legislativo em Brasília articulando também essa mobilização nacional, e gostaríamos de parabenizar a Aleisc porque, nacionalmente, foi a primeira Assembleia Legislativa a se manifestar a favor da Conferência, além de ter sido uma grande parceira dos movimentos sociais, aqui representados pelo FNDC de Santa Catarina.

Inclusive, esta audiência hoje já é uma atividade em parceria. E para além dela temos já programadas discussões municipais de caráter regional em oito regiões do Estado e a articulação da Conferência Nacional.

É importante destacar que ao governo cabe a responsabilidade de chamar essa Conferência e a nós, enquanto sociedade civil, cabe dizer que queremos participar desse debate, para que ele seja efetivamente democrático e possamos construir políticas públicas para a comunicação.

Neste momento, gostaria de nos aquecer com um vídeo sobre comunicação, por dois minutos.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

Esse vídeo mostra, rapidamente, o que queremos discutir na Conferência Nacional de Comunicação enquanto sociedade civil. Para além da discussão dos meios, das concessões, a gente quer discutir conteúdo da programação, quer políticas que ajudem a regular essas políticas. Por isso que o Conselho de Psicologia está tão atuante, tão presente com o Comitê nessa luta.

Com a palavra a senhora Vera Gasparetto, representando a CUT/SC

A SRA. VERA GASPARETTO - Bom-dia a todos os companheiros e companheiras.

Por que a CUT está nesse processo de conferência? A CUT faz parte do Fórum Nacional pela Democratização há muito tempo, e, desde o início, quando começamos, estávamos numa plenária do FNDC, realizada no hotel Valerim, aqui em Florianópolis, quando foi tomada a decisão de fazermos essa luta de Davi contra Goliás, que era

chamar uma conferência nacional especialmente convocada pelo Poder Público para que ela fosse deliberativa. Porque sabemos que os donos da mídia não vão topar fazer um debate se este não for mediado pelo Estado brasileiro. Assim já é difícil, imaginem a gente fazer uma conferência apenas com a boa-vontade do movimento social, do movimento popular e do movimento sindical.

Então, estamos neste debate porque entendemos que somente se houver a democratização dos meios de comunicação vamos conseguir mudar a sociedade brasileira e realizar realmente uma transformação na realidade deste país, para promover um desenvolvimento que seja sustentável, que seja solidário, dentro de uma perspectiva de distribuição de renda, de construção de democracia, de participação popular e de cidadania ativa.

E não só a democratização desses meios, para que cheguem às mãos de quem realmente faz este país, que é o povo brasileiro, mas também, como disse a Jaira, a questão do conteúdo que será produzido, com a gente fazendo o controle social desse conteúdo, construindo novos modelos de sociedade, novos paradigmas de civilização neste país.

É para sairmos desse lugar que nós nos encontramos hoje, porque não adianta só sermos uma das maiores economias do mundo com tal concentração de renda. E acreditamos que isso só será possível com a democratização da comunicação, que é a maior dívida histórica que o Estado brasileiro tem para com a sociedade.

Então, a posição da CUT na Conferência, que não é uma posição pessoal que estou trazendo, mas uma posição que vem sendo construída ao longo dos anos, é exigir que o Estado brasileiro se posicione para, de fato, dividir esse bolo também, essa fatia. Entendemos que não adianta, na Conferência, o Estado brasileiro ser só o mediador do debate, ele tem que se posicionar e fazer uma política compensatória e afirmativa na área da comunicação. Não adianta só chegar lá e dizer: agora se põe para se digladiar de um lado a sociedade civil e de outro os empresários das comunicações; há medidas que já podem ser tomadas no decorrer do processo da Conferência.

A gente entende também que a Conferência é um processo em curso já há muito tempo. Nessa caminhada, hoje é o momento de celebrar, de comemorar, mas é também o marco de um momento cada vez maior de mobilização, que precisa ser feita. Aos poucos, vamos somando novas adesões. São novas pessoas que chegam, novas entidades. E a Conferência é um processo que não termina em dezembro, ela vai se construindo ao longo das próximas décadas no debate político do Brasil. Nós vamos, sim, construí-la com muita paciência.

Sabemos que não vamos resolver tudo nesse processo, mas a luta e a mobilização social são fundamentais, principalmente a compreensão da sociedade sobre o que está em jogo. Se ficarmos apenas em gabinetes fechados, em salas fechadas debatendo, não vamos atingir o nosso objetivo.

Não vou dizer nem que vai ser uma ampla mobilização social nem que vamos conseguir ter a mesma abrangência de outros pontos, como saúde, educação, mas os atores sociais que hoje estão trabalhando para o sucesso dessa empreitada precisam trazer a mobilização social e fazer um grande movimento neste país que mude a cultura e que nos faça refletir sobre o modelo de sociedade que está em curso, além de fazer entender que no Brasil nós não vamos lutar somente contra o capital, também vamos lutar contra o sistema político, que é o maior proprietário dos meios [de comunicação], e contra o sistema religioso.

É esse o grande desafio que está colocado e que torna a nossa luta muito grande.

Muito obrigada pela atenção, e um bom dia para todos nós. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Com a palavra o senhor Celso Todin, presidente do Conselho Regional de Psicologia.

O SR. CELSO FRANCISCO TODIN - Bom-dia a todos.

Cumprimento a deputada Odete de Jesus; a senhora Ana Lopes, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia; os demais membros da mesa e os demais presentes.

O Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia são órgãos interligados. Somos um Sistema de Conselhos no país - um federal e dezessete regionais. A vice-presidente do Conselho Federal falará em seguida e, certamente, colocará aspectos desse envolvimento que a psicologia tem há mais de dez anos com a mobilização pela Conferência Nacional de Comunicação.

Como bem disse a psicóloga Jaira Rodrigues, que coordena o Comitê aqui no Estado, agora em janeiro foi finalmente anunciada essa Conferência no Fórum Social mundial pelo presidente Lula, e em abril, a Conferência foi oficialmente chamada pela presidência da República.

Esse não é um tema novo para a psicologia, não é um tema com o qual a psicologia está se envolvendo neste momento, já tem uma história, e pretendemos trazer a nossa participação nesse processo agora de forma bastante organizada. Em Santa Catarina,

estamos nos comprometendo, enquanto Conselho, a lutar pela mobilização de conferências municipais e regionais nas regiões onde temos conselheiros (em oito regiões do Estado), e temos também feito um processo de qualificação para a participação dos psicólogos. Vamos realizar três seminários abertos à comunidade em geral, mas chamamos especificamente os psicólogos com essa qualificação para o debate. Já fizemos dois desses seminários e estamos preparando o terceiro.

Então, essa participação, que é histórica, que vem de um bom período já e que a gente procura consolidar agora com essa participação, vai ser consolidada em Brasília, no próximo final de semana, com as dezessete regionais, na Assembleia de Políticas de Administração e Finanças do Conselho Federal. Entre outros temas, vamos discutir a questão da comunicação, e, possivelmente, as teses que a psicologia vai defender nesse processo da Conferência Nacional de Comunicação referem-se ao fim da publicidade infantil, ao fim da publicidade sobre álcool, à discussão sobre como a mídia veicula a imagem da mulher e sobre o controle social da mídia.

Então, tanto aqui em Santa Catarina como no restante do Brasil, os psicólogos já estiveram e continuam organizados para participar dessa Conferência, porque a gente acha que a psicologia, que tem um compromisso social com as necessidades da população, precisa garantir o direito de essa população ter acesso aos meios de comunicação democratizados. Os psicólogos, portanto, estão presentes em todas as lutas por direito em Santa Catarina e no Brasil.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Com a palavra a senhora Ana Lopes.

A SRA. ANA MARIA PEREIRA LOPES - Cumprimento os membros da mesa e os demais presentes.

Primeiramente, quero agradecer ao Conselho Regional de Psicologia por chamar o Conselho Federal para vir fazer mais esse exercício aqui de pensar em algumas lutas importantes para a psicologia - e já, já vou tentar contar para vocês que a gente não entende que ela seja uma luta da psicologia.

Essa é uma situação especial, porque temos dentro de um dos Poderes do Estado, o Poder Legislativo, movimentos e grupos que se organizam e vêm aqui falar sobre um tema que entendem ser importante para a sua organização, para o seu conjunto, enfim. Há trinta anos seria impensável uma conversa como a de hoje aqui. Então, acho que é um momento especial, sobretudo por estar aí envolvido o tema comunicação.

E aí, para pensarmos depois e ampliarmos com a fala dos demais e com a fala do doutor Pedro Guarechi, queria colocar o seguinte: a comunicação é básica da condição humana. É impensável uma relação humana se a gente não pensar aí a comunicação como algo paralelo à condição humana. Sendo assim, vamos nos colocar aqui na tarefa de iniciar um processo de discussão sobre a comunicação no momento em que ela passa a ser organizada num modo de a gente fazer aquilo que é básico para a condição humana. E organizada como? Bem, a gente sabe que os meios de comunicação neste momento estão sendo organizados. A televisão está sendo organizada em algum lugar, assim como a Internet e o jornal que vamos ler amanhã estão sendo organizados em algum lugar. É curioso pensar isso, mas é básico para a condição humana.

Eu não estaria aqui se alguém não tivesse se comunicado comigo ao longo do meu processo de desenvolvimento. Eu continuo me comunicando, talvez pouco com quem está do meu lado, mas os meios de comunicação estão aí sendo organizados em algum lugar.

Então, a primeira coisa que eu queria pensar um pouquinho para a gente poder depois alimentar nos nossos debates e com as organizações vindouras seria isso.

Outra coisa que acho importante a gente pensar aqui é que tudo que vamos falar nesse processo de discussão não diz respeito diretamente aos meios de comunicação. E isso não é um problema, isso pode ser algo que nos motive mais a pensar a comunicação.

Já foi falado aqui sobre mídia infantil. Eu busquei alguns dados, consultei dados de colegas que já falaram sobre isso em outros momentos, e há dados que mostram uma média de quatro, cinco horas na frente da televisão por parte da maioria da população da nossa infância. Existem casos de nove horas, e hoje até se fala em babá eletrônica! Então, são situações curiosas, e acho que elas não estão no lugar da comunicação, estão no lugar da relação com a infância, da relação entre as pessoas.

O que a gente pretende quando se tem uma sociedade que comemora o fato de ter televisão em canal fechado com programas para bebês 24 horas por dia? E não é só numa faixa de horário, como os Teletubbies de algum tempo atrás. Portanto, qual o projeto que a gente coloca da nossa relação com essa criança?

Há outra coisa que tem relação direta: o mundo da comunicação como o mundo da informação e o da educação. É certo que nos formamos por meio das informações que recebemos pelas rádios, pela televisão, e onde está sendo organizado isso tudo? Quais os conteúdos

que passam por essa organização toda? A gente pode considerar os meios de comunicação como veículos a serem utilizados na educação?

Então, recorto aqui a situação da infância, a situação da educação para poder pensar: é um problema maior. Mas é um problema maior que não dá para a gente deixar que ele seja controlado apenas por discussões maiores, discussões acadêmicas, e nunca por nenhuma discussão no sentido da regulação. É nesse sentido que a gente pode dizer que o Conselho Federal de Psicologia, desde o início desta década, colocou a comunicação como um tema importante. No início desta década, a gente estimulou muito uma campanha contra a baixaria, até agora um espaço em que as pessoas denunciavam e os *experts* na área analisam a denúncia - por exemplo, analisam se a denúncia sobre um comercial de televisão é de fato algo que infringe a dignidade.

A gente vem investindo bastante nisso. É uma área ainda desconhecida pela maior parte dos psicólogos, mas insistimos nela, inclusive para poder colocar dentro da psicologia discussões mais ampliadas sobre o nosso feijão com arroz, sobre o nosso lidar no dia a dia, que é a dimensão subjetiva.

Discutir a comunicação é um jeito de discutir com a nossa categoria - nós, Conselho Federal de Psicologia e o Sistema Conselhos. É aquela instituição que está aí para regular a relação da profissão com a sociedade. Portanto, a gente se coloca nesse tipo de investimento. Não estamos aqui apenas para fiscalizar o que um psicólogo está fazendo no seu âmbito de trabalho, estamos aqui para problematizar essa profissão e como ela se insere na sociedade - e há algum tempo vimos fazendo isso.

Gostaria de dizer que esta não é uma discussão fácil, deputada Odete. Que bom que temos aqui alguém do Poder Legislativo, o qual, como a Jaira colocou no início, abriu as portas parairmos fazer essa conversa, que já está bacana, diferente de trinta anos atrás. Mas a gente precisa ter os vários setores do Estado aqui - temos dos municípios. Portanto, dá para anunciar que o trabalho vai ser árduo em termos de organização. Temos aqui os movimentos, os grupos, que vêm discutindo, que têm bastante acúmulo [de trabalho] e são importantes nesse sentido, mas o Estado precisa ser tensionado no sentido de fazer valer.

Porque se a Conferência Nacional de Comunicação já foi chamada, a gente precisa dar início à discussão com a população, e aí o Estado precisa chamar, organizar [a Conferência]. Mas desde já vale a pena a gente dizer isso.

Para concluir, quero dizer que, para nos motivar a fazer essa tarefa, a Conferência demorou a acontecer. Esta semana, fui informada que temos quatorze conferências programadas até o final do ano de 2009: sobre segurança pública, educação, meio ambiente, pesca, enfim, sobre vários temas importantes. Muitas delas já são reedições, já são a segunda, terceira, quarta conferência, mas a da comunicação é a primeira, e com muitas portas fechadas para essa discussão - e aqui temos uma porta aberta. Então, não será fácil essa discussão, precisaremos de muita movimentação.

Quero dizer desde já que o Sistema Conselhos (o Conselho Federal de Psicologia e, evidentemente, o Conselho Regional de Psicologia) já se colocou aqui à disposição para poder ajudar nessa tarefa. Mas precisamos pensar um pouco em estratégias para levar esse debate à população. Como podemos dizer para a população que esse é um debate que interessa a ela? Como podemos ajudar a população a entrar na discussão de "por que será que o *outdoor* tem sempre mulheres deitadas"? É uma reflexão que a gente pode fazer. Tem pessoas que estudaram isso, entendem isso, entendem os efeitos disso. Gente, a psicologia pode contribuir com muitas coisas!

Por que será que propaganda de carro é o lugar onde tem diálogo entre pai e filho? Por que será que o Xou da Xuxa pode ser considerado programa educativo, e não exatamente de entretenimento? Então, precisamos saber como levar essa discussão para as pessoas. Podemos contribuir de início, e o pessoal da comunicação social, da educação, certamente têm as suas contribuições também.

Outra coisa que a gente precisa pensar um pouco é como capilarizar, regionalizar essa discussão para Santa Catarina, para o nosso Estado levar a sua boa contribuição para a discussão nacional.

Para concluir, queria reiterar aqui uma fala anterior dizendo que é impensável democracia sem comunicação. Quem sabe é a discussão sobre comunicação que está faltando no processo democrático no Brasil e em relação a tantas outras dificuldades que a gente enfrenta aí.

Obrigada pela paciência. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Convidamos para também fazer parte da mesa o senhor José Augusto Gayoso, diretor de Imprensa do governo do Estado, neste ato representando o governador Luiz Henrique.

É muito importante termos aqui envolvido nesse tema um representante da autoridade máxima do nosso Estado.

Com a palavra a senhora Valci Zuculoto, diretora da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj).

A SRA. VALCI ZUCULOTO - Bom-dia a todos.

Estou aqui representando o senhor Sérgio Murilo de Andrade, presidente da Fenaj, que não pôde estar presente - eu e o Rubens Lunge, diretor da Fenaj e presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. Até gostaria de dividir os meus cinco minutos com ele.

Gostaria de expressar aqui como os jornalistas se inserem nessa questão toda da luta pela democratização da comunicação, que inclui a nossa reivindicação pela realização dessa Conferência Nacional de Comunicação.

A gente costuma dizer que a Fenaj e os seus 31 sindicatos filiados têm como luta maior exatamente a democracia na comunicação, mas sempre entendendo que essa luta não é apenas dos jornalistas, por estarem tão mais integrados na área da comunicação, essa luta é de toda a sociedade.

Para nós, a real democratização do País passa necessariamente pela democracia na comunicação. E a área das comunicações precisa ser pautada pelos reais interesses da população e voltada para a construção da democracia, da cidadania, da nacionalidade brasileira. Ainda mais nos dias de hoje, quando a comunicação adquire uma centralidade cada vez maior na construção social da nossa realidade. E o que a gente assiste hoje no Brasil - os jornalistas têm bem consciência disso - é que se está muito longe de se ter um panorama democrático nessa área das comunicações. Temos um modelo de comunicação superado, daí enfrentarmos legislações defasadas e injustas, por exemplo, na questão das outorgas das concessões, da renovação das concessões, da forma como elas são dadas. A legislação da radiodifusão é da década de 1960 ainda, e, no âmbito das rádios comunitárias, há necessidade de um novo marco regulatório, da regulamentação dos sistemas que foram estabelecidos pela Constituição de 1988 - faz mais de vinte anos e não foi regulamentada ainda.

Outros exemplos são: ausência de políticas públicas na área de comunicação que promovam a inclusão; falta de controle público - na área de comunicação, o público está sempre submetido ao privado; falta de liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Acabamos com o entulho autoritário, mas não temos uma lei de imprensa que regule essa questão em todo o País, e os jornalistas vão lutar por uma lei de imprensa democrática o mais rápido possível, porque hoje temos esse vácuo.

Temos também a questão de monopólios, de oligopólios, de propriedade privada, que defendem apenas os seus próprios interesses, e não o interesse público a que deve estar sujeita toda a comunicação. Aqui mesmo em Santa Catarina, o Sindicato é um dos que têm alertado para isso.

Também temos a questão da RBS, a questão do Conselho Nacional de Comunicação Social, que depois de ter ficado mais de dez anos parado foi instituído, mas hoje está lá engavetado, e nós temos que rearticulá-lo.

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina é um dos que têm batalhado pela instituição do Conselho Estadual de Comunicação, que é uma necessidade para que a gente consiga essa democracia tão desejada na comunicação.

Enfim, são vários exemplos, a gente vai discutir todos esses exemplos, e tudo isso vai desaguar na Conferência Nacional de Comunicação. Em todos os debates dos quais a gente participa, mesmo que eles não sejam específicos em relação a essas questões, são sempre apontados diversos problemas. Eu acredito que este seja o nosso momento - o momento da sociedade, não só dos jornalistas, não só do pessoal ligado à área da comunicação - de resolver e reivindicar o que realmente interessa à sociedade em relação à comunicação.

Por isso, a Fenaj e os sindicatos, em especial o Sindicato aqui de Santa Catarina... Há muito tempo que a reivindicação de convocação da Conferência Nacional de Comunicação é uma das nossas bandeiras históricas. Nós conseguimos a convocação, agora a gente tem que fazer essa mobilização toda, porque este é um grande momento que está acontecendo aqui, a realização desta audiência pública, mas muitas outras atividades nós teremos que fazer. E nós estaremos, a Fenaj, os sindicatos, no caso aqui o Sindicato de Santa Catarina, mas em todo o Brasil os 31 sindicatos filiados à Fenaj estarão juntos na construção dessa Conferência Nacional de Comunicação, esperando que ela dê conta, senão de tudo, se puder de todas as questões... Mas é o primeiro passo para que a gente lute pela democracia na comunicação.

Eu gostaria que o Rubens dividisse comigo o tempo, mas acho que já colocamos a posição em nome da Fenaj e de todos os sindicatos. Nós temos várias outras questões que queremos apontar, mas ao longo da audiência vamos dialogando com vocês.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. THIAGO SKÁRNIO - Bom-dia a todos e a todas. Eu fico muito feliz em ver tanto a plenária como a mesa com uma diversidade e uma pluralidade. Acho que é assim que tem que ser a conferência.

Hoje eu estou na Ação Cultura Digital, do Ministério da Cultura, mas milito já, talvez até em função de militair algum tempo no

movimento de rádio comunitária, no Comitê pela Democratização da Comunicação aqui em Santa Catarina, na TV Comunitária, na Cinemateca Catarinense... Quer dizer, cultura e comunicação são dois temas que, eu acho, devem sempre estar colados.

Na Ação Cultura Digital, uma das principais funções minhas aqui na região Sul é articular os Pontos de Cultura e o Projeto Casa Brasil, que são duas iniciativas interessantes do Ministério da Cultura e que... Bom, eu sempre costumo dizer que quem tem feito política pública de comunicação no Brasil nos últimos anos tem sido mais o Ministério da Cultura que o Ministério das Comunicações em si, porque existem várias iniciativas que visam, hoje, complementar a questão da Pasta da Cultura com... Porque não se faz política pública hoje de cultura sem pensar em comunicação, e não se faz política pública de comunicação pensando na cultura. (Sic)

Hoje existe uma variedade incrível de bens culturais, expressões e sotaques, tem uma diversidade imensa neste país, sendo que boa parte do que hoje é veiculado nos meios nacionais - e a gente volta a falar dos meios de comunicação, talvez porque seja um tema mais fácil de se capilarizar, até - é feito no eixo Rio/São Paulo e o resto é feito em um bairro de Hollywood. Então, hoje fica muito complicado a gente tratar da questão cultural no Brasil sem falar de comunicação.

Na Conferência Nacional de Cultura que teve em 2005, entre as trinta prioridades de toda a Conferência, acho que as cinco primeiras já tratavam de comunicação - falavam em rádio comunitária, TV pública... Então, são dois assuntos que precisam estar muito ligados.

Eu fico feliz que a Casa não só abriu as portas para falar de comunicação agora pela manhã, à tarde vai ter outra audiência pública para tratar da Lei Rouanet. Que bom que esses assuntos estão sendo tratados agora, finalmente, neste país. A gente vai ter a 2ª Conferência de Cultura no início de 2010, vai ter agora a de comunicação. Então, são dois assuntos que estão muito em voga este ano, em 2009, no Brasil.

Estou sendo bem breve para que o Pedrinho também possa falar. E vamos continuar este trabalho hoje! É mais uma parte dessa grande militância que todos aqui já estão tendo há algum tempo. Fico feliz em ver todo mundo reunido aqui de novo. (Palmas.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO GAYOSO - O pessoal mais antigo de comunicação, do jornalismo em geral, eu acho que já me conhece, mas o pessoal que não está há tanto tempo assim, principalmente os mais jovens, não. Eu sou da turma de 1978 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio, mas estou aqui em Santa Catarina desde 1980, participei dos primeiros movimentos de oposição sindical, fui diretor do Sindicato dos Jornalistas, fui representante do Sindicato na Fenaj - Federação Nacional de Jornalistas -, onde nós tivemos a primeira eleição direta, na época, para diretor de Base. Nós percorremos o Estado naquela época do saudoso Mos, que desembocou no sindicato e hoje com toda essa sequência aí que nós tivemos.

Profissionalmente a gente se afastou algum tempo, fomos para Brasília, e na volta... Estou nesta função dentro do governo do Estado (eu faço a direção de imprensa do governo em geral) desde 2003, quando assumiu o governo esta coligação comandada pelo Luiz Henrique.

Evidentemente que num momento como este em que a Conferência de Comunicação está se aproximando, a gente não poderia ficar de fora, não só a minha pessoa física, mas todo o governo. Obviamente que com a Assembleia Legislativa, os movimentos em geral, a Fenaj, o Sindicato, a gente sempre tem procurado manter uma parceria, uma harmonia permanente, um diálogo, em todos os processos, em todos os problemas que estão acontecendo, e a gente não poderia se furtar [a estar aqui].

É evidente que tudo que foi colocado aqui, pela nossa história de acompanhar tudo isso que está acontecendo, a gente, como ex-militante, mas, enfim, ainda jornalista, se preocupa com todas as questões colocadas, desde a séria questão do monopólio, do oligopólio etc. até as rádios comunitárias, que também é uma questão que até dentro do governo existe certa dificuldade em tratar, porque é difícil... A gente anda pelo Estado e vê a realidade, e outra coisa é o que diz a lei, é o que dizem as associações dos empresários de radiodifusão. A gente sabe que a realidade está colocada, mas de fato elas não têm essa força que deveria ter, enfim. Então, a gente procura harmonizar e avançar em todas essas lutas.

Não podemos deixar de destacar a iniciativa da Assembleia Legislativa ao colocar este assunto em pauta, porque eu acho que, sem dúvida alguma, no momento em que a gente... Na sequência da decisão do governo federal de colocar a Conferência Nacional de Comunicação em pauta, nesse momento ele está desencadeando não só a possibilidade, mas a obrigação dos Estados também discutirem. E, como tal, é evidente que vai caber ao governo do Estado, na pessoa do governador, também fazer a sua estadual, como todas as outras serão feitas.

Por isso é importante este evento aqui. Por quê? É uma audiência pública, a Assembleia está abrindo as portas. Então na hora em que formos fazer o convencimento do governo de que realmente essa é

uma luta que vale a pena, acredito que não haverá problema, haja vista que para todas as outras questões mais agudas da nossa profissão a gente tem encontrado respaldo do governo. Claro, em algumas se avança mais, em outras se avança menos, mas de maneira geral a gente tem conseguido.

Ali fora, com o pessoal da TV AL, eu estava até destacando: no nosso governo... Isso foi uma coisa que surgiu agora, não existia; existia uma lei que dizia que nas assessorias de comunicação tinha que ter gente de comunicação, pessoas qualificadas. Nós convencemos o governador a colocar na lei, na Reforma Administrativa de 2007, apesar de todos os percalços e de todas as dificuldades (o Rubens sabe, no sindicato, o que a gente enfrenta com a questão); o governador fez a descentralização, e em cada Secretaria Regional tem um assessor de comunicação. Aí, foi colocado na lei que na Assessoria de Comunicação, até por uma questão de qualificação profissional e de respeito à profissão, a vaga deveria ser preenchida por alguém da categoria.

Em alguns lugares, a gente tem alguma dificuldade nisso, não podemos negar, mas são quarenta pessoas, cinquenta pessoas, e a gente... dentro dos critérios e, evidentemente, das alianças políticas etc. e tal, está se respeitando, a gente está conseguindo manter o negócio. Claro, em um ou outro, às vezes, a gente tem alguma dificuldade, mas estamos conseguindo.

Isso mostra, pelo menos, vontade de discutir a questão e ter sensibilidade para a questão da democratização dos meios de comunicação, a questão da comunicação em geral e a questão do respeito ao profissional. Alguma coisa avançou, aliás, acho até que bastante, mas, enfim.

Então, fica aqui o compromisso de levarmos isso ao governador (é evidente que não somente com o apoio da nossa Fenaj - do Sindicato, da deputada Odete, da Assembleia em geral) para o convencimento do governo e para que realmente mostre que está engajado nisso a partir da realização da nossa Conferência Estadual, para reforçar e respaldar a nacional.

Em breves palavras, seria isso. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Gostaria de registrar a presença de Jair Batista Ramos, representando a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco).

Antes de finalizarmos este primeiro momento da nossa audiência pública, gostaria de estar significando (*sic*) um pouco - isso é coisa de psicólogo - a composição desta mesa, como o Thiago muito bem lembrou. Estamos aqui num momento histórico de Santa Catarina, com uma mesa representada pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelos movimentos sociais. E o que significa isso? Por que esses três segmentos na mesa? Porque a gente entende que discutir comunicação não é uma questão só de jornalista, só de psicólogos, só de governo, é uma questão da população, é uma questão de toda a sociedade.

Eu fico muito feliz com a fala do representante do governo; com o Executivo e o Legislativo se comprometendo conosco, neste momento, dizendo: vamos fazer parte, sim! E gostaria de lembrar que cabe a vocês fazer esse chamamento. Como representante do FNDC de Santa Catarina, gostaria de dizer que enquanto movimentos sociais nós já estamos mobilizados e temos, pelo menos na última reunião que aconteceu dia 5, vinte entidades prontinhas para dialogar, para conversar, para atualizar essa discussão. Temos propostas e estamos aguardando o momento. Queria firmar este compromisso, que é um dos propósitos desta audiência pública, de seguirmos agora com o momento, junto com o governador, para efetivamente organizarmos isso.

Vamos desfazer esta mesa. Obrigada a todos os seus membros pela participação, a fim de passarmos ao segundo momento: a conferência do Pedrinho Guarechi, que vem representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gostaria de dizer que ele é um estudioso na temática da comunicação e também um militante dos movimentos sociais. Então, ele tem uma grande história.

Pedrinho, uma especial acolhida, em nome do comitê FNDC de Santa Catarina, em nome de todas as outras entidades aqui presentes. No dia 5 a gente fez uma comissão maior, para além do FNDC de Santa Catarina, uma comissão pró-conferência. Então, também em nome dessa comissão e em nome do CRP-12, uma boa acolhida ao Pedrinho, a quem passamos a palavra.

O SR. PEDRINHO GUARECHI (RS) - A todas e a todos, bom-dia. Vocês vão bem. (*Ri.*) O psicólogo não pergunta como vai, ele chega e diz: você vai bem. (*Ri.*) Estou brincando, estou na Casa monitorado por psicólogos.

Meus amigos e minhas amigas, eu quero dizer que estou feliz por estar aqui e quero agradecer a gentileza de poder partilhar com vocês estas inquietações. Eu estava pensando no que a gente poderia se ajudar. Essa frase é de uma grande personalidade: dom Luciano Mendes de Almeida. Quando ia para uma reunião, ele tinha o cuidado de entrar devagar e perguntar: "No que a gente pode se ajudar?".

Gostaria de lembrar aqui que foi a fala de dom Luciano Mendes de Almeida, em 1986, que deslançou uma das maiores mobilizações do Brasil e uma das grandes mudanças do Brasil quando falou na 1ª Conferência Nacional de Saúde colocando basicamente os fundamentos de uma saúde democrática - nós já estamos agora na 13ª Conferência Nacional de Saúde.

O Brasil, por incrível que pareça, tem um dos melhores, se não o melhor, plano de saúde do mundo, porque foi construído pelo povo, com a participação da população, que é o SUS. O SUS só não funciona por causa de ainda alguns donos da saúde que estão pressionando para que as coisas não aconteçam. Mas até os Estados Unidos estão copiando o nosso modelo de saúde. No momento em que houver uma ligação entre governo federal, governo estadual e governo municipal, o SUS funcionará admiravelmente bem; desde dor de cabeça até operação de coração será coberto para todos os brasileiros.

Por que estou dizendo isso? Porque nós estamos, meus amigos e minhas amigas, nos preparando para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação! Na Saúde, já houve treze. É interessante a gente lembrar esse paralelo. Então nós precisamos de gente corajosa, como vocês, como nós todos, para colocar os fundamentos para uma comunicação democrática, assim como se fez com a saúde democrática. Treze conferências para chegar a que estamos. Então não precisamos ter pressa.

O importante é que estamos começando, porque foi uma luta grande a gente conseguir essa conferência! Quem está chegando não sabe o que representa a briga de dez anos para a gente montar essa conferência! A gente vem se preparando... No ano passado estavam destinados do Orçamento da União R\$ 25 milhões para a Conferência Nacional de Comunicação. Não aconteceu nada, não é? Neste ano, não fosse a pressão da sociedade civil, como nós que estamos aqui, desses movimentos todos, não aconteceria! Então no Fórum Social Mundial, em Belém, pela pressão da mídia, da democracia e das organizações, o Lula pariu a promessa.

Bom, agora há uma grande mobilização da sociedade, e isso faz bem, porque é difícil recuar. Porque prestem atenção, se fosse possível recuar, se recuaria. Eu estou acompanhando um pouco de longe como a grande mídia está trabalhando este tema da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Até perguntaria aos colegas: já viram alguma coisa na grande mídia? (*Pausa.*) Não é interessante?! Pois esse é um tema (a mineira me diz que eu tenho meia hora) que eu queria baixar aqui para discutirmos - já estou usando linguagem da Internet.

Mas eu começo com uma frase do Betinho, o Herbert de Souza (alguém já citou o Betinho). O Herbert de Souza, gente, era um guri mais ou menos genial! Entre outras coisas, ele tinha uma frase que dizia o seguinte: "Só existirá democracia numa sociedade quando houver eleição direta para presidente da Rede Globo." (*Risos.*) Não é interessante isso? E sabe que o guri tinha toda a razão! Vamos ver se ele consegue justificar essa frase. Ele percebia a importância da mídia! Bom, outra coisa que a gente depois colocou até na contra capa desse livro (deve ter alguns aí para quem quiser), eu vou contar um pouco sobre mídia e democracia Ele conseguiu o seguinte: "O termômetro que mede a democracia numa sociedade..." Eu estou reverberando, assim, umas colocações ótimas da primeira coisa que foi lida lá... Então, ele dizia: "O termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação". Se não há participação dos cidadãos na comunicação, não há sociedade democrática! E isso nós precisamos comprovar, vamos ver se a gente dá conta de comprovar isso daí.

Rapidamente, eu vou passar por três pontos. É para saberem que quando chegar ao terceiro item já está no fim e vocês se alegrarem, está bem? (*Risos.*) Primeiro, eu quero mostrar porque a comunicação é importante. É que a gente precisa levar susto em casa. É, é isso, a gente precisa levar susto em casa. A gente está tão envolvido pela comunicação que não para e pensa: meu Deus, o que é isso?! O segundo ponto é o que devemos fazer. Eu diria, assim, o que já foi feito. E o terceiro é o que precisamos fazer.

Vou tentar ser, assim, bastante pé-no-chão para a gente poder ir se articulando. Isso daqui é uma notícia ótima: não somos muito, mas somos muito representativos! O Conselho Federal de Psicologia vem se batendo nisso há tempo! Durante sete anos, oito anos, eu fiz parte da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Comunicação, e a gente fez força para introduzir essa questão da comunicação. No começo, até os próprios colegas de trabalho tinham dificuldade! Marta Suplicy... tinham dificuldade de entender que a comunicação é um dos direitos humanos e é um dos centrais, um dos direitos humanos mais importantes!

Com isso, então, o conselho deu uma força enorme para esta campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania." De fato, o nome é a "Ética na TV". "Ética na TV" deu uma força enorme. Se não fosse o Conselho Federal de Psicologia, a gente não teria tido tanta chance e tanta possibilidade. Foi essa comissão, o Conselho Nacional, a comissão da baixaria - quem financia a baixaria -, a campanha, que

conseguiu, por exemplo, tirar o Ratinho do ar; que conseguiu, por exemplo, tirar o Datena lá da Rádio Bandeirantes. Por quê? Porque a gente mexia no bolso das pessoas. Pela primeira vez na história a gente escutava a população; todo mundo que queria mandava sua queixa lá para a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados (www.eticana.tv.org.br), e lá a gente recolhia milhares de queixas.

Então, a gente fazia pareceres; durante sete anos, a gente fez vários pareceres sobre isso. Aí, a gente discutia o parecer e mandava para quem? Para quem financiava o programa! A Rádio Bandeirante processou a comissão! Por quê? Porque as Casas Bahia tiraram a propaganda! Vocês vejam. E mudou! Muita coisa mudou na televisão por causa dessa campanha. É para vocês verem, gente, como é importante quando a população participa com o mínimo: com e-mail! Com e-mail, mandando para lá, já é o suficiente. Então, a gente coloca isso um pouco no autofalante, e a turma se cuida. Mas isso é apenas um exemplo do que eu quero entrar.

Meus amigos, minhas amigas, vamos "baixar o santo", tá? É, incorporar. (Risos.) Incorporar, essa palavra é boa, viu? Não é por isso que faz parte, faz parte da religiosidade profunda do brasileiro, incorporar. Não sei se vocês param para pensar, gente, mas bem rapidinho: a comunicação, hoje, é como o ar que a gente respira. Eu vou falar aqui quatro frases que já são um pouco clássicas, só para vocês se darem conta do que ela representa, e vai ser o primeiro ponto. A primeira frase é a seguinte: "A comunicação, hoje, constrói a realidade." É, constrói a realidade, mas a realidade, a realidade não é este copo d'água! Bom, depende (ri), esse copo d'água muda muito, se eu começar a dar umas bênçãos e coisas assim em cima dele. (Risos.) Tudo isso é feito sempre por algo superior. A comunicação constrói um segundo andar da realidade, e esse segundo andar, o simbólico, o comunicacional, e aí vai, o psicológico, que passa a funcionar.

Eu estava escutando duas pessoas falando: "Engraçado, acabou a greve." E o outro: "Por quê?" "Ah, não tem mais nada na TV, a rádio não dá mais nada, não tem mais nada no jornal!" Isto é, uma coisa hoje existe ou deixa de existir se é ou não veiculada. É ou não é? Sociologicamente falando, 90% dos casos, a consequência disso, meus colegas, é que se alguém detém a comunicação detém o poder sobre a realidade e começa a definir o que é e o que não é. Até o público e o privado mudaram de sentido!

John Tompsom, esse pesquisador de Cambridge com quem a gente, assim, transa seguido, estava até escrevendo sobre mídia no Brasil agora. Ele criou este termo "A Mídiação da Cultura Moderna". Só que o palavrão, assim, fica! Então a gente precisa debulhar, precisa debulhar e baixar para ver como isso é. Hoje, tudo passa pela mídia, até a religião, a economia, tudo! A política? Ih, a política! No último livro dele, "Escândalo Político", ele mostra exatamente que um político que não trabalha com a mídia, que se lixa, está lascado! (Risos.) Porque, seja verdade ou não, não interessa! É que a mídia constrói a realidade. Então ele mostra que o político tem que ter um capital especial, hoje, para ganhar a eleição. Qual é o capital? É a credibilidade! É um capital... É um poder simbólico e esse poder é construído pela mídia. E o escândalo é o quê? O escândalo é quando rui esse poder, esse poder se vai; acabou, aí ele está lascado, não tem mais. Em questão de minutos, às vezes, vai embora tudo o que construiu (quem é assessor de comunicação sabe disso) em dezenas de anos. A comunicação constrói a realidade.

O público, então, é o que é "midiado"; o público é onde está o olho grande da mídia. Privado? Todo o resto! Vocês podem fazer uma mobilização, cinco mil pessoas. Aquilo fica para cinco mil pessoas, se não tem o olho grande da mídia em cima! Em compensação, se há uma reuniãozinha de cinco, seis gatos pingados, mas o olho grande da mídia está lá, milhões de pessoas vão ficar sabendo da grande reunião que mudou os destinos da história. Eh, mídia! Cenas íntimas, entre quatro paredes se tornam, de repente, alvo de milhões de telespectadores. Podem avivar a imaginação agora, colocar a imaginação em ação. Isso é o poder da mídia de hoje.

Primeira tese, a mídia constrói a realidade; segunda tese, constrói a realidade com valores. Com valores, esse é um ponto que os psicólogos precisam agarrar. Gente, o valor... já pensarem nessa palavrinha valor? Mas se eu pego e começo a estrangular aqui a colega vocês todos levantam e falam: para, para! O que fazem vocês levantarem e me segurarem? É um valor. O valor é o tesão da nossa vida; o valor é a razão porque que a gente faz tudo. Vocês vieram aqui por causa de alguns valores, não sei quais; alguns para aparecerem na mídia (risos), outros para, quem sabe, arranjar uma boa companhia para passar a manhã? Não, ninguém faz nada sem valores! A mídia não diz a sem um valor por trás, só que nós nunca discutimos isso. Tudo é permeado de valores! Isso é tão verdade... e a própria mídia já se valoriza a si mesma! Não é nada melhor, mais fantástico, que estar na mídia!

No meu querido Estado Rio Grande do Sul tem um fulano que dava as notícias de meteorologista, meio engraçadinho. (Risos.) Foi um dos deputados mais votados do Rio Grande do Sul! Por quê? Está na mídia. Está na mídia? É importante! Tinha uma menina, bonitinha, uma

graça, que tinha uma butique. Isso é o que ela fazia - sei lá, ela tinha feito Sociologia Política, não sei. Chegou a ganhar trezentos mil votos, porque ela tinha um jornal, jornal do almoço, ela aparecia, né? Isso, todos os que estão na mídia se elegeram! Independentemente, se é de direita ou de esquerda, está na mídia, vale. A mídia constrói a realidade com valores. A mídia coloca agenda de discussão. A mídia pauta a fala do povo!

Eu costumo fazer pesquisas, assim, regular: dou para alguém um despertador e um gravador. O despertador toca de duas em duas horas, aí ele pega o gravador e relembra o que ele falou nas últimas duas horas e grava, e assim todo dia e várias vezes. Então a gente faz uma soma do que ele falou. E 80%, 82% de tudo que falamos no serviço, no namoro, no trânsito, no trabalho, quem coloca a pauta é a mídia. Alguém pode dizer assim: "Tudo bem, a mídia pauta a conversa do povo, mas eu crítico, eu discordo." Ótimo, se for assim! Ótimo, se for assim! Mas tem uma coisa que nós não conseguimos fazer. O que é? Saber o que a mídia não diz! A agenda negativa da política, do Claus Offe.

Por isso que os donos, os presidentes da Câmara têm força, porque eles controlam a agenda! Por isso que nas reuniões de condomínio - atenção, viu? -, quando vocês forem para a reunião: coloquem o assunto de vocês no primeiro lugar da pauta, porque se não fica no fim e ninguém mais liga! O que acontece é que quando... eu tenho quase que susto de dizer isto, mas como está escrito, comprovado, com estatísticas, eu digo: tem um Estado, no Brasil, que se considera o Estado mais politizado do Brasil (e até certo ponto é), que é o Rio Grande do Sul. Vocês sabem que tem uma família no Rio Grande do Sul que controla entre 70%, 80% de tudo que o povo lê, ouve e vê?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

É? E aqui também, né? (Risos.)

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

É. (Risos.)

Isso me faz lembrar da história que eu estava dizendo - quando você falou "aqui também", só uma padinha: no Tibet, as mulheres têm muitos maridos; em compensação, na Arábia, os maridos têm muitas mulheres. Daí, quando digo isso, a turma grita: "Aqui também!" (Risos.) Então, aqui também! Eu sei que tem um promotor aqui que está processando uma organização de comunicação por quê? Porque, de fato, a mídia impressa está toda na mão deles e isso configura um monopólio! E na Constituição está lá escrito que não pode haver monopólio! Quando está dentro da Constituição... mas já vamos chegar na Constituição daqui a pouquinho.

A mídia constrói uma realidade com valores, a mídia pauta a pauta a discussão cotidiana, a mídia (agora vem um prato cheio para o psicólogo, não é?), gente, a mídia nos faz, a mídia constrói a nossa subjetividade (eh, palavrão!). Mas o que é a subjetividade? É o que alguém dizia aqui muito bem: são as interações, são as informações que nós recebemos. Nós somos o resultado das milhões das relações que nós estabelecemos no dia-a-dia, ou não? Eu sou o resultado dessas relações! Vocês vão sair daqui diferentes, por quê? Novas relações. Eu também vou sair. Agora, acontece o seguinte: esta é a grande mudança, uma mudança de época. Nos últimos trinta anos há um novo personagem dentro de casa: este personagem é os meios de comunicação. Nós falamos com a mídia, no mínimo, quatro horas. Algumas vilas que a gente pesquisou em Porto Alegre, as crianças ficam nove horas na frente da televisão, conversando! Ora, isso tem alguma coisa a ver com subjetividade.

Na Inglaterra, foi feita uma pesquisa, em 1959, 1982 e 2003 (eu participei da última um pouco) - Inglaterra, Suécia e Noruega -, sobre televisão e criança. O que eles constataram? O que os pedagogos, psicólogos etc, sugeriram para os responsáveis pelas políticas públicas foi quanto menos televisão para a criança melhor. Por quê? Porque, gente, queira ou não queira o meio ajuda a construir a subjetividade da pessoa, e não só no que diz, no jeito que ele age! O que Mark Twain dizia, em 1960, tem muito sentido: os meios de comunicação como extensão do ser humano. Então o que eles viram... Vejam uma criança, gente, lendo a história do Chapeuzinho Vermelho - lendo. Quando ela está lendo, a cabeça dela está fervilhando, ela está imaginando, criando, fantasiando! Vejam uma criança vendo a história do Chapeuzinho Vermelho na televisão: está lá parada, não diz nada; tudo está dado para ela, tudo, cor, tamanho, movimento, tudo; ela não fantasia nada! Então a conclusão deles é que esse é o meio que castra a pessoa, ela não consegue criar, imaginar, e isto é dimensão fundamental para o desenvolvimento do ser humano, a fantasia.

Mas eu terminarei essa primeira parte agora, vou passar para a segunda. Então, o primeiro é levar susto em casa. A mídia é poderosíssima. Quem diz que a mídia não é poderosa, pare um pouquinho, se tranque, fique um dia sem ver mídia! A gente fazia essa pesquisa nas vilas, e as mulheres diziam: "Deus me livre, eu morro!" Quer dizer, ela penetrou, ela é o novo, é o santo Antonio dentro de casa, está lá o nicho para ela. As casas mudaram o seu estilo, porque agora tem que ter computador, mídia e tudo.

O segundo ponto, agora: meus amigos, se a mídia é tão poderosa, nós não podemos deixar essa mídia nas mãos de alguns. Este é o ponto, agora entramos na questão da comunicação. Olhem aqui, as Constituições são sábias, porque lá eles já brigaram um tanto! Muita coisa se avançou na Constituição, não tudo como precisava (eu já vou dar uma dica agora), mas se avançou. Então, a Constituição (eu vou falar da Constituição brasileira, gente, de 1988, a Constituição Cidadã) tem cinco capítulos, 220 a 224, sobre comunicação, que é Capítulo V, "Da Comunicação Social".

Vocês sabem quantos desses artigos estão regulados até hoje? Um ou dois! E mal regulados. São os únicos capítulos da Constituição que não estão regulados! Porque vocês sabem que não adianta estar na Constituição se não é regulado. A Jandira Fegalli, do Rio, por exemplo, quis regular a questão da regionalização da comunicação, que é o 221, um dos princípios. Quatorze anos de briga - mais! Sei que está engaveto no Senado, mas até agora ela não conseguiu regulamentar. Já vão dezessete anos de luta para regulamentar. Não conseguiu! Por quê? Porque agora é que vem: os donos da mídia no Brasil não querem. Porque, meus amigos, agora que é doloroso dizer isto, mas se vocês não acreditarem, pesquisem, tem o *site* Donos da Mídia. Entrem lá e vejam. Gente, é uma vergonha a mídia brasileira! Nós temos nove famílias que detêm 90% dos meios de comunicação no Brasil. É o que a gente chama de coronelismo midiático. Aquilo que aconteceu na casa grande, quer dizer, antes, nas capitâneas hereditárias, quando o Brasil foi repartido em pedaços - a primeira e única reforma agrária do Brasil, né (*risos*). O Brasil foi distribuído em pedaços, isso passou para os capitães da indústria e hoje em dia são os capitães da mídia, ou coronelismo midiático.

Aqui, a gente tem uns gráficos de vários países - do Brasil, a maioria deles -, onde tem um cacique, uma família que manda na mídia. Isso é estritamente contra a Constituição. Por quê? Porque ninguém pode ser dono do meio de comunicação. O meio de comunicação é um serviço público! Eu insisto nisso, porque a gente começou esse livro com uma pesquisa; nós pesquisamos inclusive pessoas de 3º grau. E 97% não sabiam o que é um serviço público; 96% não sabiam que a mídia é um serviço público; 98% não sabiam distinguir entre mídia impressa e mídia eletrônica, e assim vai. Então, os meios de comunicação são um serviço público, uma concessão - rádio, dez anos; televisão, quinze anos - para prestar um serviço público. Então eles não podem ter donos, eles têm concessões temporárias para prestar esse serviço público.

Agora, o que é um serviço público? O serviço público é um serviço público, é para todos! Só que com os meios de comunicação é muito mais sério. Por exemplo, a estrada é um serviço público, o telefone é um serviço público, o correio é um serviço público. Só que os meios de comunicação são muito mais importantes que todos esses serviços públicos (alguns são, até certo ponto, comunicação). Por quê? Por causa das quatro afirmações: elas constroem a realidade, com os valores, montam a pauta e nos fazem. Então, por exemplo, alguém ser dono do meio... Fazendo esse livro, eu entrevistei vários diretores de rádio, e um deles respondeu: "Nessa rádio falo eu e quem eu quero." Ora, se isso fosse publicado, essa rádio deveria ser cassada. Por quê? Porque isso é um serviço público. Gente, alguém decidir quem fala, é a mesma coisa que alguém ter uma estrada e decidir: anda nessa estrada só quem eu quero! É claro, ele pode cobrar, até certo ponto, um pedágio. Você precisa pôr um selo no correio, mas todo mundo tem de participar desse serviço. E no caso da mídia não é assim! Aqueles que decidem a pauta, aqueles que montam a pauta, são os que decidem sobre os destinos da nação. Essa é a questão. Não sei se estou conseguindo dizer a importância que tem a mídia. A mídia é crucial para a democracia! Isso é que é democracia! Então, se não tem participação dos cidadãos, não há.

Deixe-me dar um exemplo bem claro, até dois, e com isso eu estarei quase terminando - já estou na terceira parte. Vocês sabem que na Constituição, dos cinco artigos, o 224 diz que para que essa coisa importante da comunicação aconteça é necessário criar a Comissão Nacional de Comunicação, que vai organizar e decidir sobre isso. Sabe quando foi criada a Comissão? Só em 1991. E sabe quando foi regulamentado, por pressão da sociedade civil? No ano 2002. Então, quatorze anos depois! Ela funcionou uns três anos ou quatro anos, e faz dois anos que não se reúne mais!

Gente, a Comissão, deve ser aquele espaço onde gente especializada da sociedade, representantes de todos, das rádios, dos movimentos sociais (isso que está acontecendo aqui), se reúnem para quê? E aqui eu quero insistir: para fazer a coisa mais importante, que é a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Tem que fazer! Montar um grupo legitimado pela sociedade civil, por todos, que diga que tipo de comunicação nós precisamos e queremos. O povo vai dizer que tipo de comunicação é preciso. Vai ser como se fosse (agora se chama Conselho Nacional de Comunicação) um conselho de comunicação ampliado! Eles vão dizer caso a caso! Eu não gosto desta palavra controle, mas tudo bem, vocês usem o que vocês quiserem. É porque eu já tive debates assim: oh, vem você de novo com controle! Assim,

como a gente já apanha bastante nessas palestras, a gente evita o máximo [palavras] escorregadias, e eu uso a palavra monitorar. Boa, né? Boazinha. Então esse grupo, ao invés de usar a palavra controle, seria o grupo que teria como obrigação monitorar a comunicação no Brasil. Mas isso precisa acontecer! Gente, todos os países do mundo têm isso! Na Inglaterra, eu passei um tempo lá e vi como é a comunicação lá.

A comunicação é tão importante que, se você abrir mão, adeus sociedade democrática! Pela quinta vez está sendo falado, pela décima vez, mas é importante dizer: se não há controle na comunicação, não há democracia num país! O Betinho dizia: "Não existe democracia no Brasil, o Brasil é um país fascista." Esta é a palavra que ele usava, fascista. Por quê? Porque tem nove pessoas que detêm a mídia.

Na Inglaterra há duas coisas (só para a gente aprender um pouco): não estou pegando como exemplo, mas a BBC é considerada a melhor mídia do mundo - rádio e televisão. Lá, quem é o presidente da BBC? É alguém eleito pela sociedade civil! Todos os grupos organizados da sociedade, igrejas, cooperativas, universidades, movimentos populares, todos os que têm representatividade numa sociedade, escolhem o seu representante, e entre eles elegem o presidente da BBC! Se o povo não gostar, briga, tira, mas não é nem o governo nem o mercado que vão decidir o tipo de comunicação que vai ter!

Aqui, praticamente é o mercado, não é? Aqui, 94% da mídia, da televisão brasileira, é comercial. Dando um parecer, se vocês perguntarem qual é o último gancho, qual é o último motivo, o que leva a comunicação, o que realmente decide, em último caso, que tipo de comunicação existe? A resposta, aqui, é o cifrão. Se der lucro, eles colocam. Então eles lutam, a nossa mídia, para ter audiência, porque conforme a audiência há um comercial, e tendo comercial ganha mais. Esse é o grande motivo! Ora, gente, a comunicação é tão importante que não pode se guiar pelo cifrão! Tudo bem, ninguém vive sem o leite das crianças.

Por isso que todo mundo que tem televisão na Inglaterra paga uma taxa. Para quê? Para ter uma mídia boa! Então tem um imposto sobre a televisão, para que se faça uma comunicação. Assim, não se precisa correr atrás de propaganda etc., etc. Quem quiser que faça, mas isso é outro... Para garantir uma mídia boa, e por isso que ela é boa, ela tem de ter o seu... e, isso, o cidadão que vê televisão paga.

Eu estou querendo dizer... Um segundo ponto: eu assisti a um debate na Inglaterra sobre se deveria haver ou não programa religioso na BBC - foi bem na época que eu estava lá. Depois de três meses de debate decidiram: vai ter, sim. Vai ter uma hora e meia durante a semana e quatro horas no domingo. Por quê? Porque o povo quer! Discutiram, chegaram a um acordo.

Agora, tem televisão que 24 horas é glória a Deus, aleluia, glória a Deus, aleluia. Ora, gente, isso é um serviço público? Respondam vocês. Mas isso vai estourar lá na Conferência Nacional de Comunicação. As queridas igrejas que se preparem para dar conta de poder dizer "Nós temos um serviço público de comunicação." "Mas o que vocês fazem? Vocês têm noticiário, vocês têm programa educativo ou é religião, religião, religião?" "Mas religião é importante." "É, mas é só? E se constitui num serviço público? Então você monte o seu canal particular, a cabo, e diga lá tudo que quiser, quando quiser, como quiser, mas não num serviço público que use o espectro público." Porque o espectro é público - o ar. Então, é preciso uma reforma "arária", não é? (*Risos*.) O espectro é público. Se você o usa, tem que dar conta desse público.

Estou quase terminando, só tem mais um lancezinho: vocês sabem quanto tempo demora uma notícia na BBC? Em média, demora seis minutos. Sabem quanto demora aqui? Quarenta segundos. Gente, isso aqui é crucial! Quando a gente se reunia com o autor desse livro... Onde está o furo da bala para a gente começar uma reação? Então a gente foi ao artigo 221 da Constituição, que fala dos princípios que devem reger a comunicação. O primeiro princípio é que a comunicação tem de ser educativa. Agora, o que é educação? Agora que vem a questão: educação não é você ficar dando respostas às pessoas, informando pura e simplesmente. Educação é você fazer a pergunta que liberta (eu precisaria de mais meia hora para explicar isso), é você questionar. Como é a notícia na BBC? Coloca-se o fato, se vê se é a favor ou contra, se traz as razões, se contextualiza (é para isso que está lá a equipe da televisão) para poder saber o que está acontecendo ao redor disso e deixa sem resposta (isso é importante), deixa o telespectador, o ouvinte decidir. Vocês sabiam disso? Então, demora em média seis minutos uma notícia. Aqui, em trinta segundos você dá o autor, o crime, quem é o culpado, tudo! Aliás, a notícia é dada em três segundos; quarenta segundos são para dizer "não faça isso senão a polícia te pega, porque a polícia é preparada, não sei o quê, não sei o quê", para dissuadir outros de possivelmente fazer a mesma coisa.

Último ponto, e só para provocar mesmo: a primeira tentativa fracassada do que seria uma conferência nacional de comunicação foi o Conselho Nacional de Comunicação, que é um fiasco, dois anos sem

se reunir. Isso é uma vergonha, porque seria ele, possivelmente, que poderia dizer que tipo de comunicação nós teremos. Mas por que isso não acontece? Por causa dos donos da mídia! (Ri)

A segunda (e aqui vou trazer uns exemplos bem concretos) foi a tal da criação do Conselho Federal de Jornalistas. Eu digo isso porque estamos aqui com o Conselho Federal de Psicologia. Se todos os grupos organizados de profissões pensaram, pensaram, progrediram e acharam que têm que ter um conselho que os critiquem, que fale deles para eles terem essa autocritica, para se ajudarem, para serem eficientes, para prestarem um bom serviço à sociedade... Porque é para isso que existe a Psicologia, é para isso que existe a Economia, por isso que existe o Direito como profissões numa sociedade para ajudar os cidadãos e cidadãs, a Ordem dos Advogados e tudo isso. Todo mundo pode ter o seu conselho, menos os jornalistas!

Muita coisa seria resolvida se os jornalistas tivessem um conselho, mas quando surgiu a ideia do Conselho Federal de Jornalismo foi uma gritaria por todo o Brasil. Por quê? Porque os donos não querem. Por quê? Porque os jornalistas são empregados, empregadinhos quietos, e aí deles se abrirem a boca.

Num desses debates que teve lá, estava o Mino Carta, que não é nada bobo, é um dos melhores jornalistas que nós temos, e o Heródoto Barbeiro, que é outro que também não é nada bobo, trabalha na CBN e na TV Cultura.

Heródoto Barbeiro entrevistando Mino Carta: "Mino, então essa questão do Conselho Federal de Jornalismo?..." "Isso não vai sair." "Mas por quê?" "Porque a mídia tem donos, os jornalistas são empregados! Enquanto os jornalistas não tiverem vergonha na cara e não disserem que são eles que entendem do assunto, enquanto os donos da mídia se considerarem automaticamente os jornalistas que entendem de tudo, não vai haver Conselho Federal de Jornalismo." Aí o Heródoto rodeava, rodeava, rodeava e vinha lá no fim com outra pergunta: "Mas então o Conselho Federal de Jornalismo?..." E o Mino: "Não sai, porque a mídia no Brasil tem donos!" (Ri)

Gente, é para discutir essas questões que a Conferência Nacional de Comunicação precisa se reunir, para que no Brasil a mídia não tenha donos. A Constituição sabiamente diz que a mídia é coisa tão importante que não pode ter donos. Ela é uma concessão pública e precisa de alguém que monitore essa coisa preciosíssima que é a comunicação.

Eu estava vendo excelentes trabalhos aqui do Conselho Federal, mas isso está lá no fim, são conseqüências, mas ficar brigando se criança, consumo etc., já é uma briga lá embaixo. Então, o objetivo dessa fala foi isso: temos que ir ao início da briga. E o início da briga é a Constituição, o início da briga é uma sociedade democrática, o início da briga é dizer que tipo de comunicação queremos. O resto vai ser conseqüência. No momento em que vier uma propaganda para criança etc., que a Conferência se reúna, discuta, peça assessoria, senão a gente fica brigando.

Lembro quando saiu essa conferência de publicidade e veio um negócio de que não deveria ter propaganda para criança. Gente, debocharam vergonhosamente das propostas, de que não deveria haver propaganda para criança. Debocharam vergonhosamente! Eu tinha até vergonha do que se fez daquilo. Por quê? Porque são eles que mandam!

Desculpem se falei demais, mas tentei partir dos inícios: se admirar diante das questões da comunicação; segundo, ver os fiascos que já fizemos; terceiro, o que é possível fazer. É isso aqui: só a pressão e a mobilização vão dar conta, como na saúde, de decidir que tipo de comunicação queremos e precisamos. Nós não somos xiitas, não estamos aqui para brigar. Nós queremos uma discussão plural e democrática. (Palmas.)

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Muito bom. Aqueceu o debate. Problematizou bastante.

Antes de passarmos para o terceiro momento, que eu vejo o mais importante, que é a articulação de tudo isso, da nossa audiência pública, quero dizer que a cada evento, a cada discussão que a gente tem feito para a Conferência temos distribuído alguns exemplares de uma publicação do Conselho Federal de Psicologia que é fruto de um seminário, do que a Psicologia tem sobre o tema "Mídia e Psicologia, produção de subjetividade e coletividade". Hoje, especialmente, não vou fazer sorteio, porque penso que é uma ocasião muito especial. Nós, da sociedade civil organizada, estamos muito felizes por contar com a participação, a representação do Executivo e do Legislativo - são três comissões: por isso gostaria de presentear-los.

Gostaria, ainda, de passar alguns informes, até para já irmos articulando a nossa audiência pública. O primeiro informe, que muitos já sabem, é que no dia 16 de abril o presidente Lula, através de um decreto, chamou a Conferência, que ficou a cargo do Ministério das Comunicações sob a temática "Mãos para a construção de direitos e de cidadania na era digital".

Nesse decreto ficou acertado que a Conferência deveria ter uma representação de delegados participantes da sociedade civil, do governo e do Legislativo, eleitos através das várias etapas da

conferência pública, deveria ser composta uma comissão organizadora com representação desses três segmentos.

Saiu também uma portaria, a Portaria nº 185, no dia 20 de abril, constituindo então a comissão nacional com a representação de 28 membros do Poder Público e da sociedade civil. Essa comissão está agora trabalhando em cima do regimento da própria Conferência.

Nós, aqui em Santa Catarina, numa reunião no dia 5, encaminhamos um parecer, uma posição sobre as coisas que a gente considera importantes para compor esse regimento, inclusive a questão do temário e tudo mais, e paralelo ao trabalho na elaboração desse regimento e a articulação dessa comissão nacional, que está com seus trabalhos sendo iniciados, é importante que cada Estado possa fazer o mesmo processo que nacionalmente foi feito, que é articular os seus representantes para compor essas comissões.

Por conta disso, e aproveitando que estamos todos reunidos, no final desta audiência pública a gente vai fazer uma breve reunião. Todas as instituições presentes estão convidadas para esses encaminhamentos, na verdade, o que a comissão que a gente constituiu no dia 5... ampliar da pró-conferência os próximos passos que a gente pensa que tem que ter, mais os comitês de regionalização e também uma comissão para começar a conversar com o governo estadual.

Passamos agora para o debate.

Com a palavra o primeiro inscrito, o senhor Rubens Lunge.

O SR. RUBENS LUNGE - Bom-dia a todos e a todas.

Sou presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e falo aqui em nome de cerca de quatro mil jornalistas do Estado sobre a preocupação que temos com relação ao que é a comunicação no País hoje.

O Sindicato realizou há pouco tempo, com um debate do procurador da República Celso Três, de Tubarão, com relação ao monopólio... (A senhora coordenadora solicita aos inscritos que digam seu nome completo.) O procurador Celso Três iniciou um levantamento com relação a RBS em Santa Catarina e chegou à constatação, que é evidente, do monopólio e oligopólio dessa empresa com relação aos meios de comunicação. A RBS detém 99% dos grandes meios de comunicação em Santa Catarina, "infraciona" a Constituição, contém um número maior do que o permitido de canais de televisão no Estado. Mas o que importa dizer é o seguinte: o Estado perdeu o controle dessas coisas. Efetivamente, nós, sociedade, povo, é que devemos reassumir isso.

A Constituição Federal de 1988 assegura, garante o controle da população sobre determinados bens públicos. Então, é importante que tenhamos em mente e levemos para as conferências municipais, para a conferência estadual e para a conferência nacional a necessidade de se utilizar um instrumento em que participa a população.

O Conselho Estadual de Comunicação e os Conselhos Municipais de Comunicação têm que ser implementados como instrumentos de controle público, ou sociais, se preferirem, sobre as empresas de comunicação. Nós precisamos de instrumentos e de conhecimento - sinto a falta aqui do pessoal da área da educação, de professores, pedagogos, estudantes.

O Gayoso, no ano passado, comprometeu-se aqui neste plenário a atuar com o governador para convocar a Conferência Estadual. Hoje ele assegurou que fará isso. Mas eu gostaria que ele levasse, se estivesse aqui, e vou dizer isso pessoalmente a ele, que é nosso colega de profissão, que implementem, além do que eles chamam de "Jornal na Escola", que é comprar dois milhões de assinaturas da RBS por ano para fazer o estudante ler, o Diário Catarinense... Que efetivamente os professores aprendam a debater. Não vou dizer ensinar, mas que aprendam a debater com o estudante aquele meio de comunicação que o governo está comprando; que ele chegue à sala de aula. (Palmas.)

Acho que isso é que é importante. Esse é o nosso papel.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Acho que a gente poderia fazer um bloco...

O SR. RUBENS LUNGE - Eu estudei em Porto Alegre. Apesar de morar em Concórdia, a faculdade de Jornalismo mais perto da minha cidade era em Porto Alegre - olhem só que coisa! Mas hoje já tem na minha cidade.

Quando eu estava chegando a Porto Alegre, havia morrido, se não me engano, Paulo VI. Alguns porto-alegrenses não acreditavam que ele tinha morrido, porque a rádio Guaíba não tinha dado a notícia ainda. (Risos.)

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Passo a palavra ao Celso.

O SR. CELSO FRANCISCO TODIN - Sou presidente do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

Vou começar na linha da tua fala - eu e o Pedrinho já nos conhecemos de longa data, nos encontramos frequentemente, mas acho que nunca disse a ele que ele faz parte da minha formação.

O Pedrinho é um dos que ajudou a criar o Mundo Jovem, da PUC. Na 8ª série nós nem adotamos o livro de português, adotamos o Mundo Jovem como material didático da disciplina. No colégio marista

em que estudei, o Mundo Jovem foi a minha primeira escola de crítica política.

Eu queria dizer que concordo plenamente com você. Sou do campo da educação (como profissional e não como presidente do Conselho) e, de fato, se um professor quiser comprar um livro para se informar... Vou a diversas conferências e sempre tem gente expondo, vendendo livros e eles não têm um centavo para comprar, o governo do Estado e a Secretária da Educação, mas têm a assinatura de um jornal que os professores são obrigados a ler. Não é nem uma opção, é uma obrigação, porque está em cima da mesa na sala dos professores e aquele que não lê é criticado, não oficialmente, é óbvio, mas o meio social fala que ele não é interessado em política, em assuntos de economia porque não lê jornal. Então, ele é obrigado a ler aquilo, senão é considerado um alienado, uma pessoa que não está interessada na realidade brasileira e catarinense.

A minha questão é a seguinte, Pedrinho: eu também coloquei outro dia para a Roseli Goffman, representante do Conselho Federal de Psicologia, e queria colocar também para este plenário a seguinte discussão: em geral (e tem um pouco a ver com a discussão do Conselho Federal de Jornalismo), quando a gente coloca que a mídia precisa ser controlada, isso, para a população, para o senso comum e até para os profissionais jornalistas passa a ideia de censura. E é interessante que os donos dos meios de comunicação veiculam dessa forma. Estão tentando nos censurar.

Então eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso, como a gente pode trabalhar... Eu achei uma boa sacada (*ininteligível*) monitorá-la, que você colocou aí, como a gente pode lutar, nós, que somos dos movimentos sociais, para conquistar a opinião pública para a ideia do controle social, do monitoramento, para não passar a ideia de censura, que estratégia a gente pode ter para isso.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Mais alguém?

O SR. THIAGO SKÁRNIO - Eu queria aproveitar que foi usada a palavra controle aqui... O Pedrinho colocou muito bem o quanto é complexo o uso dessa palavra, que é uma faca de dois gumes. A gente está passando por uma situação agora que é a aprovação da Lei Azeredo, que é do controle da Internet. Essa é uma lei bem problemática que precisa de um debate muito mais amplo. Gostaria que você falasse um pouquinho mais sobre essa questão - vai ter agora em Porto Alegre um evento chamado AI-5 Digital.

Quero complementar a fala da deputada Odete de Jesus, que colocou o quanto a mídia, os veículos de comunicação prejudicam a formação das crianças em suas casas, ou algo assim. Na verdade, não é a mídia, mas, sim, como ela está sendo usada.

Por isso, temos que lembrar sempre o quanto realmente é complexo o uso da palavra controle. É necessário controle social, sim, mas a gente tem que ter sempre uma notinha de rodapé, com legenda, explicando tudo que tem em volta disso.

Isso é para lembrar realmente essa questão da Lei Azeredo, que é uma questão muito importante que está acontecendo hoje no Brasil e não tem o devido debate.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Pedrinho, você pode responder agora. Deixaremos os outros questionamentos para o outro bloco.

O SR. PEDRINHO GUARECHI (RS) - Não sou só eu que vou responder, a gente pode ir se ajudando.

Celso, você levantou uma lebre: como na briga, nas discussões a gente deve ir aprendendo nos movimentos populares. Vejam: se a gente for falar sobre a questão... É bem como você diz: quando a gente fala em controle, em censura, imediatamente o pessoal se arreia. Por quê? Porque foi criada pela mídia uma representação social de que censura é o diabo, de que controle é o diabo. Imediatamente eles já ganharam a briga! Então, temos que ter cuidado, temos que evitar isso, porque na verdade quem está sendo censurado é o povo, porque tem só nove famílias falam, os outros não podem falar. Então é vice-versa, só que é preciso desmanchar isso logo.

Mas deixem-me contar um pouco como surgiu esse negócio da censura e do controle. Surgiu no século XIX, quando os jornalistas eram heróis, quando nos poderes absolutos das nações eles conseguiam fazer um panfleto, um jornal e colavam nos bares e nas coisas e o povo lia e começava a discutir a esfera pública daquele tempo. Com isso muitos governos autoritários ruíram. Então, o que os governos faziam? Quando aparecia um jornaleco desses, imediatamente pegavam, queimavam e prendiam quem tinha feito. Aí veio a censura, que foi numa época em que os que trabalhavam com a mídia eram absolutamente poucos, minoritários, lutadores e queriam uma democratização na mídia.

Essa ideia de censura dura até hoje, mas hoje não vale mais por quê? Porque a Rede Globo não é só um meio de comunicação, a Rede Globo é um tremendo poder político, econômico e social de comunicação. Então, não há mais censura quanto à Rede Globo. Ao contrário! A Rede Globo, assim como a RBS, é um tremendo poder econômico, político. Então como (*ininteligível*) para quê? Para legitimar o poder político e econômico. Quem não sabe disso, que veja os bens

da RBS, veja os bens da Globo. Todos se diversificaram. Mas eles usaram a representação social da censura para jogar na cabeça do povo.

Então, nós, psicólogos, gente que trabalha, temos que desmistificar e mostrar, primeiro, que quem está sendo censurado é o povo e que não é censura coisa nenhuma. Nós queremos que o povo possa também dizer a sua palavra, que é bem ao contrário. Mas cuidado com essa briga!

Muito boa a sua colocação.

É isso que precisa ser dito na mídia, gente. É claro, tem certas mídias que quando a gente diz isso imediatamente vão embora, não é? Ou terminam o programa (*ri*).

A respeito do que disse o colega sobre o AI-5 Digital, essa é outra questão que está pegando fogo.

Gente, como as realidades trazem as suas contradições! Graças a Deus! Hoje as novas tecnologias são realmente... Eu achei engraçado que o Lula fez questão de enfiar no título da Conferência a expressão "Era Digital". E a gente fica pensando: o que é essa era digital? "Não, nós estamos antevendo o futuro, é preciso discutir as novas tecnologias!"

O que está acontecendo, surpreendentemente, é que essas novas tecnologias estão montando uma comunicação diferente. Então, até certo ponto, está dando zebra. E está dando zebra porque muitos jornalistas, grandes, largaram o meio de comunicação para fundar seu *blog*. Com o *blog* eles fazem muito mais barulho e sucesso.

Tem muito jornalista, precisamente os mais medíocres, que não fazem nada antes de ler o *blog* do Amorim, o *blog* dos outros para ver o que está acontecendo no mundo da mídia. Então, eles são os pensadores, aqueles que estão criando até notícia, aí eles vão e copiam. Copiar não pode porque os donos da mídia não aceitam publicar o que eles dizem, mas eles manobram, para não passar vergonha ao menos, então disfarçam.

A gente está fazendo um estudo de como as notícias são disfarçadas, como aquilo que aparece em um dos *blogs* desses pensadores é colocado na mídia assim de uma maneira um pouco emasculada, castrada. (*Ri*)

Agora, é verdade que a mídia alternativa está entrando. O AI-5 Digital é uma briga contra uma lei do senador Azeredo, que está querendo montar um controle da Internet. Eu não sei detalhes disso, mas estou me interessando.

O próprio senador entrou com uma carga forte na própria mídia alternativa dizendo que não é nada disso, que é democracia, democracia, democracia. É, mas vamos ver direito o que esse homem quer, porque ele, na sua história, só defendeu grandes redes de comunicação, e parece que essa chave (porque para entrar precisava de uma chave) é o que ele tem para vender. Só com a venda dessa chave ele enriqueceria do dia para a noite. Bom, essa é uma versão. Eu estou vendendo aqui porque nós estamos discutindo. Não acreditem em mim, gente! Não acreditem naquilo que eu digo, por favor! Senão vocês vão seguir, de novo... Vamos pesquisar, vamos nos organizar! Tem gente inteligente aqui que saca isso. É só esse trabalho conjunto... Às vezes, gente, é um fulaninho aí que descobre o baita furo da bala e muda toda uma coisa. Esse negócio da mídia digital, o AI-5 Digital, como a turma diz, cheira um pouco a isso, mas vamos tirar a limpo. Por quê? O que fez o Tarso? O Tarso Genro, ministro da Justiça, escreveu uma carta (ainda bem que é pequena, então dá para ler, e procurem essa carta) em que diz que um dos problemas mais sérios hoje é essa lei do Azeredo. E disse: "Não estou dizendo isso como ministro da Justiça. Estou dizendo isso como cidadão brasileiro". É preciso pensar nisso, porque se essa lei for aprovada estaremos de novo ferrados no controle da comunicação. Cuidado!

Então, essas novas tecnologias... Tem que prestar atenção até nisso.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, gostaria de lembrar que o Pedrinho trouxe alguns exemplares do livro *Mídia e Democracia*. Se alguém se interessar...

Com a palavra a Valci, da Fenaj.

A SRA. VALCI ZUCULOTO - Sou diretora da Federação Nacional dos Jornalistas.

Gostaria de pedir ao Pedrinho que aprofundasse um pouco essa questão que já colocou mais ou menos, qual seja, a questão do Conselho Federal dos Jornalistas - ele atribui isso ao fato de que não vai sair porque temos donos da mídia.

Essa não é uma necessidade, uma reivindicação só dos jornalistas. Na verdade, é uma necessidade da própria sociedade ter mecanismos de regulação, mecanismos que tenham regras. Estamos fazendo essa primeira Conferência Nacional de Comunicação porque queremos regras, queremos saber como funciona a comunicação. Infelizmente ficou essa pecha na palavra controle, mas temos que controlar, porque esse é um serviço público que tem que ser prestado a nós, população, e não a nós, jornalistas.

Infelizmente os jornalistas acabam sofrendo grandes ataques porque estão ali no centro de toda essa questão. Nós temos a questão da tentativa de desregulamentação da nossa profissão através do que está agora lá no STF. Querem tirar a obrigatoriedade da nossa formação, que está na nossa regulamentação. Ou seja, tem questões que parece que são específicas dos jornalistas, mas são de toda a sociedade, porque isso aí... É como o Pedrinho falou, que é em relação... que a mídia neste país tem donos, quando na verdade os donos somos nós, o povo, a população, a sociedade. Então, acontece esse tipo de coisa.

Na Fenaj nós vamos discutir ainda em junho, vamos realizar um seminário preparatório à conferência para a categoria, para os jornalistas. Vamos ajudar, estimular os jornalistas, os sindicatos, toda a categoria, todo o campo do jornalismo a se integrar bastante nessa mobilização, nessa construção da Conferência. Se no País nós temos donos da mídia, temos donos da comunicação, eu gostaria que o Pedrinho aprofundasse um pouco mais isso, no sentido de que a gente defende... É claro que a gente tem que discutir conteúdo, tem que discutir a questão da cultura, todas essas questões que foram colocadas aqui e centenas de outras que a gente vai levantar nas conferências locais e estaduais... A gente tem como um dos grandes eixos discutir a cadeia produtiva na área da comunicação, porque precisamos mudar esse modelo, precisamos mudar essa lógica, que é a lógica comercial, a lógica do privado sobre o público, que é a que permeia toda a nossa comunicação.

Eu gostaria que o Pedrinho falasse um pouco mais de como a gente consegue quebrar essa cadeia produtiva para não ter mais donos da mídia neste país.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Com a palavra a estudante Clarissa Peixoto.

A ACADÊMICA CLARISSA PEIXOTO - Bom-dia a todos e a todas. Eu sou jornalista, estudante de cinema e vídeo e atualmente presidente da União Catarinense dos Estudantes.

Eu acho que o Rubens falou uma coisa muito interessante. De fato, nós não temos aqui setores da educação mesmo debatendo uma temática que é fundamental para a construção do ser humano. São duas áreas intrínsecas à educação e à comunicação. Eu acho que ele tem toda razão, por isso o esforço da UCE de estar hoje aqui para fazer esse debate com os movimentos sociais, com a sociedade, com os trezentos mil estudantes que a gente representa no Estado. O que eu tenho percebido no debate acerca da democratização dos meios de comunicação nesse tempo todo em que venho debatendo com o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, o que a gente vem discutindo é que ainda não se conseguiu, de fato, levar esse debate para a sociedade brasileira - conheço o professor Pedrinho desde o tempo de estudante de Jornalismo no sul do Estado. Ele já deu palestra para a gente lá.

Acho que esse momento da primeira Conferência de Comunicação, inclusive, é mais um momento de desmistificação de muita coisa para a gente conseguir construir uma opinião pública acerca dos meios de comunicação e essa característica pública deles, ainda difícil para a gente entender que tem uma natureza diferente entre o meio eletrônico, que são a rádio e a televisão, o meio digital e o meio impresso. E quero falar também do cinema no Brasil, até porque não é à toa que temos uma agência reguladora de cinema. Então ele também entra nesse debate. No que diz respeito ao cinema, hoje no Brasil se produz muito, mas não se consegue distribuir, não se consegue exibir. Isso também é democratização da comunicação.

Eu acho que o nosso principal desafio para essa Conferência é, primeiro, desmistificar as coisas, fazer o debate, por exemplo, do impresso, porque ele tem outra natureza dos meios eletrônicos. Por isso a gente pautava o debate do Conselho Federal de Jornalismo, porque ele é diferente, não é regulado da mesma forma que o meio de comunicação eletrônico, que a Internet digital hoje. São coisas distintas. Ter a Conferência Nacional de Comunicação e, sobretudo, os desafios nos municípios e nos Estados maior ainda de desmistificação e de construção popular... Não popular no sentido de fazer um debate panfletário do popular, mas de fato fazer o debate com o povo, nas escolas, nas universidades, trazer as pessoas para a compreensão de que os meios de comunicação são públicos, que é um direito nosso e não um produto que a gente está comprando na mercearia, como a gente tem visto.

Então, acho que a gente precisa se preocupar no sentido de que a Conferência faça esse debate, que é minucioso, é muito de gênese, é fino, é delicado. Na minha opinião, não estamos num momento em que essa Conferência vá trazer um grande avanço para a sociedade, mas vai, sim, desmistificar, mostrar para a sociedade brasileira qual a necessidade hoje para democratizar a mídia de fato.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Com palavra o senhor Itamar Aguiar.

O SR. ITAMAR AGUIAR - Bom-dia a todos.

Sou professor da UFSC e represento a Apufsc, Associação dos Professores da UFSC.

Eu gostaria de dizer que é um privilégio, é uma honra estar diante do Pedrinho Guarechi. Quando estive em Lisboa, comprei um livro dele para usar nas minhas aulas - a gente vê pouquíssimos autores brasileiros lá fora, não é mesmo?

Eu vou começar pela fala do próprio Pedrinho Guarechi. Acho que ele resgatou muito bem o sentido do que nos une aqui. O fundamental é a gente pensar que tem uma Constituição que coloca direitos. Esse deve ser o foco da Conferência.

Ontem a gente teve uma oficina importante no Sindicato dos Jornalistas, também preparatório para a Conferência. Lá eu coloquei que há uma questão importante que une todos. O que nos une aqui é o campo público, independentemente das entidades em que a gente participa, que nos unifica. É esse o sentido que vejo na Conferência Nacional de Comunicação. Eu penso que essa é uma oportunidade histórica importante. Estamos vivendo no Brasil uma oportunidade histórica e um momento raro no sentido de conseguir unificar o campo público em torno dos nossos interesses, das nossas ideais, e aí acho que a gente poderia pensar a Conferência sob dois aspectos. O primeiro é a possibilidade de a gente unificar o campo público em Santa Catarina para pensar uma agenda nossa, de lutas, porque ela não se esgota agora na Conferência.

A segunda questão importante é a nossa participação na Conferência, e aí eu penso que nós, do campo público, temos que construir o nosso espaço, tanto de organização quanto de intervenção, porque há um espaço que é nosso e há o espaço oficial. Então, acho que a gente tem que pensar no que é fundamental, e o fundamental para nós, na Conferência, é que de lá deve sair um novo marco regulatório para pensar a comunicação no Brasil, ou seja, de lá, como produto (essa é a minha expectativa), devem sair novas leis que precisam ser discutidas com a sociedade e vão acabar desembocando no Congresso Nacional.

As outras questões específicas, como bem colocou o Pedrinho Guarechi, são consequência da questão fundamental. Então a gente não deve perder esse foco principal, ou seja, da Conferência devem sair produtos concretos que vão desembocar em leis para a gente pensar a nova comunicação no Brasil e, principalmente, o que interessa para nós, que é a garantia do espaço público.

O SR. PEDRINHO GUARECHI (RS) - De fato, acho que ele está insistindo numa coisa importante. Temos que ir aos fundamentos: a criação de novas leis. É aí que temos que batalhar. E para isso é preciso uma fundamentação séria, e a fundamentação séria parte da democracia, da participação do cidadão, do ser humano, porque se o ser humano não pode dizer sua palavra, expressar sua opinião, manifestar seu pensamento, ele vai ser um ser humano deprimido, nunca vai se realizar.

A colega da Fenaj, a Valci, dizia então: os donos.

Olhe, há um problema... O Lula, quando falou do Conselho Federal de Jornalismo, que não saiu... Desculpem eu dizer isso aqui, mas acho que foi uma "sacação" central. Ele falou assim: "É porque alguns jornalistas são covardes". Usou essa frase que repercutiu fortemente: "são covardes".

Eu acho que ele tinha razão, gente! Porque o psicólogo tem o seu conselho, são eles que entendem da questão da psicologia, são eles que têm que estabelecer regras, princípios éticos para a sua profissão. Quem vai estabelecer lá? É o padre que vai dizer como o psicólogo tem que ser?! O economista é que entende... Então, dentro dele, se ele tem vergonha na cara, ele tem que estabelecer uma ética, assim como faz a OAB, que tem seu conselho de ética. Por que o jornalista não pode? De fato, na ocasião, muitos até jornalistas, claro, grandes empregados (*ininteligível*), até eles falaram contra o Conselho Federal de Jornalismo.

Então essa batalha é fundamental, senão não vamos chegar. É claro que sozinhos não, porque vão se contrapor à sociedade. Se o Conselho Federal de Psicologia dá uma mancada, a sociedade vai questionar, eles são os primeiros responsáveis, e assim os jornalistas, que estão com a faca e o queijo na mão. Agora, essa questão de não regulamentar a profissão é séria. Eles querem comer esse mingau lá debaixo. Então, nem jornalista vai ter.

A Clarissa levantou aqui um ponto...

Gente, há um círculo vicioso que precisa ser quebrado. Que círculo vicioso é esse? Se o Jornal Nacional, se os grandes telejornais da noite, todos eles, dessem um espaço à Conferência Nacional de Comunicação isso não seria um debate público? Seria um enorme debate público! Há coisa mais importante do que convocar a sociedade inteira, 100% da população para um debate sobre comunicação? Por que eles não fazem? Aí está o círculo: porque eles detêm a comunicação, são os donos e não querem que se faça esse debate. Agora, como romper esse círculo vicioso?

E mais, que você acena também: pela Constituição, os meios de comunicação têm de ser educativos. Por que nenhum deles discute comunicação? É outra questão. Então, há um círculo vicioso aí. Por que

a comunicação não entra como matéria de aula, no currículo? É importante.

Então, de fato, romper esse círculo é difícil. Agora, está começando. A gente tem que ir espraçando, e a tua fala foi por aí: como espraia o debate, como realmente construir essa comunicação. Não está morto quem peleia. Nós já chegamos longe, já conseguimos montar uma Conferência Nacional de Comunicação. Pode muito bem ser - e não estranhem, porque essa é uma hipótese muito provável - que ninguém da mídia vai dar bola para isso. Então, isso vai ser para quê? Para quem vai lá, representar os 1.500 ou 2.000 que vão para Brasília, como representantes.

Agora, como estourar isso? Agora, de repente, vai acontecer como nas Diretas Já em que escondiam, escondiam, a Rede Globo mostrava lá outras coisas... De repente, não teve mais como esconder, aí teve de entrar na briga. É um pouco isso que a gente está pensando.

Gente, foi muito gostoso... Não aceitem isso, gente, que eu estou dizendo para vocês aqui, por favor. Vamos pensar, vamos construir. Acho que surgiram aqui ideias muito interessantes para as nossas brigas.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Obrigada, Pedrinho. Agradecemos a sua preciosa colaboração para nossa reflexão, obrigada a todos.

Para fechar, eu gostaria de falar um pouco da agenda da gente está construindo. Amanhã nós teremos uma videoconferência nacional promovida pela Interlegis. O horário previsto é 9h - a última atrasou um pouquinho, então é entre 9h e 10h. E temos também anunciadas aí as oficinas de comunicação da Casa Brasil, que já é para poder trazer a comunidade. E a gente está aí... Já tem data?

(Manifestação fora do microfone: "Provavelmente vai ser na semana que vem.")

Isso. Então a gente vai divulgar lá nas listas, e vamos todos participar no site também: www.comunica-sc.org.br (esse é o site do Comitê).

Convido todos para um *coffee break*, e aí depois... Tá. Eu divido o meu fechamento aqui com o Aderbal, que é o meu parceirão do Comitê, e aí depois a gente volta aqui para fazer aqueles encaminhamentos.

Passo a palavra ao senhor Aderbal Rosa Filho.

O SR. ADERBAL ROSA FILHO - Bom-dia, pessoal. Participo do Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina, aqui representando também a TV Cultura.

Eu acho que para gente dar um fechamento no âmbito do que é uma audiência pública, a gente precisaria ter algumas amarrações mínimas aqui. Acho que teremos outro espaço de discussão também, no âmbito do Comitê Catarinense da Comunicação. Acho importante a gente ter uma distinção aqui entre a expressão institucional de uma audiência pública e um espaço de articulação dos movimentos sociais, com a sua legitimidade e a sua independência.

Mas ainda há uma lacuna existente desde a constituição dessa comissão nacional de organização da conferência, que é com relação a como ela vai ser convocada, a quem compete nos Estados - e há uma orientação no sentido de que se busque um comprometimento, um envolvimento maior do Poder Público também nesse processo.

Quero aqui deixar registrado, em respeito ao trabalho da Comissão de Legislação Participativa, que entidades representativas dos empresários de comunicação também foram convidadas para esta audiência - infelizmente, não se fizeram representar (porque a gente gostaria de ter a expressão do contraditório aqui também). Democraticamente, a Comissão encaminhou os convites e não se fizeram presentes. Eu acho que, para o futuro e para gente poder avançar na perspectiva da constituição dessa conferência envolvendo Poder Público e sociedade civil, era fundamental que saísse desta audiência uma orientação no sentido de que outras Comissões da Assembleia Legislativa de Santa Catarina também se envolvam nesse processo, para além da Comissão de Legislação Participativa, e que uma representação desta audiência pública busque uma audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira para que se assegure também um comprometimento do governo do Estado na construção desse processo em Santa Catarina.

Falava há pouco com o José Gayoso (que teve que se retirar porque tinha outro compromisso), e ele se disponibilizou a fazer uma intermediação para buscarmos esse contato. Mas acho fundamental, como expressão concreta de encaminhamento desta audiência pública (como espaço construído pelo Legislativo com representação da sociedade civil), termos uma representação da Assembleia Legislativa e uma representação do Comitê pela Democratização da Comunicação em Santa Catarina que busquem uma audiência com o governador para assegurar a realização do processo de conferência, tanto regionais e/ou municipais quanto estadual, também com o envolvimento concreto do governo do Estado.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Definimos agora, Deba? O que você sugere? Ou definimos daqui a pouquinho,

depois do *coffee break*? Pode ser? Ou agora, já, para se garantir a institucionalidade?

(O senhor Aderbal Rosa Filho manifesta-se fora do microfone: "O sentido aqui é aprovar a formulação dessa proposição, com representações do Legislativo e da sociedade...")

O.k.

(O senhor Aderbal Rosa Filho manifesta-se fora do microfone: "Quem serão essas pessoas...")

A gente define depois.

O.k., então aprovados os encaminhamentos do Deba.

Convido todos para o *coffee break*.

(Pausa para o *coffee break*.)

As meninas da organização me disseram que aqui tem outra audiência daqui a pouco, precisam organizar o espaço. Eu gostaria de fechar a audiência e os nossos trabalhos com os encaminhamentos.

Penso que as proposições que o Deba fez antes do intervalo já foram bem propositivas, já deram um pouco o tom deste fechamento que a gente gostaria de articular.

Vi aqui que muitas pessoas que se fizeram presentes hoje já estão participando das outras reuniões - a última que nós fizemos do Comitê nem é só do Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina, já é um comitê mais amplo. Vi que estavam lá e se fizeram presentes aqui, mas tínhamos outras instituições diferentes. E a nossa proposta é bem essa, é não excluir ninguém, é agregar todos os atores, toda a sociedade civil, todo mundo que está a fim de ampliar este debate. Aliás, já fica aqui um compromisso de todos nós de nos próximos eventos estarmos participando, mobilizando, divulgando para que a Conferência, realmente, chegue lá na população, que é o que a gente deseja - e que também chegue ao governo. A gente vê o quanto ainda é emperrado, apesar de termos uma intenção de compromisso, que foi o que a gente garantiu aqui com o nosso representante estadual. Mas o quanto isso é um processo lento, moroso - e é por meio da nossa articulação e do nosso tensionamento que a gente vai dar conta disso.

Então, o primeiro encaminhamento que eu gostaria de fazer - vamos ver se vocês aprovam - é que vocês autorizassem a coordenação do Comitê pela Democratização da Comunicação e a representação da Alesc a organizarem uma comissão para marcar a audiência com o governador - para gente não ficar aqui pensando nas entidades, até porque eu acho que nem todas mais estão presentes. Então, que a gente organize não uma comissão muito grande, mas com umas cinco ou seis instituições para essa primeira conversa - e sobre isso a gente pode também, depois, conversar um pouco lá no *e-mail* e no nosso *site*. Pode ser? Que a gente pense na indicação de algumas instituições com maior peso político que possam fazer parte dessa comissão para agendar a audiência com o governador. Concordam?

O SR. ITAMAR AGUIAR - Só para gente, que está começando a participar mais efetivamente... Só um esclarecimento histórico, rápido. Quem compõe a coordenação? Em que fórum foi criada? Houve uma eleição? Só para gente poder saber como foi instituída essa primeira coordenação, quem faz parte dela...

Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Certo.

O SR. LUIZ SEVERINO DUARTE - Bom-dia a todos, sou um dos coordenadores gerais do Sintrajusc.

Estamos nos integrando também a este movimento, estamos apoiando. Como estamos iniciando agora (complementando o questionamento do professor Itamar), para nós gera-se uma dúvida: se já temos desenhado que feição de conferência estadual nós queremos construir. Se já temos desenhado, qual a proposta, qual encaminhamento vai ser dado nesta reunião? Porque do nosso ponto de vista é preocupante apenas formarmos uma comissão e ir dialogar com o governador.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Sim, lógico.

O SR. LUIZ SEVERINO DUARTE - Porque temos que consolidar uma pauta pública, popular, democrática, e nos dirigirmos às instituições governamentais para eles entrarem com o compromisso institucional de financiar e bancar esse evento. E não chegarmos lá e eles: "Não, olha, eu pensei, o evento vai ser assim, assim, assim, e vocês vão agregar ao evento o que estou pensando em fazer" - quando nós defendemos e entendemos que é o contrário. São as entidades que devem pensar e organizar, dar feição à pauta, à condição dos trabalhos - e nós vamos bater na porta institucional do governo do Estado para que ele banque a estrutura para viabilizar essa conferência, porque essa conferência é pública, é do povo, somos nós que temos que dar gênese e rumo a essa conferência.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Muito bem.

A SRA. VERA GASPARETTO - Sou da CUT e aqui estou representando também a CUT de Santa Catarina.

Bom, eu me inscrevi também na linha dos dois companheiros anteriores, Jaira. Eu acho que como cada vez chegam novos atores, novos personagens, a gente precisa entender e contextualizar o que está acontecendo, até para que as pessoas se sintam acolhidas e

possam caminhar juntas, porque senão... Eu sei que não é essa a sua intenção, claro, são sempre as melhores intenções.

Acredito que nós temos que fazer dois movimentos agora, neste momento, em direção a esse processo que está em curso. Um é o movimento interno de organização do movimento social, no campo da sociedade civil organizada (especialmente falando aqui do movimento social com que a gente dialoga), que é para gente se organizar internamente, dentro do Comitê pela Democratização da Comunicação, para que a gente possa construir as nossas pautas, as nossas expectativas coletivamente, abarcando as ideias novas que muita gente está trazendo - e também já deixando explícito o que já tem de acúmulo, porque o CDC e o FNDC já têm um acúmulo.

Outra questão é esse movimento externo de articulação político-institucional que já vem sendo feito com a Assembleia (que é muito importante, já está garantido) e com o governo do Estado. E não só com o governo do Estado, mas também no interior do Estado de Santa Catarina, que somente vai acontecer com a pressão e com a mobilização dos atores que estão aqui - por exemplo, a CUT se dispõe a estar no interior mobilizando e compartilhando essa organização, juntamente com os demais atores do CDC.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Então, vou tentar ser bem objetiva com isso. Algumas dessas questões que vocês trazem fizeram parte da pauta da reunião do dia 5 que a gente fez - mas, claro, temos que contextualizar para quem está chegando. Até a UFSC estava representada com outras pessoas, a UFSC já está na lista, já é uma parceira.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "É que ele é da Apufsc".)

É, isso: uma é UFSC e a outra é Apufsc. Ah, então tá.

Como ele falou ali de início, para gente ter uma pauta, uma proposição mais definitiva junto ao governo do Estado e também junto aos municípios, aos gestores municipais, precisamos ter em mãos esse regimento que a Comissão Nacional está fazendo. É isso o que vai dar um pouco da metodologia, vai dar os encaminhamentos de um planejamento da Conferência - tanto a estadual quanto as municipais que a gente quer fazer. Mas, enquanto sociedade civil organizada (que vem aí, bem mobilizada, trabalhando há algum tempo), já foi encaminhado um indicativo de regimento para os nossos representantes que constituem hoje a Comissão Nacional. A gente vai estar com a ata pronta, inclusive, e podemos depois já passar isso para todo mundo, para vocês se inteirarem exatamente de todos os indicativos. E tem uma série de indicativos: que a Conferência não seja propositiva, que tenha representação de vários segmentos sociais, que tenha uma proporcionalidade... Isso já foi discutido nacionalmente - inclusive nós, aqui, na nossa reunião do dia 5, já encaminhamos para os nossos representantes que estão lá escrevendo o regimento dentro da Comissão Nacional.

E participei, enquanto representante do Comitê e representante do Conselho, junto com a Maria, de uma reunião em Brasília (nós éramos as únicas representantes de Santa Catarina nessa reunião). Então, havia lá dezessete Estados representados, um sistema e conselhos muito na frente - porque tínhamos, inclusive, uma reunião sobre comunicação na sequência (que já foi propositiva), para gente poder se fazer presente. Por isso que puxamos a discussão aqui no Estado, porque éramos os únicos representantes nessa reunião nacional de movimentos sociais, que aconteceu nos dias 17 e 18 em Brasília - e aí trouxemos essa discussão via Comitê de Santa Catarina, via Conselho Regional de Psicologia.

Mas a ideia é, realmente, de agregar tudo e todos, de fazer desta Conferência aquela proposição de ser, realmente, democrática. Tanto é que a gente decidiu, nessa reunião do dia 5, que teríamos um outro comitê para além do Comitê do FNDC de Santa Catarina (que tem aqui várias instituições representadas, a CUT, a Fenaj), uma comissão mais ampla para a Conferência, para as pessoas que não quiserem fazer parte do FNDC de Santa Catarina também estarem ali representadas e participando de todo esse processo. Eu acho que isso responde um pouco à questão de vocês.

Em relação às coisas que a Vera traz, é bem o que eu estou pensando em termos de encaminhamento e um pouco também da tua questão. Quando eu falo que já tem um povo conversando... Porque assim, a gente vai solicitar uma audiência com o governador, mas é claro que isso vai ser agendado; por mais que a gente vá pedir urgência, isso vai ser agendado com tempo. A gente não vai conseguir isso logo, mas já precisamos encaminhar. Antes dessa reunião com o governador nós vamos fazer outra reunião - que já quero tirar da ata, aqui, desse comitê ampliado. Não só do FNDC, mas de todas as pessoas que queiram estar participando para discutirmos a pauta da audiência.

Então gostaria de encaminhar uma data, e aí vocês podem me ajudar. Eu sou de Criciúma - pessoalmente, fica bom na sexta, em qualquer sexta (e penso que pode ser logo), que é o dia em que já venho para cá dedicar-me ao Conselho. Então vocês me ajudem aí com datas - o horário independe, aí a gente se organiza. Pela manhã?

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "Amanhã?")

Não, menos amanhã. Ah, pela manhã? Pode ser na próxima sexta, dia 29, pela manhã, gente? O local pode ser no Conselho de Psicologia, que aí eu já deixo agendado. O CRP-12, todos sabem onde fica? Então eu vou passar o endereço. Fica em Coqueiros, na rua Professor Bayer Filho, número 110. Pode ser às 9h? Então, às 9h.

(O senhor Aderbal Rosa Filho manifesta-se fora do microfone: "Posso falar um pouquinho?")

Sim.

O SR. ADERBAL ROSA FILHO - Gente, primeiro para esclarecer: eu acho que você não respondeu ao conjunto das perguntas e ao que o companheiro do Sintrajusc ali perguntou.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - É.

O SR. ADERBAL ROSA FILHO - Primeiro, o Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação é composto por entidades filiadas ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Para que se constitua em cada Estado um comitê, é preciso haver ao menos cinco entidades filiadas. Em Santa Catarina nós temos filiados o Sindicato dos Jornalistas, o Conselho Regional de Psicologia, a TV Cultura, a TV Floripa...

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "A CUT, a Abraço e a Alquimidia CUT.")

Ou seja, já alcançou. Nós...

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

Curso de Jornalismo da UFSC...

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

Está filiada ao FNDC?

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "Não.")

Então, gente, de novo: uma coisa é a comissão de articulação que a gente vem desenvolvendo, outra coisa é o Comitê pela Democratização da Comunicação. Por favor, não vamos confundir. Que já... algumas aqui... pô! Pela fala que a Jaira fez, acho que está misturando. Então, só para primeiro demarcar um pouco o que é o quê.

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "Mas o Comitê que vem puxando a...")

Então... O Comitê vem desenvolvendo um conjunto de articulações. Veio aqui na Assembleia, falou com o presidente da Assembleia, que demandou para a Comissão de Legislação Participativa o desenvolvimento desta audiência pública etc. A coordenação do Comitê está composta (a gente fez três reuniões neste ano) por mim, pela Jaira, pelo Thiago Skárnio e pelo Silvio Smaniotto, da TV Floripa. Foi a definição que a gente teve.

No dia 5, o Comitê pela Democratização da Comunicação puxou também uma reunião mais ampliada, convidando outras entidades da sociedade civil para o debate e para situar de toda a discussão que vem sendo feita na Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação e também dentro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Dali se tirou uma perspectiva de constituir uma comissão de articulação de movimentos sociais com o propósito de ampliar o debate sobre a democratização de comunicação para todo o Estado, no plano das organizações da sociedade civil - ou seja, ela tem sua autonomia para agir, para propor, para realizar eventos, e a nossa vontade é que isso ocorra sempre e nos mais diversos espaços possíveis.

Em outro plano, criou-se através do Comitê esse movimento de diálogo institucional com a Assembleia - e está saindo daqui (como a audiência é um espaço institucional) essa proposição de também uma representação do Comitê e uma representação da Assembleia Legislativa dialogarem com o governo do Estado.

Preciso esclarecer vocês aqui... Josemar, já te passo... se já superado, depois você me diz, mas eu vou complementar o informe aqui para ficar mais esclarecido que (sem uma defesa da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação e do Fórum Nacional de Comunicação) esta primeira Conferência Nacional de Comunicação fosse convocada formalmente, oficialmente, pelo governo federal para que haja comprometimento do governo federal com as resoluções que dela saíam. Querem vocês apenas que seja um indicativo de: "Ah, vamos democratizar"? Não! Que assim como ocorre nas conferências de outras áreas - cultura, saúde etc. - que já têm um espaço mais acumulado de debate, se faz até mesmo com relação à comunicação, que é uma reivindicação de mais de vinte anos nos movimentos sociais.

Bom, daí surgiu esse decreto convocando a Conferência, e o presidente da República demandou para o Ministério das Comunicações a constituição de uma comissão organizadora nacional dessa conferência, cabendo a essa comissão desenvolver uma metodologia, uma proposição de como vai ser a tirada de delegados, quem deve convocar ou não deve convocar essas conferências em todo o País, e que esse regimento interno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação vai ser também editado através de nova portaria.

O que está ocorrendo? O que está ocorrendo é que foram definidas 26 instituições a compor essa comissão organizadora

nacional, cada uma indicando um titular e um suplente, com uma exceção: o Legislativo, que terá direito a dois titulares e quatro suplentes, ou seja, dois da Câmara e dois do Senado. Nessas representações da sociedade civil foi elencado um conjunto de entidades. Do governo federal tem diversos Ministérios, a Casa Civil, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o Ministério das Comunicações etc. (são sete membros, se não me engano) - e os demais nessa composição com sociedade civil e Legislativo.

Havia uma definição no decreto de que se teria até o dia 30 de abril para a composição dessa comissão. A Fenaj indicou seus representantes até o dia 30; o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação indicou seus representantes até o dia 30; as entidades da sociedade civil (não as entidades empresárias, mas as do campo público) fizeram o dever de casa e indicaram. Mas ainda restam esses outros atores fazerem suas indicações. O governo também fez as suas indicações, mas, por exemplo, na Câmara dos Deputados está rolando agora um debate, porque circulou em veículos de comunicação que o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, teria feito a indicação de dois nomes: do deputado Paulinho Bornhausen, do DEM de Santa Catarina, e de outro deputado, do PP do Paraná.

Bom, mas havia um debate... As Comissões da Câmara dos Deputados que vêm tomando a frente neste debate, historicamente, são a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Do debate que essas Comissões já fizeram, a indicação pela Comissão de Direitos Humanos era da deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo - que, inclusive, foi presidente de uma Subcomissão na CCTCI, no ano passado, que discutiu a revisão do processo de renovação de concessões de canais, e já deu um avanço... Porque hoje, inclusive, para as renovações de concessões não basta apenas uma atitude do Executivo e está aprovado. Não. Tem que ter um posicionamento do Executivo e tem que passar pelo Poder Legislativo para valer. A outra indicação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, era da deputada Cida Diogo, do PT do Rio de Janeiro.

Então, está um impasse ainda e a Câmara vai ter que resolver, afinal de contas, quem serão os seus representantes titulares e suplentes. Isso ainda não ocorreu, a Comissão Nacional de organização da Conferência ainda não fez, sequer, a sua primeira reunião - mas da parte dos movimentos sociais está havendo, através da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (inclusive dessas duas Comissões e do FNDC, Fenaj etc.), uma movimentação de diálogo com o Ministério das Comunicações no sentido de apressar isso. Interessamos que haja um regimento interno o quanto antes e que se deslanche o processo de conferência nos Estados e nos municípios.

Nós temos aqui, no Comitê pela Democratização da Comunicação em Santa Catarina, uma avaliação hoje de que em função do atraso verificado até agora nesse processo de convocação formal, nós vamos ter muita dificuldade de realizar etapas municipais da Conferência de Comunicação em Santa Catarina. Por isso a gente amadureceu para uma proposição de (independentemente em quais municípios for possível fazer, de acordo com a capacidade, com a evolução organizativa, com o envolvimento da administração municipal etc.), independentemente quantas municipais ocorrerem, vamos propor a realização de ao menos oito conferências regionais antecedendo a Conferência Estadual de Comunicação. Já é um acúmulo do movimento nacional o debate (que as conferências municipais e/ou regionais não terão caráter deliberativo em função desse atraso todo que se verificou aí no calendário), mas as conferências estaduais serão, sim, deliberativas.

Já houve, no âmbito da Comissão também, a aprovação de proposições do FNDC com relação a como deve ser o temário da Conferência Nacional de Comunicação - respondendo também ali, eu acho que foi o companheiro que fez a pergunta? Acho que você tem aí o impresso, não é, Jaira?

(A senhora Jaira Rodrigues manifesta-se fora do microfone: "Tenho. Do temário.")

É, a proposta de temário...

(A senhora Jaira Rodrigues manifesta-se fora do microfone: "Mas nós não temos tempo para discutir isso agora.")

Tá, exato. Com três eixos etc. Isso foi encaminhado, mas isso ainda não é a resolução, porque a Comissão ainda não se reuniu e o regimento interno ainda não existe.

Então, o nosso movimento tem que ser no sentido de ampliar a organização da sociedade civil e também de buscar um envolvimento maior, tanto do Legislativo (que já atendeu prontamente a nossa reivindicação e tem respondido positivamente) quanto do Executivo (nesse campo ainda precisamos avançar).

Então acho que...

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Muito bem.

O SR. ADERBAL ROSA FILHO - Não sei se esclareci tudo o que foi solicitado?

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Só que assim...

O SR. ADERBAL ROSA FILHO - Acho que aqui o fundamental era a gente marcar uma nova reunião, que pode ser coordenada pelo Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação, mas nesse campo mais amplo aí. Porque, na verdade, cada entidade tem a sua liberdade de querer se filiar ao FNDC ou não...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Deba, era sobre isso que eu gostaria de falar, e você já está aí há quinze minutos...")

Tá.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Isso, vamos tentar ser mais objetivos, que as meninas têm que...

O SR. JOSEMAR SEHNEM - Eu queria só...

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Que horas são agora?

O SR. JOSEMAR SEHNEM - Eu queria só dizer aí o seguinte, que a gente...

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Qual é o teto, gente? Só um pouquinho, qual é o teto?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Até meio-dia e trinta.")

Meio-dia e trinta, que foi o combinado aqui com as meninas...

Meio-dia e quarenta, então, meio-dia e quarenta, no máximo. Vocês ajudam a controlar o tempo.

O SR. JOSEMAR SEHNEM - Bom, eu sou vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas.

O Sindicato realizou uma reunião, e ontem à noite várias pessoas que estão aqui estiveram presentes numa discussão que tratou exatamente dessa discussão que o Deba fez aqui na frente, ou seja, desanuviar essas questões de como se organiza, de como se faz, qual é o processo. Então, muitas das pessoas que estão aqui participaram desse debate já ontem à noite para tentar fazer isso.

A minha sugestão do que deva estar acontecendo aqui, em minha opinião, não é uma reunião do Comitê pela Democratização da Comunicação! Então, pelo que entendi (quero crer que esteja no convite, inclusive), esta reunião aqui é uma reunião da Comissão Pró-Conferência de Comunicação, que aí vai abranger... Porque, minha gente, a discussão da comunicação (está dito aqui, foi dito pelo Pedrinho, foi dito por todos nós) não interessa apenas a jornalistas e apenas ao Conselho de Psicologia - e nem só a CUT e nem só a um outro sindicato, entendeu? É a sociedade que tem que estar envolvida nessa discussão, e é essa a preocupação que eu tenho, particularmente. Nós somos uma parcela da sociedade, representamos trabalhadores, professores, estudantes, profissionais, eu acho que a gente está aqui... mas me preocupa muito porque não somos só nós. Eu acho que a gente tem que fazer um trabalho muito grande para englobar!

O resultado da nossa reunião foram três pontos, mas o principal ponto de ontem à noite (foi ou não foi?) foi que a gente saísse de lá com o seguinte propósito: vamos ampliar essa discussão ao máximo! Essa é a questão. Essa é a questão! Não é apenas enviar o convite dessa mesa da Comissão, entendeu? Porque a pessoa recebe o convite, mas não percebe a importância da presença. A gente tem que sentar com a pessoa: "Senta aqui, vamos lá na Conferência porque é importante por isso, por isso e por isso" - minimamente, para que as pessoas compareçam. Eu acho que esse é o nosso trabalho.

Nesse sentido, eu queria propor que a gente fosse realizar discussões também pelo interior do Estado, não esperar a realização das conferências municipais. Que nós, enquanto Comissão Pró-Conferência, fizéssemos essa discussão em Chapecó, em Caibi se for o caso, entendeu? Eu acho que essa é a nossa necessidade.

E eu queria dizer, só para terminar aqui, que este é um encontro (quero crer) não mais do Comitê! Ele faz parte do Comitê, entenderam? Então eu acho que a gente tem que transpassar isso. Nós agora estamos aqui reunidos enquanto Comissão Pró-Conferência, e é com novos atores - e esses novos atores chegam para falar. O Comitê também viveu assim, gente - e eu não tenho uma experiência tão grande quanto a do Conselho de Psicologia, mas tenho uma experiência. O Comitê se ativa com as demandas: se não tem demanda, o Comitê não faz reunião também! Então, essa Comissão não pode impedir as pessoas de participarem, eu acho que essa comissão tem que ampliar ao máximo.

Essa é a minha proposta.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Obrigada. Eu penso que essa sua fala é bem importante, mas também já estava posta. Pode ser que eu não tenha sido entendida, mas desde o início a gente está falando que o Comitê puxou porque éramos os únicos representantes do Estado lá nessa reunião nacional que teve, e o tempo inteiro a gente quer agregar novos atores e tudo o mais.

Sobre a questão de o Conselho, inclusive, estar à frente hoje do Comitê: está à frente temporariamente, eu quero deixar isso claro, e tomamos essa decisão em função da estrutura (porque a gente tem, aqui em Florianópolis, uma estrutura fácil de articular). Inclusive, pelo interesse no tema, contratamos uma assessora para dar conta dessa

coisa de responder a e-mails e tudo o mais, que é uma coisa complicada e importantíssima para a articulação. Mas o tempo inteiro isso está dado, o Comitê é ampliado, foi votado isso na reunião do dia 5 e a gente quer, sim, a participação de todos - de preferência, atualizar o máximo possível.

Então, para amarrar e para fechar, porque isso eu já te passo...

(Manifestação Inaudível fora do microfone.)

É... Não sei, tu quer falar ainda? Pode falar ali, então, para eu amarrar e fechar depois. Seja objetiva por causa da hora.

(A senhora Natércia Magaldi manifesta-se fora do microfone: "Mas eu estou na lista.")

Isso é porque eu quero encaminhar, mas não sei... Seu encaminhamento, Natércia.

A SRA. NATÉRCIA MAGALDI - Para os registros, estou representando a Famesc.

Pegando a fala do Jose, ontem a gente fez essa reunião e, como foi questionado ontem pela Vera, não tem divisão. A proposta é a mesma, a gente está ampliando, a gente está unindo todos os movimentos sociais.

Como já foi falado pelo Deba, a gente tem o Comitê, o Comitê tem as cinco entidades, mas a proposta agora é a seguinte: o Comitê faz parte? O Comitê faz parte, mas eu acho que quem está fazendo essa articulação é esta...

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Somos todos nós.

A SRA. NATÉRCIA MAGALDI - É esta ampliação aqui. Então, é a Comissão ampliada e não o Comitê, não o CCDC. É a Comissão ampliada que vai negociar com o governo, é a Comissão ampliada que a gente vai tocar e articular com os movimentos sociais para estar ampliando isso e chamando todo mundo.

Ontem, a gente teve um debate a meu ver muito bom. A principal questão que tiramos foi esta: como a gente vai estar se articulando, como a gente vai chamar os movimentos sociais para participarem. Então a gente teve a primeira oficina ontem, aqui na Capital. Tirar uma proposta... Inclusive, não foi tirado nenhum encaminhamento ontem por quê? O que a gente combinou? Vamos amanhã para lá, já que vai ter a reunião da Comissão ampliada lá e, junto com quem não está aqui a gente tira os nossos encaminhamentos.

Duas coisas lá ficaram muito claras. Uma, como vamos nos articular para que não aconteça de as outras regiões (afora a Capital) não estarem organizadas para a Conferência de Comunicação. Então, vamos propor outras oficinas com os movimentos sociais nas outras regiões para, daí sim, propormos uma agenda. A Conferência tem data, é em dezembro - daí proponho a agenda em Santa Catarina das conferências municipais e da estadual também (que a gente tem data, tem tudo isso pra ver).

Outra questão que ficou bastante evidente lá (inclusive foi a Casa Brasil que trouxe essa questão) foi como a gente vai trabalhar não as pessoas do movimento social, mas a sociedade como um todo. Daí a gente até combinou de estar conversando (e aqui é o fórum para fazermos isso), de fazer as propostas, de fazer os nossos projetos, de dialogar com a sociedade sobre essas questões da comunicação - não referente à Conferência.

Uma das coisas que a gente falou lá também foi sobre como vamos fazer o debate. Ainda não saiu o tema da Nacional - quer dizer, o tema saiu, mas não saíram os eixos -, mas nada impede que a gente, aqui em Santa Catarina, tenha o nosso tema. Então assim, quem vai dar a linha do tema? Somos nós. Nós, dos movimentos sociais, a sociedade civil. Então, uma das propostas feitas ontem na oficina foi de a gente começar a articular um texto base para a Conferência de Comunicação.

No mais é isso. Eu acho que precisa esclarecer, Jaira, que quem está organizando... que não tem uma coordenação - tem pessoas, entidades que estão se articulando para que a Conferência saia. E a proposta é: vamos acumular, vamos unir. Quanto mais o movimento social, quanto mais a gente puder chamar pessoas da sociedade civil para que venham para este debate, para que construam junto com a gente, para que a gente tenha, de fato, uma Conferência de Comunicação boa, para que a gente leve nossos delegados para Brasília, melhor - porque em Brasília a gente está vendo que as coisas estão complicadas. Então, que tenhamos uma boa representação aqui no Estado.

A SRA. COORDENADORA (Jaira Rodrigues) - Então está o.k.

Amarrando, então, os encaminhamentos. Faremos na próxima sexta-feira, dia 29, às 9h, no Conselho Regional de Psicologia, a reunião desse Comitê ampliado para a seguinte pauta: audiência com o governador e plano de mobilização regionalizado. Então eu acho que esses dois temas, Natércia, contemplam todas as nossas questões.

Eu queria deixar... Nós estamos com todas as listas, então todas as outras instituições que inclusive não puderam se fazer presentes hoje, mais as de hoje, vão ser chamadas para essa reunião

do dia 29. Quem vai chamar é o Comitê ampliado, então fica acordado isso...

(Manifestação da plenária: "Não, a Comissão! É melhor!")

Comissão, tá. A Comissão, para não misturar, né? Comissão para a Conferência.

E aí eu queria deixar, até para já agilizar um pouquinho o processo dentro disso que a Vera traz... Eu vou passar para vocês um e-mail: cnc@crpsc.org.br. Dia 29, sexta-feira, 9h, no Conselho. O que eu gostaria de pedir que vocês mandassem para esse e-mail? Quem tem representação pelo Estado, em princípio nas seguintes regiões (que é o que a gente vai mapear aqui primeiro, e daí a gente vai ver a possibilidade de fazer em outros lugares)...

(A senhora Natércia Magaldi manifesta-se fora do microfone: "Mas não é melhor a gente já fazer isso lá?")

É, mas só para adiantar, porque as pessoas precisam de contato.

Ó, vamos fechar!

(Manifestação ininteligível fora do microfone.)

É? Então assim, que cada instituição aqui representada... Mando por e-mail. Então tá, mando a tarefa por e-mail para todo mundo.

A reunião nós fechamos, e aí a gente já vai tentar puxar uma agenda com o governador, para esse dia, pra ver se a gente já consegue.

Obrigada pela presença das meninas que ficaram até agora, obrigada pela presença de vocês, dos meninos aqui, de todo mundo. Penso que hoje foi um grande passo... Aliás, temos tido alguns, a CUT fez o seu evento, que foi muito bacana... Tem muita movimentação aí, Casa Brasil se movimentando, sindicatos se movimentando com as oficinas, CUT, Conselho de Psicologia... Vamos juntar todas essas forças pra gente dar conta disso.

Obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. THIAGO SKÁRNI - Eu queria agradecer ao CRP pelo apoio logístico; às meninas da Casa (uma salva de palmas) que ficaram até agora aqui, se matando pela gente; e aos meninos também.

Ah, tem uma audiência hoje às 14h sobre a Lei Rouanet, de cultura. É importantíssimo que todo mundo que se interesse por comunicação e cultura, como já falei antes, esteja presente.

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
PRESIDENTE DA COMISSÃO LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROGRAMA HABITACIONAL DO GOVERNO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2009, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, NESTA CASA

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Senhoras e senhores, senhores deputados, autoridades, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, damos início à audiência pública convocada pela deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa, e pelos demais membros da Comissão, tendo em vista a necessidade de ampliar as informações e ouvir orientações sobre as formas e os critérios de acesso ao programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida, bem como debater a sua viabilização.

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos a excelentíssima senhora deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; a senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; o senhor Nildomar Freire, representando a senadora Ideli Salvatti; o senhor Felipe Augusto Teixeira, diretor de Habitação, neste ato representando a excelentíssima senhora Dalva De Luca Dias, secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina; o senhor Roberto Carlos Ceratto, superintendente da Caixa Econômica Federal; o senhor Robert Kennedy Lara da Costa, gerente regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; e o senhor Rui Reckelberg, gerente do sistema Sinduscon, neste ato representando o senhor Helio Bairros, presidente do Sinduscon. *(Palmas.)*

Com a palavra a presidente da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa, excelentíssima deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Eu cumprimento a mesa já mencionada pelo protocolo e agradeço a todos os senhores que vieram para a nossa audiência pública, a todas as famílias aqui representadas, curiosas para saber sobre esse belíssimo programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida. E quero pedir perdão para vocês pelo atraso, não é de mim iniciar audiências públicas com atraso, mas houve alguns imprevistos em

função das reformas que estão sendo realizadas aqui na Assembleia Legislativa. Por isso eu peço mais uma vez perdão a vocês, assim como também aos componentes da mesa.

Quero dizer que o programa Minha Casa, Minha Vida veio para contemplar no Brasil aproximadamente 1 milhão de famílias, sendo que aqui no nosso Estado de Santa Catarina serão aproximadamente 23 mil famílias. É um programa que está despertando, através da imprensa falada, escrita e televisada muitas curiosidades, por isso nós resolvemos trazer o superintendente da Caixa Econômica Federal, doutor Roberto Carlos Ceratto, assim como outras autoridades de vários municípios, para prestar os devidos esclarecimentos.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do senhor Álvaro Pinheiro, secretário de Habitação, que neste ato representa o prefeito de Blumenau, senhor João Paulo Kleinübing, que já foi meu colega de Parlamento; do senhor José Adelar Carpes, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos; do vereador Jorge Luis Wiltuschni, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar; do senhor Luis Carlos Spengler Filho, vereador de Gaspar; do senhor Afonso Bernardo Hostert, vereador de Gaspar; da senhora Geovânia de Sá, secretária municipal de Sistema Social, representando o prefeito de Criciúma, senhor Clésio Salvaro, também meu ex-colega de Parlamento; da senhora Arlete Machado, secretária municipal de Habitação e Família, neste ato representando o senhor Evandro João dos Santos, prefeito de Paulo Lopes; da senhora Regina Célia Correa, secretária municipal do Bem Estar Social, representando o prefeito de Navegantes, senhor Roberto Carlos de Souza; do vereador Maurílio Castro Campagnoni, presidente da Câmara Municipal de Campos Novos; do senhor José Teixeira Chaves, diretor-executivo da Secretaria de Habitação de Joinville, neste ato representando o prefeito de Joinville, senhor Carlito Merss, que também foi meu colega de Parlamento; do senhor Nilto Cipriani, neste ato representando o senhor Nilson Francisco Stainsak, prefeito de Presidente Getúlio; do senhor Maicon Alexandre Spohr, representando o prefeito de São Miguel do Oeste, senhor Nelson Foss da Silva; do senhor Marcos Saes, que representa o senhor Paulo Borba, presidente da OAB/SC; do senhor Maurício, que representa o presidente da OAB/subseção de São José/SC; do senhor Edgard Usuy, neste ato representando a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor Carlos Ayres dos Santos Francisco, que representa neste ato o senhor Pedro Cavalheiro de Almeida, presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Florianópolis; do senhor Jair Batista Ramos, representando a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufec); do vereador José Ivanir Branco da Silva, presidente da Câmara Municipal de Capão Alto; e do senhor Nelson Lima de Souza, vereador de Capão Alto.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, não quero me alongar, mesmo porque o superintendente da Caixa Econômica Federal, doutor Roberto Carlos, fará uma ampla exposição sobre esse programa de suma importância que beneficiará inúmeras famílias no nosso Estado. Todos os senhores poderão fazer os seus questionamentos, as suas perguntas. Não levem dúvidas para as suas casas, perguntem, esclareçam suas dúvidas sobre esse programa que contemplará famílias que ganham de três a seis salários mínimos e de seis a dez salários, comprometendo nada além de 10% do orçamento da família.

Então eu passo a palavra ao doutor Roberto Carlos Ceratto, superintendente da Caixa Econômica Federal, para que faça a sua exposição. Vamos prestar bastante atenção e depois vocês poderão tirar todas as dúvidas, os representantes das prefeituras dos vários municípios que eu já mencionei também poderão fazer os seus questionamentos, bem como as autoridades presentes, que também poderão fazer uso da palavra. Parabéns por estarem aqui em plena segunda-feira, deixando de lado seus compromissos para contemplarem esse programa belíssimo do governo federal.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos. *(Palmas.)*

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Bom-dia a todos e a todas. Sejam bem-vindos.

Gostaria de fazer uma saudação especial à deputada Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa, e agradecer o convite para estarmos trazendo mais informações sobre o programa Minha Casa, Minha Vida. Saudamos também a Maria Darci, parceira da Caixa, que coordena a Cohab e aqui representa o governo do Estado; o Nildomar Freire; o representante do Sinduscon, enfim, saúdo cada um de vocês aqui presente, com um destaque especial aos colegas da Caixa, o Robert, o Haberbeck, o Marlon, todos que certamente se empenham muito para que esses programas aconteçam.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Falar de casa própria mexe com cada um de nós. Depois do nascimento de um filho, sem sombra de dúvida que o maior sonho de toda família é ter o seu lar, ter o seu canto, ter o seu endereço; é uma questão de autoestima, influencia muito na qualidade de vida. E a própria Constituição diz que é direito de todo brasileiro o acesso à casa própria. Assim, pela primeira vez na nossa história temos um programa que vem com o objetivo de reduzir em 14% esse déficit habitacional, hoje estimado em torno de sete milhões a oito milhões de moradias.

O governo lançou o programa Minha Casa, Minha Vida agora no mês de abril com o desafio de um milhão de novas moradias, que além da redução do déficit habitacional, tem como principais objetivos a geração de emprego e a geração de renda, em função do impacto que toda a cadeia da construção civil provoca em termos de economia. O programa foi dividido em faixas de renda familiar, sendo quatrocentas mil unidades para famílias de zero a três salários mínimos, quatrocentas mil unidades para famílias de três a seis salários mínimos e duzentas mil unidades para famílias que ganham acima de seis salários mínimos.

Eu também vou apresentar a vocês o funcionamento do programa e depois a gente abre para as perguntas. Por isso fiquem à vontade para ao final fazerem os questionamentos.

Inicialmente a divisão desse quantitativo de um milhão de novas moradias se deu pelo déficit habitacional de cada região. Nós, aqui no Sul, temos grandes desafios em termos de moradia, mas se comparado a outras regiões do País, esse desafio é bastante pequeno. E por esse motivo, felizmente, vamos dizer assim, nós só levamos 24 mil unidades, significando que certamente muitas famílias catarinenses já têm acesso à casa própria, fruto de todos os programas existentes.

Então, desse quantitativo de 1 milhão de moradias, inicialmente 24 mil foram destinadas para este Estado. Este é um número de referência, não significa que nós vamos atender mais ou menos, vai depender da nossa capacidade, da nossa condição de articulação para produzir imóveis nessas condições, porque muitas vezes nós não temos esse imóvel disponível no mercado. Então, quem sair na frente pode, daqui um pouco, conseguir um maior quantitativo para as suas regiões. Mas hoje esse é o número: 24.049 unidades foram destinadas para o Estado de Santa Catarina.

Quais os benefícios desse programa? O financiamento habitacional continua, nós estávamos realizando muitos números e sonhos aqui no Estado, mas o que esse programa traz de muito atrativo é justamente o fato de ter um subsídio maior para a baixa renda, ou seja, o governo repassa um montante de recursos a fundo perdido, sem precisar que a família devolva esse recurso, dando uma condição muito mais favorável para que ela possa fazer a aquisição desse imóvel. Outros dois benefícios: um maior volume de recursos destinado para o programa e uma redução do prêmio de seguro. Muitas vezes os financiamentos tradicionais têm seguro de morte, seguro de invalidez, seguro de manutenção, de reposição de imóvel, significando 30%, 25% do valor do financiamento, e isso acaba impactando na hora do pagamento da prestação.

Então essas são as grandes novidades desse programa, além de um fundo garantidor. O que é isso? A família que ficar, por exemplo, seis meses desempregada, durante esse período pode deixar de fazer o pagamento e pagar lá no final do contrato, dando uma condição melhor de planejamento dessa família, que muitas vezes fica seis meses, um ano sem emprego e acaba perdendo o imóvel.

Gostaria de dividir esta apresentação em duas faixas de renda: até três salários mínimos e acima de três.

Para a faixa de até três salários mínimos, eu acho que esse é o maior desafio que nós temos, que é produzir imóveis de R\$ 40 mil, R\$ 45 mil, uma vez que não existe imóvel nesse valor disponível no mercado. Como inicialmente o programa foi direcionado para as grandes cidades do nosso Estado, lá o custo de um terreno também é maior e aí, em contrapartida, sobra menos recurso para fazer a casa.

Eu vejo que o nosso grande desafio é o atendimento à faixa de zero a três salários - e por conta disso já temos falado muito com todas as entidades parceiras. De três salários para cima já temos muitas ofertas, pois o mercado mesmo se encarrega de produzir imóveis nessa faixa de renda.

Então, inicialmente o governo destinou para os municípios acima de cem mil habitantes, e temos dez no Estado acima disso, e num segundo momento abriu para os municípios entre cinquenta mil e cem mil habitantes, beneficiando mais dezesseis municípios. Existe uma orientação, uma discussão muito grande no governo para abrir para todos os municípios, já foi dito inclusive pelo Ministério que estaria sendo aberto, mas esta é uma grande discussão, porque realmente hoje o maior déficit existente está nas grandes cidades. Então essa questão de abranger os demais municípios ainda está em discussão, mas possivelmente daqui um pouco deve estar sendo aberta essa possibilidade. Hoje, de fato nós temos aqui 26 cidades cujas famílias já podem fazer a inscrição, o que geralmente ocorre no setor de habitação da sua prefeitura.

Todos esses municípios também têm algumas contrapartidas, que a gente vai falar na sequência. E para as famílias, como vai funcionar? Para a família que possui uma renda de até três salários mínimos, a sua prestação vai ser de 10% do seu salário, sendo o mínimo de R\$ 50,00. Como três salários da R\$ 1.395,00, ela pagaria uma faixa de R\$ 50,00 até R\$ 139,00. Se nós fizermos uma pequena conta, veremos que se a família pagar R\$ 50,00 por mês, ela vai desembolsar R\$ 600,00 em um ano e durante dez anos vai pagar R\$ 6 mil. Esse vai ser o seu custo para ter um imóvel no valor de R\$ 45 mil.

Ou seja, o programa é altamente subsidiado. Paga R\$ 6 mil e leva um imóvel de R\$ 40 mil, R\$ 45 mil. Durante dez anos o valor máximo do imóvel é de R\$ 45 mil para apartamento e de R\$ 41 mil para casa.

O que é preciso dessas famílias? Ela tem que ter comprovação de renda para que nós possamos apurar realmente se está nessa faixa salarial, mesmo que ela tenha restrição cadastral, pois isso não é impeditivo, ou seja, se ela tem algum problema no SPC, no Serasa, isso não impede a contratação, e ela não pode ter sido beneficiada com outro programa de habitação do governo federal. Então, bem simplificado, esse é o procedimento a ser realizado pela família.

Obviamente que você produzir um imóvel de R\$ 45 mil em grandes cidades é um grande desafio. Por isso a importância da parceria com os Estados, com os municípios, com os movimentos sociais, com as cooperativas habitacionais. Logo que foi lançado esse programa, o nosso Estado fez a adesão e, na seqüência, os municípios com mais de cem mil habitantes também fizeram - alguns municípios de cinquenta mil habitantes ainda estão assinando essa adesão. Ao assinar a adesão, o Estado, o município se compromete a viabilizar as contrapartidas, desde que ele tenha essa contrapartida, como terreno, infraestrutura ou também uma contrapartida financeira, como desoneração fiscal de todos os impostos, no caso estaduais e municipais (os municipais são o ISS, o ITBI e outros mais), e também um tratamento diferenciado no caso de licenciamentos e aprovações.

Muitas vezes de nada adianta fazermos todo um movimento com as construtoras, viabilizando empreendimentos, se na hora da aprovação no município isso leva três meses, quatro meses ou ficamos um ano aguardando a liberação do órgão ambiental. Então é fundamental que todos se mobilizem para que a gente possa produzir esse tipo de imóvel.

Vou fazer um comentário, aproveitando a presença do Álvaro, secretário de Blumenau. Tivemos toda aquela calamidade que atingiu o nosso Estado, e o município adquiriu dez áreas de terras, sendo que dessas uma grande parte já está aprovada pela Caixa. Foi lançado então um grande edital convocando todas as construtoras interessadas e, se não me falha a memória, na segunda-feira já teremos a abertura desse edital, em que a ideia é produzir em torno de dois mil imóveis nessa faixa de zero a três salários mínimos, dando um primeiro passo para que se viabilizem as construções.

Certamente que leva um tempo você produzir duzentas mil, trezentas mil unidades, por mais que se aperfeiçoe o método construtivo. Portanto nós vamos trabalhar com dez meses, doze meses ou, dependendo da situação, um tempo menor.

Então, todos os municípios fizeram a adesão e abriram as inscrições. A inscrição é importante para que o município tenha o real diagnóstico da situação, mas a família vai ser convocada num segundo momento, até porque num primeiro momento você tem que produzir o imóvel, e esse é o grande desafio. Depois que o imóvel estiver pronto é que as famílias serão selecionadas com base em critérios, sendo alguns definidos pelo Ministério das Cidades e outros pelo município. Então existirão critérios muito claros de seleção dessas famílias. Pode o município definir como critério tempo de residência no município, famílias idosas, deficientes, enfim, estou dando alguns exemplos que podem ser priorizados. Cada município vai definir, obviamente, os seus critérios.

Então, para famílias de zero a três salários, é desta forma que está funcionando. Primeiro nós temos que viabilizar os empreendimentos para num segundo momento selecionar essas famílias.

Famílias acima de três salários mínimos até dez. Também esses benefícios do Minha Casa, Minha Vida estão estendidos para esses municípios, que inicialmente são em número de 26, mas as linhas tradicionais que nós tínhamos de habitação permanecem. Nós temos hoje financiamento para todos os municípios catarinenses, independentemente desse programa; esse programa traz, sim, muitos benefícios que facilitam, mas nós estamos construindo habitações para todo o Estado, independentemente dele.

Uma alteração bastante importante foi a redução da taxa de juros de 1%. Se nós falarmos na faixa de três a cinco salários mínimos, hoje a taxa de juros que a família paga é de 5% ao ano; se tiver Fundo de Garantia há mais de três anos, ela tem mais um redutor de meio por cento, então o custo do financiamento seria de 4,5% ao ano, que é uma taxa muito acessível, e também o valor de subsídio. Dependendo da faixa de renda, o subsídio é maior. Se

nós olharmos aqui cidades com mais de cem mil habitantes, para famílias que têm renda de um salário mínimo o subsídio é de R\$ 17 mil; até três salários mínimos, R\$ 17 mil é o que o governo coloca de fundo perdido; para quatro salários mínimos, R\$ 10 mil - vamos supor: uma família de quatro salários que vai comprar um imóvel de R\$ 70 mil sai devendo R\$ 60 mil, porque R\$ 10 mil o governo dá de subsídio; se tiver Fundo de Garantia, mais R\$ 5 mil ou mais alguma coisa, ela pode usar de entrada. Esse subsídio varia de acordo com a renda, sendo maior para quem ganha menos. Essa é a lógica.

Também temos um valor máximo do imóvel. Com recurso do Fundo de Garantia, nas capitais, como é o caso de Florianópolis, o valor máximo é de R\$ 100 mil e nos demais municípios é de R\$ 80 mil.

Falamos em outra oportunidade da importância da região metropolitana aqui para o Estado, e tem um projeto em andamento aqui nesta Casa criando outras regiões metropolitanas, o que elevaria de R\$ 80 para R\$ 100 mil o valor máximo do imóvel em várias outras cidades, como São José, Palhoça, Joinville. Então, elevaria esse montante, dando um benefício maior para as famílias em termos de subsídio, em termos de reduções como um todo.

Esse fundo garantidor que eu comentei anteriormente visa a cobrir eventuais desajustes durante o financiamento - um desajuste seria a perda de emprego. Se a pessoa ficar desempregada, perder a renda, ela pode (até 36 prestações) jogar isso para o final do financiamento. Quer dizer, fiquei desempregado seis meses, usei; voltei a trabalhar, volto a pagar; mas mais na frente também perdi mais um período... Até o limite de 36 meses, no caso para quem ganha até cinco salários mínimos, pode colocar isso no final do contrato.

Esse fundo garantidor também quita o financiamento no caso de morte ou invalidez ou também de despesas com a recuperação do imóvel no caso de danos físicos. Então, ele garante efetivamente uma condição diferenciada para as famílias. Para ter acesso, a pessoa tem que ter pagado no mínimo seis prestações de contrato e ter pagado aí, no mínimo, 5% no mês da solicitação. Ela faz uma solicitação formal para a Caixa... É fundamental que esteja adimplente, ou seja, se vou solicitar hoje, tenho que estar em dia com as prestações para que eu possa ter acesso a esse benefício futuramente.

Também um grande atrativo aqui é a redução de custas e emolumentos cartorários. No caso de primeiro imóvel residencial, a pessoa estaria dispensada do pagamento dessas custas e teria uma redução de acordo com a faixa salarial. Tem outro programa que faz parte do Minha Casa, Minha Vida, que é o Programa Nacional de Habitação Rural, que atende praticamente todos os municípios do Estado. Esse programa já foi criado, só que ainda não foi alocado recurso. Hoje, efetivamente, nós não temos com o trabalho esse programa até que o Ministério das Cidades disponibilize o recurso. Só assim a gente pode colocá-lo em prática. Até então todos os programas estavam voltados para a habitação urbana, mas agora se cria um programa nacional de habitação rural. Nesses últimos anos, nós até fizemos habitação rural no Estado (foram sete ou oito mil moradias), mas eram alocados recursos do Orçamento, não existia um programa específico. Agora existe (*inaudível*), mas a casa do nosso agricultor ficava em segundo plano. Isso dá uma condição muito diferenciada, e também estariam se enquadrando aí, além dos agricultores, os pescadores artesanais, os maricultores, as comunidades quilombolas, os indígenas, enfim, é outro contexto aqui do nosso Estado.

Também foi criada uma linha de crédito para as construtoras para que tenham recursos disponíveis para viabilizar a infraestrutura desses terrenos. Foram R\$ 5 bilhões destinados às construtoras, e muitas já estão tendo acesso.

Por fim, eu trago aqui, antes de abrimos para o debate, independentemente do programa Minha Casa, Minha vida, o esforço que temos feito, os números que temos produzido em termos de habitação para o nosso Estado. No ano passado, foi aplicado em habitação R\$ 1.200 bilhão, beneficiando 33 mil famílias catarinenses, 127 famílias por dia. Então, cada dia que abrimos as nossas unidades, 127 famílias dormem mais felizes, e nós vemos aqui o volume: em 2005, por exemplo, foram R\$ 311 milhões. Se olharmos esse primeiro trimestre deste ano, quando ainda não tinha o Programa Minha Casa, Minha Vida, nós já tínhamos realizado R\$ 322 milhões. Em plena crise nós crescemos praticamente 100% no volume de financiamento habitacional, que

continua num ritmo bastante acelerado, mas o nosso desafio é continuar com esse ritmo e produzir essas 24 mil casas ou mais, dependendo da nossa capacidade.

Então era isso, uma breve apresentação. Se tivermos um espaço, podemos abrir para questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Gostaria de registrar a presença do senhor Cesar Murilo Ramos Vieira, secretário municipal de Habitação de Lages, representando o prefeito Renato Nunes de Oliveira; do senhor Nelson Bittencourt, secretário adjunto de Saneamento e Habitação, representando o senhor Dário Berger, prefeito de Florianópolis; e da senhora Neusa Angioletti Koche, representando o Lar Fabiano de Cristo do município de Itajaí.

Com a palavra a senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), que tem viajado por muitos municípios para fazer a entrega de várias casas.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de iniciar as minhas palavras cumprimentando a nossa deputada Odete de Jesus, pessoa interessada pela habitação do Estado e que já propôs uma lei que foi sancionada pelo nosso governador beneficiando as domésticas.

Quero cumprimentar o Roberto Carlos, superintendente da Caixa Econômica, nossa grande parceira no Estado de Santa Catarina, estendendo os cumprimentos a toda a sua equipe aqui presente.

Desejo ainda cumprimentar as demais autoridades da mesa e a plateia e trazer aqui um grande abraço do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que não pôde estar presente em função de compromissos assumidos anteriormente - o nosso governador e o nosso vice-governador Pavan são muito interessados pelos programas habitacionais e pela solução da moradia no Estado de Santa Catarina.

Nós temos o prazer de presidir a Cohab Santa Catarina, órgão do governo que trata da moradia e da política de habitação do Estado.

É uma satisfação, superintendente, o nosso Estado ter sido o primeiro Estado brasileiro a assinar o convênio, a fazer a adesão ao programa nacional, o importante programa Minha Casa, Minha Vida.

Eu já trabalho nessa área há muitos anos. Sou da época do BNH, já trabalhei na Caixa Econômica por doze anos e agora estou na Cohab e pela primeira vez vejo um programa tão completo, com tanta preocupação com a população de baixa renda, com subsídios importantes, com garantia e segurança no período de desemprego, com esse fundo compensatório, em que as pessoas poderão transferir para o final do seu contrato o pagamento dessas prestações.

Quero dizer que o Estado de Santa Catarina reconhece a importância desse programa, é parceiro nesse programa, por isso mesmo foi o primeiro a aderir e já colocou à disposição dos municípios o seu sistema eletrônico de inscrições, o que facilita muitíssimo a inscrição de todas as famílias.

O Estado também se compromete a comprar alguns terrenos, a entrar com projetos, com assistência técnica, parte de infraestrutura e já reduziu o custo do material de construção de 17% para 12% numa cesta de material de construção.

Já estamos propondo ao governo do Estado (a equipe econômica está estudando) a redução também na casa de madeira, de 17 para 12 o INSS, diminuindo significativamente o custo dessa importante solução habitacional.

Estamos aí para ser parceiros, porque temos interesse na solução da moradia popular, e seremos parceiros, certamente, nessa faixa mais popular, de um até três salários mínimos, ou até seis salários mínimos, porque o mercado se encarrega do restante. É nessa faixa que a população precisa de parceria das instituições, do governo federal, do governo do Estado, dos municípios, das organizações sociais, das cooperativas habitacionais, enfim, de todos os setores preocupados com a solução do problema da moradia.

É fundamental a participação de todos, porque a habitação para a baixa renda nós só vamos conseguir resolver com a parceria de todos, cada um dando a sua colaboração, a sua participação, e Santa Catarina está empenhada para que isso ocorra com a maior efetividade e que tenhamos soluções baratas e importantes para as famílias.

Nós desenvolvemos vários projetos e os colocamos à disposição também para os municípios, com a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) (*ininteligível*) de graça, casas que começam com dois quartos e vão até quatro quartos. Dois quartos, sala, cozinha, banheiro, isso é o mínimo que estamos exigindo para Santa Catarina. Não podemos mais admitir fazer um embrião, que não resolve o problema, só adia o problema. Dar só um banheiro e uma peça não é o suficiente para resgatar a dignidade da família catarinense. Nós precisamos oferecer, no mínimo, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, e num projeto que permita ampliação, porque nós temos certeza de que a nossa população vai crescer, assim como está crescendo o nosso Estado, isso é uma consequência. Isso vai melhorar muito a qualidade de vida da família, a pessoa vai ter condições de pagar, de ampliar a sua moradia.

Os projetos que nós oferecemos a todos os municípios e à população em geral são projetos que permitem ampliações. Estamos incentivando muito a solução da moradia através da realização de uma casa para pessoas de baixa renda, porque a casa permite ampliação. Já o apartamento é a melhor solução para as maiores cidades, porque os terrenos, por terem um alto custo, estão sendo um obstáculo. Então, a solução é o apartamento. Embora não possa ampliá-lo, a pessoa vai morar enquanto for possível; assim que melhorar a renda, ela já tem esse apartamento ou para vender ou para dar de entrada em um imóvel melhor.

Temos certeza de que os nossos catarinenses vão galgar cada vez mais condições socioeconômicas para ter acesso à moradia. E o programa que o governo federal faz, ele pensa no todo, ele pensa nas soluções para atingir o maior déficit habitacional, por isso se concentrou nas grandes cidades. Mas nós, de Santa Catarina, Estado bem distribuído, com municípios com baixa população (a nossa maior cidade tem um pouco mais de quinhentos mil habitantes), estamos lutando desde o início e vamos continuar lutando para que todos os municípios tenham acesso. Com o processo de descentralização, nós lutamos para que as nossas famílias sejam atingidas nos seus municípios, nos pequenos municípios, que não saiam de lá, que sejam atendidas na área rural, que permaneçam no campo tendo um lar com o mesmo conforto que têm as famílias das grandes cidades, com uma vantagem: a qualidade de vida, pois não precisam enfrentar as inconveniências das grandes cidades, como trânsito, criminalidade e outros problemas.

Nós já estamos fazendo um estudo colaborando com a Associação Brasileira na Cohab em todos os critérios para normatizar o programa no atendimento aos médios e pequenos municípios. E nós esperamos que os nossos deputados federais e os nossos senadores ampliem a lei para que sejam atendidos todos os municípios do País. Assim, vamos assegurar direitos iguais a todas as pessoas carentes. (*Palmas.*)

Nós nos colocamos à disposição dizendo que o Estado de Santa Catarina é parceiro do governo federal na execução desse programa. Somos parceiros de todos os municípios, aqui representados por vereadores e importantes secretários, por associações, sindicatos. O Estado de Santa Catarina e a Cohab de Santa Catarina são parceiros. Precisando, nos procurem. Nós temos pouco a oferecer, mas esse pouco é significativo para a solução da moradia.

Mais uma vez, quero cumprimentar a nossa querida deputada Odete de Jesus, que é uma pessoa comprometida com o social, com a inclusão das pessoas, principalmente das famílias mais carentes.

Parabéns por essa iniciativa.

Eu queria cumprimentar todos os membros da mesa e dizer que acreditamos no programa. Temos certeza de que ele vai ser um sucesso em Santa Catarina.

Não queremos construir só as 24 mil moradias, superintendente, nós acreditamos na capacidade da Caixa Econômica Federal, nessa ramificação que existe em todo o Estado. Vamos fazer o possível para apoiá-los em todas as iniciativas e vamos conclamar todos os municípios para que participem efetivamente para que possamos dobrar esse número - a nossa proposta era de 40 mil moradias, mas já estamos felizes que vieram 24. Os catarinenses são trabalhadores, têm iniciativa, e a Caixa Econômica hoje é uma só no País todo, mas a de Santa Catarina é a que tem melhor desempenho.

Parabéns, Caixa Econômica. Temos certeza de que com o apoio de vocês Santa Catarina não vai trazer só 24 mil moradias,

vai chegar a 40 mil, sim, nesses dois anos, tenho certeza.

Muito obrigada.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Parabéns a essa mulher desbravadora, que é irmã do meu colega Manoel Mota, a quem respeito muito neste Parlamento, é um deputado de muita experiência que sempre nos ajuda muito.

Só endossando as palavras da secretária Maria Darci, quero dizer a todos que a minha Comissão de Legislação Participativa é para o povo participar, é para o carente dar a sua opinião, é para o desassistido falar que quer alterar leis. Essa Comissão é para todos debaterem, darem ideias, tirem dúvidas.

Mais uma vez quero dizer que o nosso papel é muito importante - o superintendente, a secretária, eu, como deputada, o Nildão, representando aqui a senadora Ideli Salvatti, os secretários que estão representando os seus prefeitos. A nossa vida é passageira, passa muito rápido, num piscar de olhos, por isso temos que fazer com muita responsabilidade o papel que nos é dado. Enquanto eu estiver deputada, vou procurar desenvolver o meu papel com muita responsabilidade; vou desenvolver esse título tão passageiro de deputada de uma maneira bem consciente e responsável. O governo federal tem o seu papel, que também é passageiro; o governo do Estado, o doutor Luiz Henrique da Silveira também tem a sua responsabilidade; nós, deputados, temos que exercer o nosso papel de trazer o bem-estar ao carente, ao necessitado, àquele que não tem endereço. A pessoa que não tem a sua casa própria não tem endereço, porque mora um ano numa casa e sai para procurar um lugar mais barato. E nós queremos propiciar esse bem para essas pessoas, por isso que hoje o superintendente está aqui para tirar todas as dúvidas, assim como a secretária.

Nós vamos abrir um espaço para o debate. Não tenham vergonha de fazer os seus questionamentos, de tirar suas dúvidas. Você veio porque está interessado. Se não estivesse interessado, não estaria aqui. Então, sem ter vergonha de ser feliz, de ter seu endereço.

Eu passo a palavra a um amigo de longa data, o Nildão, que está representando a senadora Ideli Salvatti.

O SR. NILDOMAR FREIRE (NILDÃO) - Obrigado, deputada.

Eu vou ser breve, porque, como a senhora mesmo disse, tem muitas representações aqui de parlamentos municipais, prefeituras, sociedade civil organizada que gostariam de questionar sobre os detalhes do programa ainda não explicitados, não compreendidos na plenitude.

Mas eu gostaria de cumprimentar a senhora, deputada Odete, pela iniciativa.

Quero cumprimentar também a secretária Maria Darci, representante da Cohab; o Roberto Carlos Ceratto, da Caixa Econômica; o Rui Reckelberg, representando o Sinduscon; o nosso companheiro Felipe, que representa aqui a secretária Dalva; o conjunto das organizações sociais, na pessoa do Jair Batista, representando aqui o movimento comunitário dos companheiros da Panaia, que tem uma trajetória de reivindicação que talvez depois seja questionada aqui; os legisladores municipais, na pessoa do vereador Ricardo Vieira, do PCdoB da Capital; e os representantes das prefeituras.

Eu queria só salientar rapidamente alguns pontos do programa. Em primeiro lugar, eu estava falando para a deputada Odete de Jesus que há aspectos do programa... O programa não é algo espontâneo, ele é uma ação sistêmica; passa pela Caixa Econômica, esse instrumento fundamental fomentador, mas é algo discutido no conjunto dos Ministérios - Ministério do Planejamento, Casa Civil, Ministério das Cidades, instrumento especificamente criado no âmbito do governo Lula para debater as grandes problemáticas dos centros urbanos, que é essa questão do saneamento, da habitação, da mobilidade urbana, do transporte, enfim. Portanto, aborda questões vitais na sociedade, como a questão da mulher - a vulnerabilidade da situação da mulher na família está sensivelmente colocada aqui no programa, não é, Roberto? Então, preferencialmente, ele escolhe a mulher na assinatura do contrato. (*Palmas.*) Talvez algumas pessoas não se dão conta, mas em famílias com conflitos a mulher é o ponto mais sensível na relação, o ponto mais sofrido, vamos dizer assim.

Outra consideração: o programa delinea esse perfil da sociedade brasileira, essa demanda inicial, quer dizer, buscando resolver esses 14% de demanda acumulada, mas quanto maior a participação

do ente federativo, ou seja, do município ou do Estado, maior é a contemplação, não é, Roberto? Por exemplo, os 24 mil iniciais. É bem possível que se amplie muito à medida que se ampliem as contrapartidas das prefeituras e do próprio governo estadual. É preciso salientar isso como um ponto fundamental também nas suas mais variadas formas, como foi dito aqui, terreno, participação financeira direta.

A outra questão importante que está sensivelmente vista no delinear do programa é a possibilidade de, junto com as construtoras, com a Caixa Econômica, também participarem, além dos entes federativos, Estado e municípios, as organizações da sociedade civil. As organizações populares podem ser contempladas diretamente na efetivação do programa habitacional.

Mais uma questão importante, que tem sido uma cultura... Até fazendo uma homenagem à deputada Odete de Jesus, que preside a Comissão de Legislação Participativa. Quer dizer, é a possibilidade que o Parlamento tem de ouvir a sociedade. Os quarenta deputados foram eleitos legitimamente, têm um papel legítimo para cumprir, mas não satisfeitos com isso exercem a necessidade da legislação participativa - eu ouvi permanentemente.

Então, há instrumentos que são criados no âmbito dos governos que valorizam isso. Hoje, por exemplo, em várias secretarias, em várias áreas temáticas, se o município não efetivar a democracia participativa, se não fizer um conselho municipal daquela área, se não fizer um fundo municipal daquela área, daqui a pouco pode não receber os federais. É o caso da cultura, saúde, educação, que tem dispositivo constitucional.

Mas aqui há um recado importante para os nossos governantes locais, prefeitos, que é a necessidade de se pensar em criar os fundos municipais de habitação, criar os conselhos municipais de habitação, porque essa é uma temática mundial. Há fórum mundial das Nações Unidas para debater essa necessidade, necessidade de instrumentos dos entes para inclusive o recebimento futuro de recursos dessa área. Então, os fundos municipais de interesse social, já existem no plano nacional, já existe comitê gestor inclusive no âmbito do Ministério das Cidades; que esses conselhos já tenham o pré-dispositivo que seja a participação mínima de 20% das organizações populares, da sociedade civil organizada.

Eu concluo o meu raciocínio, dentro daquilo que falei inicialmente, de que isso não foi algo que caiu espontaneamente no nosso país, para colocar o seguinte: Porque aqui é possível se ter um plano, como a Maria Darci, que é sistêmico. Nós tínhamos a política do velho BNH, lá atrás, que trouxe coisas muito positivas. Mas essa ação sistêmica só é possível com a mudança de paradigma no Brasil. Quer dizer, passamos três décadas de um sofrimento muito profundo em várias áreas sociais por conta de um vento, uma moda que varreu o Brasil, de que o Estado passa a jogar um papel mínimo, ausente do seu papel de cumprir as políticas sociais e as públicas; o mercado se autorregula; e ao longo dessas três décadas nós vimos uma demanda terrivelmente represada em todas as áreas, como citei, de saneamento, de habitação.

Por isso, se ao longo dessas três décadas ou quicá quatro décadas tivesse tido uma política de Estado nessa área, talvez o objetivo não fosse de 14%; quem sabe em dez anos eliminar esse déficit terrível em relação à questão habitacional. Mas nós tivemos, como eu disse, essa moda. Então, durante esse governo houve uma mudança de paradigma. O Estado tem que jogar papel. E como o Estado joga papel, inclusive para receber a crise de uma forma mais organizada? Tem instrumento fomentador. Não seria possível ter isso, gente, sem Caixa Econômica Federal. Nunca seria possível ter isso, por exemplo, ter a maior linha de transmissão elétrica do mundo sem ter instrumentos como o BNDS, o Banco do Brasil, como o sistema elétrico.

Então, basicamente seria essa a lembrança que eu queria fazer do ponto de vista do paradigma mais político do nosso país que até bem pouco tempo iludiu muita gente sincera e decente, de que o mercado se autorregula, o Estado não joga papel nenhum, essa coisa toda.

Portanto, queria apenas cumprimentar a Caixa Econômica pela apresentação do programa; cumprimentar a deputada Odete de Jesus; e torcer para que a partir de agora nos municípios, além de assinar o contrato, não efetivem os passos posteriores, porque nessa outra faixa, como se diz no popular, o mercado "tá bombando". A gente vê aqui na Grande Florianópolis, em várias regiões. O Vale do Itajaí começa nessa faixa de 6 a 10. É só abrir

os classificados nos jornais que a gente vê a busca, a oferta.

Agora, nessa outra área aqui, que precisa de limitação de espaço, de áreas urbanas, que tem a ver com essa questão do valor venal do terreno, essa coisa toda, é preciso dar esse segundo passo - e aí a comunidade organizada tem um papel fundamental de ajudar a Caixa Econômica e as prefeituras no delinear dessas áreas, para que o cadastro... Se não me engano, tem regiões que o cadastro já ultrapassou dez mil inscritos e a população às vezes fica sem uma orientação sobre quais são os outros passos - e aí é o ente municipal, é o parceiro local, a prefeitura que tem que jogar o papel fundamental. Quer dizer, não se joga bola só com o centroavante, tem que ter o zagueiro também.

Seria basicamente isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Obrigada, e parabéns.

Gostei muito que a mulher é quem irá assinar o contrato e ficar responsável. Desculpem-me os homens, mas agora a mulher é que está tendo vez, graças a Deus. A mulher teve direito ao voto, tem direito a ser votada, a mulher está ocupando o seu espaço que lhe é de direito.

Quero também aproveitar e registrar a presença do vereador Ricardo Camargo Vieira, do município de Florianópolis, que nos honra com a sua presença.

Agora passo a palavra ao senhor Rui Reckelberg, gerente do sistema Sinduscon, neste ato representando o senhor Helio Bairros, presidente do Sinduscon.

O SR. RUI RECKELBERG - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a deputada Odete de Jesus por convidar o sistema Sinduscon; o Roberto pela excepcional apresentação; e em nome deles cumprimentar todas as autoridades, cidadãos, entidades de classe etc.

Quero dizer que o doutor Hélio teve um imprevisto, deputada Odete, de última hora. Hoje de manhã, um pouco antes da reunião, ele me ligou e disse que não poderíamos deixar de estar presente e pediu-me que eu o representasse - e eu estou aqui fazendo isso até um pouco de improviso.

Também quero esclarecer que (a deputada deve estar estranhando) trabalhei quase oito anos na Superintendência da Federação da CDL e agora estou no Sinduscon - houve uma mudança na minha atividade profissional.

Mas em nome do Sinduscon eu quero parabenizar o governo federal pela iniciativa do programa "Minha Casa, Minha Vida". Todos que pensaram nesse projeto, que o idealizaram, estão de parabéns.

O Sinduscon participou do feirão da Caixa aqui de São José, na quinta feira, e os imóveis com os valores de até R\$ 80 mil foram realmente os mais procurados. Eu não sei se sobrou algum para vender. Mas quero dizer que ao contemplar a baixa renda, a gente está estimulando o mercado como um todo, porque aquele que tem um imóvel hoje, mesmo que seja a classe média, acaba vendendo o seu imóvel para um de menor renda e adquirindo um imóvel de maior valor. Então, acredita-se que esse programa, dentro da construção civil, vai estimular o que mais o governo procura, que é a geração de emprego e renda que este país precisa.

Há dez dias eu assisti à palestra de Stephen Kanitz, em São Paulo, e surpreendi-me, porque para ele crise não existe, ele só fala da parte do copo cheio. Quem conhece a história, coisa ruim é o copo vazio, a parte cheia é coisa boa. Então, ele disse que crise não existe, crise existe para quem depende de exportação, de algum segmento e tal. Mas dentro do Brasil diretamente crise não existe. Então, a gente acabou fazendo uma avaliação: em muitos pontos ele tem razão, mas nem em todos concordo com ele.

Particularmente queria fazer uma colocação, deputada. Eu acho que com esses programas está-se conseguindo reduzir essa grande distância que temos entre a baixa renda e a maior renda neste Brasil. Esse é um problema social muito grande. Eu acho que com programas sociais dessa ordem, dessa natureza, a gente vai conseguir diminuir essa distância.

Deputada, Roberto, o Sinduscon está à disposição no que puder auxiliar - contem sempre conosco.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Obrigada.

Passo a palavra agora ao senhor João Luiz de Oliveira, da Associação de Moradores da Ponta do Leal, que tem uma pergunta a fazer.

O SR. JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA - Bom dia.

Eu sou o Gão, líder da comunidade da Ponta do Leal, uma comunidade que está em fase de relocação, já existe há 47 anos.

Não é bem uma pergunta, é até mesmo uma proposta, uma chamada de atenção. Eu tenho conversado com alguns moradores de outras comunidades, junto com o vereador Ricardo, do PCdoB, e tenho visto a dificuldade que o governo tem na implementação desse programa diante da falta de terra. Eu tive uma discussão outro dia com o representante da GUs, na UFSC, e eles têm problemas também de identificação de terra.

Então, eu estava pensando o seguinte (até como proposta): no auxílio para o melhor funcionamento desse programa, se existisse a possibilidade de as prefeituras diminuírem, no caso, como tipo de critério mesmo, alguns impostos, como do ITBI {Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis}, do ISS, do IPTU, e trabalharem em cima de doação de terrenos. Porque, pelo que entendi, o governo dá uma condição de R\$ 45 mil, mas R\$ 40,5 mil são para a construção da casa e R\$ 4,5 mil para o terreno.

Mas eu tenho um questionamento, no caso da doação do terreno da União: Esse terreno vai ser pago ou ele entra dentro do programa de taxa? E também ver a situação das famílias que vêm de fora, no caso de Florianópolis. Claro que a maioria desse problema de favela é de fora, não é da cidade, mas já está há muito tempo. Então, de repente, eu acho que se acertassem os problemas, cada um com o seu local, cada cidade com o seu problema.

E no critério da admissão para elaboração desse programa, eu vejo que nós temos movimentos sociais organizados aqui que já trabalham há muito tempo nesse sentido de assentamento. Como é que fica a situação dessas pessoas, como no caso das inscrições abertas no Pró-cidadão, em que em um dia fizeram 7 mil inscrições, e Florianópolis recebe 2.400 casas. Como é que fica para atender essa demanda e como fica o trabalho desse povo que já está se organizando há muito tempo?

Também teria que ser visto a parte do governo do Estado no tocante à estrutura, a esgoto, à creche. Se houvesse uma parceria mais completa, mais simplificada nesse sentido, eu acredito que o programa seria muito mais bem executado.

Eu pergunto também quanto são esses terrenos particulares, no caso... Não estou chamando para nenhuma discussão esse assunto, mas nós temos o caso da Vila Aparecida, que tem um terreno enorme, uma favela enorme em volta. Como é que fica a situação? Existe uma possibilidade de desapropriação ou por índice? Como é que o governo vê esses terrenos enormes que não estão sendo usados por nada, e estão lá ociosos?

Eu vejo também que, assim como o Sinduscon, outras construtoras também deveriam de se mostrar presentes para ver quais as possibilidades que a gente tem de exploração no sentido de parceria em construção de casa.

Agradeço a oportunidade, e acho que é mais ou menos por aí a situação.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Primeiro, quero cumprimentar o Gão, que conseguiu aqui resumir o grande desafio que temos pela frente.

Já fizemos várias discussões, inclusive uma há pouco tempo, em que esteve presente o Sinduscon, através do Helio, do Rui; o próprio vereador Ricardo esteve presente. A gente vê, de todos os municípios aqui no Estado, que o maior dificultador vai ser Florianópolis, pelo custo do terreno. Essa é a grande discussão.

Na sequência, estivemos aí com o Atila, que é do IpuF e também secretário da Habitação. O município já tem em torno de quatorze mil inscritos - e certamente tem algumas questões, como a de Ponta do Leal e algumas outras aqui que requerem uma atenção maior. Então nós acordamos, inclusive temos essa semana uma nova reunião com a prefeitura, no qual ficaram de nos apresentar todo o diagnóstico da cidade, os principais problemas e as soluções, justamente alguns indicativos de áreas de terras que a gente poderia trabalhar.

Também conversamos com a Cohab, com o governo do Estado. Há alguns imóveis de posse do terreno ou da própria União, que poderíamos estar atuando, mas essa articulação nossa - Estado, município, comunidade, prefeitura, órgão ambiental, Ministério Público, enfim, todos os atores - é que vai fazer a diferença, vai propiciar com que se consiga encontrar alternativas de solução desses problemas. Mas de fato nós já tivemos várias

conversas, essa semana a prefeitura deve nos apresentar todo um estudo do município, e a partir desses estudos vamos verificar as possibilidades, principalmente de áreas de terras que a gente tem disponíveis. A Cohab também já nos posicionou que tem aqui algumas possibilidades, então é isso que devemos trabalhar.

Com relação às inscrições, à seleção, certamente nenhum município vai querer trazer pessoas de fora para serem beneficiadas - obviamente há o entendimento de que ele procure beneficiar os seus cidadãos. Então, possivelmente os municípios devem estabelecer um tempo de residência mínima, envolver a própria associação de moradores que também conhece muito o contexto na definição desses critérios para que a gente possa efetivamente direcionar a essas pessoas.

Os impostos beneficiam... Certamente a redução é positiva. E no caso da sua pergunta quanto à questão do terreno, o valor máximo da casa é de R\$ 41 mil e do apartamento é de R\$ 45 mil, incluído o custo do terreno. Se o município ou o Estado doarem esse terreno, possivelmente você pode construir a casa por R\$ 40 mil, R\$ 42 mil ao invés de R\$ 45 mil. Caso contrário, o Estado ou o município podem também vender esse terreno para comprar novas áreas para beneficiarem outras pessoas, criando um fundo, como o Nildão colocou aqui, possibilitando a solução de outras questões. Então, esse é o retorno à sua colocação.

Temos aqui outra pergunta da Janessa Pereira Rodrigues: "Quando começamos a pagar a primeira prestação?" Obviamente a prestação começa a ser paga 30 dias após a sua ocupação no imóvel. O imóvel ficou pronto, você recebe as chaves, 30 dias depois faz o pagamento dessa primeira parcela. Não tem desembolso durante a construção, só lá o final.

Há outras perguntas aqui: "Para quem é autônomo, não pode?" Obviamente todas as classes de trabalhadores autônomos e com registro podem acessar, só a comprovação de renda do autônomo que é diferenciada. Mas inclusive tem condições, em determinados casos, de até se considerar a renda informal da família. Então, é isso que nós temos enquanto prestação.

"Se as casas já estão prontas, a renda é só do pai, da mãe, ou os filhos participam?" É renda familiar, de toda família.

"É verdade que os familiares que têm filhos com deficiência têm mais possibilidade de adquirirem e serem selecionados?" Eu citei aqui um exemplo de critério. Certamente quem vai definir qual o critério, se é tempo de residência, se é idade, se é filho com deficiência... O Ministério vai definir alguns critérios em nível nacional e o município também vai poder incluir os seus critérios. Então, se esse for um dos critérios indicados pelo município, certamente quem tiver filhos nessa situação vai ter um...

(A senhora Maria Darci manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

E tem até a própria legislação que garante - bem lembrado pela Maria Darci. Outra pergunta: "O município de Itajaí já aderiu o programa? Existe área destinada?" O município já fez, sim, a sua adesão. Também há pessoas de Gaspar aqui presentes. Então, todos os municípios já fizeram adesão e o que a gente sabe é que a Caixa, a nossa regional de Blumenau, está muito próxima aos municípios, visitando áreas, procurando identificar locais para que a gente possa viabilizar esses empreendimentos.

"Gostaria de mais explicação, primeiro quanto à produção dos imóveis e, depois, sobre o cadastro das famílias. Qual fazer primeiro?" Na verdade os dois processos estão caminhando de forma paralela. As inscrições estão acontecendo em todos os municípios, para que o município conheça a sua realidade, mas ao mesmo tempo nós já estamos com as construtoras, com as prefeituras, procurando locais para construir esses imóveis. Obviamente o primeiro passo é ter o imóvel disponível em condições de moradia para que você possa, na sequência, fazer essa seleção das famílias. Portanto, os dois processos estão encaminhando juntos.

Aqui, depois eu passo para a Maria Darci responder. Acho que é esse sistema eletrônico que foi questionado.

Aqui tem outra pergunta em relação ao autônomo, que já foi respondido, se tem como entrar no programa. Tem sim, somente a documentação que é diferenciada.

Estão perguntando aqui, Maria Darci, se o sistema eletrônico do governo estadual está disponível para todos os municípios.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Sim. Nós desenvolvemos esse sistema, porque trabalhamos sempre em parcerias. Não temos o registro nesses últimos tempos de fazer tudo diretamente,

nós sempre buscamos um ou vários parceiros. Por isso mesmo a Cohab construiu esse sistema *on-line* para fazer as inscrições. Então, as pessoas nos seus municípios, nas prefeituras, que tiverem interesse solicitam à Cohab, que fornecerá uma senha.

Por exemplo, aqui em Florianópolis as dezenove mil pessoas que estão cadastradas no sistema da Cohab têm uma parceria com a prefeitura. Em Blumenau, Gaspar e Criciúma tem mais gente cadastrada e todos os cadastrados para habitação já migraram para o nosso sistema. Nós temos vários, inúmeros municípios, até porque, pelos programas que são executados pela Cohab, hoje atuamos nos 293 municípios e todos já fizeram uso do nosso sistema, portanto, já têm a senha.

Agora, se a senha ficou um tempo sem ser usada e foi desativada, é só solicitar uma nova e o seu uso será gratuito. Ai então já tem a ficha de inscrição, que é só imprimir. Ainda se quiserem tirar cortes, fazer um relatório, ver o total dos inscritos (quem se inscreveu da faixa de 1 a 3, de 3 a 6, mais de 6), o sistema fornece esse relatório graciosamente a todos os municípios e instituições que são parceiras da Cohab. É um trabalho de concessão gratuita que o governo do Estado coloca à disposição de toda a população. Não sei se respondi tudo.

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Tem uma nova colocação aqui, de que nos critérios a serem definidos é importante a participação da sociedade.

Na verdade, obviamente em todo esse processo é fundamental que a sociedade participe e que de certa forma se envolvam os Conselhos Municipais de Habitação que temos criados em todos os municípios, que têm representação de toda a sociedade. Então, é fundamental que haja, sim, essa participação, que haja uma transparência muito grande nas famílias que serão beneficiadas. Somente através dessa transparência que você vai dar razão maior a todo esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus) - Ainda temos inscritos para falar os senhores Avelino Muller Mendes da Silva, Jair Batista Ramos, José Teixeira Chaves e o vereador Ricardo Vieira, do PCdoB de Florianópolis.

Com a palavra o senhor Denilson Timmers, representante da Panaia.

O SR. DENILSON TIMMERS - Bom-dia a todos.

A minha pergunta é a seguinte: Uma comissão de moradores que já está organizada, que já tem o seu terreno, já tem algumas casas prontas... Já foram feitas 6 casas na nossa comunidade e faltaram fazer mais 22 em um terreno que foi doado pela União - e a gente já está naquela terra há 40 anos -, então eu queria saber como é que fica o encaixe dessas casas na nossa comunidade?

SR. NILDOMAR FREIRE (NILDÃO) - Só para ajudar, Panaia é uma comunidade localizada em Florianópolis, próximo ao aeroporto. Eram antigos terrenos da Panair do Brasil. Tinha um processo judicial com despejo já em fase de execução, conseguiu-se lá por 2012 reverter o processo, a União fez ascensão do terreno com contrapartidas para o poder local, o município de Florianópolis.

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - No caso aí, eu acho que teríamos que dar uma avaliada na documentação, ver se é possível fazer essa inclusão. Mas se a documentação estiver adequada, podemos conversar junto com o município para, de repente, fazer essa inclusão, o encaminhamento já dentro do programa. Então, no final, podemos fazer essa conversa e já vemos o encaminhamento. O.k?

O SR. JAIR BATISTA - Bom-dia a todos e a todas.

Deputada Odete, presidente desta audiência pública; demais integrantes da mesa; comunidade aqui presente. Neste ato represento a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco).

Queremos aqui trazer a nossa contribuição, enquanto movimento comunitário organizado de Florianópolis, em relação ao debate da questão da moradia. Nós, que acompanhamos esse debate há vários anos, temos certeza de que para que este projeto dê certo é preciso muita vontade política - principalmente dos prefeitos, que são os atores principais nesse projeto, que são aqueles que vão viabilizar a questão dos terrenos.

Então, queremos dar nossa contribuição inclusive nessa questão da definição de critérios, para que haja um grande envolvimento da sociedade, das associações de moradores (já sugerido pela mesa), para que este não se torne um projeto de governo - que

é o que a gente tem visto na questão da política urbana, muito pouco discutida. Aliás, não existe uma política urbana definida, com critérios, aqui nesta cidade. Nesse sentido, para que este não seja mais um programa clientelista e para que atinja seu objetivo, com certeza, tem que haver o interesse e o envolvimento principalmente da sociedade.

É preciso discutir uma política habitacional séria e comprometida com o social, não há a menor dúvida em relação a isso. Para isso, é preciso haver uma política de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, o que vai definir inclusive a questão dos espaços para a construção dessas moradias. Se não houver uma política habitacional de regulamentação do uso e ocupação do solo... Principalmente a questão dos Zeis, que precisam ser regulamentadas na maioria dos municípios. Aqui, por exemplo, existem algumas iniciativas de Zeis (Zona Especial de Interesse Social), mas estão apenas no papel, não foram regulamentadas - e aí a dificuldade de se encontrar terrenos para a questão da moradia de interesse social.

Não temos a menor dúvida de que esses projetos têm que estar vinculados aos programas, principalmente a questão do plano diretor, dos conselhos municipais de habitação e também do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Infelizmente, o nosso município não está tendo a prioridade de incluir essa discussão a esses importantes instrumentos que são os conselhos municipais de habitação de interesse social.

Com certeza, é preciso um amplo debate com a sociedade. Inclusive sugiro à representação da Assembleia que o movimento comunitário também possa fazer parte da mesa nos dias das audiências públicas, no sentido de democratizar ainda mais o espaço, visando à inclusão social. E, com certeza, deve-se incluir mais as associações de moradores nesse debate, senão não vamos conseguir atingir os objetivos.

Então a gente traz já como contribuição a esta audiência pública a questão do incentivo à criação das cooperativas habitacionais. Hoje temos aqui a nossa realidade: é preciso construir quatrocentas casas no Maciço do Morro da Cruz, por exemplo, pelas obras do PAC, e não tem empresa para construir. Foram várias tentativas de editais e até agora não apareceu uma empresa para construir as habitações de interesse social no Maciço do Morro da Cruz. Então, se nós não tivermos cooperativas habitacionais, esses projetos correm sério risco. E também é preciso, sem dúvida nenhuma, a política de reserva de terrenos para essas habitacionais, ou seja, o prefeito precisa prever essas terras, senão os projetos vão travar e nós não vamos ter um projeto que atenda realmente as habitações de interesse social.

A Ufeco agradece a participação, somos parceiros no sentido de ajudar a organização comunitária nesse programa. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Com a palavra o senhor Ricardo Camargo Vieira, vereador do município de Florianópolis.

O SR. VEREADOR RICARDO CAMARGO VIEIRA (Florianópolis/SC) - Bom-dia a todos os presentes.

Este programa traz um diferencial nunca visto historicamente nas iniciativas de se tentar diminuir o déficit habitacional do nosso país: a participação dos movimentos sociais, a possibilidade da participação direta da sociedade no desenvolvimento desses programas, desses projetos que visam a atender exatamente a população que mais precisa, que se inclui nesse déficit habitacional e que abrange, principalmente, pessoas que têm um nível sócio-econômico mais precário.

Acredito que a participação da sociedade estimula o controle social. Como bem falou o Roberto, representante da Caixa, se esse movimento todo conseguir consolidar, com ênfase, a participação da sociedade no desenvolvimento de mecanismos que, em longo prazo, consigam trabalhar esse déficit habitacional e firmar a participação da sociedade em conselhos de habitação, em formação de fundos de habitação tanto municipais quanto estadual, esse, acredito eu, será o maior mérito que esse programa poderá vir a desenvolver. Claro, construir e destinar casas para essa população que mais necessita, obviamente, é algo que tem que se buscar.

Nesse sentido, esse programa consegue firmar, como bem falou o Jair, representante da Ufeco, a superação dos programas anteriores que davam margem ao clientelismo, que davam margem a se utilizar do programa para benefício político.

Esse programa consegue colocar nas mãos da própria sociedade o exercício daquilo que está na Constituição: o direito à habitação, o direito à vida, o direito a ter um lugar para morar - ou seja, aquilo que deveria ser papel do Poder Executivo; afinal, é papel do Estado destinar às populações que mais precisam um lugar para viver, um lugar para bem morar.

Nesse sentido, eu gostaria de pedir o apoio dos representantes que estão na mesa (e gostaria de ouvir sua manifestação verbal, inclusive), principalmente com relação aos projetos que chegam e que forem de iniciativa de movimentos sociais, de iniciativa da população. Quando a população se organiza e consegue consolidar um projeto para si ou para seus pares, isso é o maior exemplo daquilo que a deputada Odete colocou, da independência, do tomar para si o direito à habitação.

Então eu gostaria, inclusive aproveitando aqui a publicidade desta audiência pública, de pegar o compromisso dos presentes no sentido de apoiar os movimentos sociais (como bem estavam presentes aqui a Ufeco, o pessoal da Panaia, da Ponta do Leal), de apoiar a iniciativa que venha da própria população na concretização de algum projeto habitacional.

Eu gostaria de saudar o Nelson Bittencourt aqui, que eu não tinha visto. Bom-dia.

Outro compromisso que eu acho muito importante firmarmos aqui é o de todos nos esforçarmos para conseguirmos terreno, para conseguirmos local para a construção de projetos habitacionais. A viabilização do local para se fazer essas construções é o grande entrave que a gente encontra, principalmente aqui na região da Grande Florianópolis. E a gente sabe que se formos pensar a habitação enquanto um direito provido pelo Estado, é o município, é o Estado, é a União que deveriam se comprometer, principalmente, em ceder terrenos, em ceder terra, para gente não precisar ficar comprando terra para fazer projetos habitacionais. São os municípios de Florianópolis, Palhoça, São José, Biguaçu, demais municípios do Estado, junto com o próprio governo estadual e a União que deveriam se esforçar em ceder terrenos para gente poder fazer a construção desses projetos habitacionais. Vou ressaltar aqui: de preferência, sendo de iniciativa de movimentos sociais.

Então, gostaria de solicitar o apoio e o compromisso de todos nesses dois sentidos: apoiar iniciativas que venham dos movimentos sociais, que ajudem na autonomia desses movimentos e da própria população, e também viabilizar, apoiar a busca de terrenos e de local para se fazer a construção dessas unidades habitacionais.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Obrigada.

Tenho mais umas perguntinhas aqui que vou passar para o superintendente.

(A senhora deputada Professora Odete de Jesus passa perguntas ao senhor Roberto Carlos Ceratto, superintendente da Caixa Econômica Federal.)

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Tem uma pergunta da Beatriz: "Essas famílias têm que estar no Cadastro Único?" Elas têm que estar, mas se não estiverem o município pode fazer a inclusão após as inscrições das famílias que serão beneficiadas.

Pergunta do senhor Estênio José de Souza: "Qual o início da execução dessa obra? O que devo fazer para aderir ao programa, visto que tenho três filhos que são maiores de idade e estão saindo de casa?" Na verdade, para aderir ao programa, se você estiver numa faixa de até três salários mínimos tem que ser direto na prefeitura. No caso aqui de Florianópolis é no Pró-Cidadão; nos demais municípios é na Secretaria da Habitação, geralmente.

Quanto ao início da execução das obras, alguns municípios aqui do nosso Estado já possuem área e já estão apresentando projetos. Nós estamos aí, na sequência, selecionando as construtoras e a obra vai iniciar logo em seguida. Em alguns outros municípios vai depender, obviamente, de toda essa articulação - como foi dito aqui, é importante envolver todos os entes.

Há mais perguntas?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Mas tem que ser só construído? Não pode ser terreno com casa pronta?")

Na faixa de até três salários mínimos tem que ser empreendimentos habitacionais organizados de forma coletiva.

Então, obviamente, vai ter que ser imóveis novos ou reformados... vamos dizer que se tenha algum espaço aí com um grande quantitativo de unidades que não está disponível para o uso, você pode, daqui a pouco, fazer a reforma. É isso, não é? Mas a aquisição, a compra em terreno isolado só é permitida para a faixa de renda acima de três salários mínimos.

Acima de três salários, a pessoa não necessariamente precisa ver a participação do Poder Público. Tendo renda e comprovando-a, a pessoa vai fazer a simulação do financiamento (e nessa faixa de renda também tem um subsídio do governo federal). Então, se o valor do imóvel estiver de acordo com a sua condição de financiamento, ela pode comprar, construir, reformar, ampliar, enfim, fazer o que deseja com esse terreno. Mas, na faixa de até três salários mínimos, tem que ser de forma coletiva e com a participação do Poder Público, inclusive na seleção das famílias.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Desculpem, só temos um microfone funcionando, perdoem-me.

Fará uso da palavra o senhor Felipe Augusto Teixeira, diretor de Habitação, neste ato representando a senhora Dalva Maria de Luca Dias, secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado de Santa Catarina.

O SR. FELIPE AUGUSTO TEIXEIRA - Apresento-me em nome da secretária Dalva Dias e em nome da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, sou o professor Felipe, diretor de Habitação naquela casa. Agradeço o convite feito pela deputada Professora Odete de Jesus.

Gostaria de enfatizar uma situação. Vivemos hoje, no Brasil, uma situação de cópia daquilo que é feito de forma positiva na história. Eu vejo isso quando entendo que, após a I Guerra Mundial, o governo norte-americano do presidente Roosevelt também, frente a uma crise mundial (a crise de 1929), procurou encontrar uma saída para driblá-la - e essa saída é intitulada *New Deal*, um plano de grandes obras públicas.

E o governo federal brasileiro, de uma maneira muito inteligente, vem procurar atender uma demanda, um déficit de aproximadamente oito milhões de moradias (isso é uma situação bastante grande), atacando o problema social, tentando atingir milhares de pessoas que estão envolvidas nessas várias famílias.

Então, não só pela iniciativa do Ministério das Cidades (como o Nildão ainda há pouco citava também), mas acho que o grande destaque positivo do governo federal com o Plano Minha Casa, Minha Vida é que ele vem também gerar empregos em cima de uma necessidade criada por uma crise e atender uma necessidade social.

Não quero ficar me estendendo muito aqui, mas na fala do Jair, da Ufeco, foi destacada também a situação de contornarmos a questão da burocracia, por ser este um plano bastante interessante, um plano com motivos bastante fortes que envolvem não só a questão da moradia, do endereço, mas a questão da dignidade humana. Como sou professor, sei de vários alunos cujas famílias têm problemas pelo fato de a criança não ter uma casa com dignidade - e a busca desse plano é também encontrarmos a dignidade, de maneira que sejam amenizados problemas de saúde, de educação e tantos outros mais. A dignidade é o grande remédio para todas essas questões, acredito eu.

Pensando na situação de um plano que venha a atender a demanda populacional, eu acredito que não precisamos ter a preocupação de contornar o problema da burocracia, mas, sim, de driblá-lo. Quando a gente contorna, pode ficar dando voltas em círculos... O centroavante (também aqui citado), quando dribla, parte para cima. Eu acho que a grande intenção, hoje, é nós partirmos para cima desse problema social enorme.

Em nome da Secretária, em nome da secretária - eu que dirijo a parte de Habitação, atualmente (nós estamos também em contato constante com a presidente da Cohab, Maria Darci, que tem sido nossa parceira) - nos colocamos à disposição para qualquer possibilidade de criação de políticas públicas que atendam a questão da habitação. Políticas que venham não só contornar, mas que venham, realmente, driblar e partir para cima desse déficit habitacional que Santa Catarina hoje tem, e que ultrapassa duzentas mil unidades habitacionais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Com a palavra o doutor Maurício Nehmkühl, neste ato

representando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção São José.

O SR. MAURÍCIO NEHMKUHL - Bom-dia a todos. Sou conselheiro da OAB de São José e em nome do doutor Joares Thives, nosso presidente, gostaria de homenagear a deputada Odete de Jesus pelo brilhante evento, estendendo o cumprimento aos demais membros desta mesa.

Gostaria de questionar o nosso supervisor da Caixa sobre uma questão importante e presente na maioria dos grandes centros dos grandes municípios, que é a das áreas de conflito, principalmente loteamentos clandestinos. Certamente isso não está incluído, exatamente, neste programa, mas tem um grave alcance social em todos os municípios. Nessas áreas de conflito - algumas estão sendo discutidas em âmbito judicial, outras são devidamente cadastradas pelo município, onde tem áreas construídas e áreas não construídas - há possibilidade de aproveitamento? É este o meu questionamento: há possibilidade de aproveitamento desse programa para atender essa população?

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Na verdade, Maurício, toda área é possível desde que a documentação, a situação legal dessa área esteja adequada, até porque nós vamos estar passando a titularidade desse imóvel a ser construído, a ser viabilizado, para a família. Ele precisa ter uma condição jurídica que permita a segurança para a família, também, ao pagar e ter a escritura definitiva do seu terreno, da sua casa, ao final do período.

Obviamente, teria que se avaliar essas áreas quanto à legalidade e, finalmente, se existe alguma solução possível, algum acordo possível nessa questão.

(*O senhor João Luiz de Oliveira manifesta-se fora do microfone: "Então, nesse sentido eu acho que é preciso uma parceria entre a prefeitura e a Câmara de Vereadores."*)

Com certeza...

(*O senhor João Luiz de Oliveira manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Com certeza, esse é o grande desafio. E veja, foi falado muito aqui em articulação, em vontade política - e não tenho dúvida de que todos os prefeitos estão empenhados em buscar uma solução que viabilize uma condição de vida melhor a essas pessoas. Até porque, pela condição que está ofertada, em nenhum outro momento nós tivemos uma condição igual muito propícia para resolver essas questões. Certamente, não é competência da Caixa estar fazendo essa gestão, essa articulação, mas nós estamos aí, sim, empenhados junto aos movimentos sociais, aos vereadores, ao Sinduscon, ao Ministério Público. Enfim, estamos tentando estruturar todo esse movimento, porque se não for assim vão passar os dois anos, os três anos, e em algumas cidades nós não vamos, daqui a pouco, nem atingir o objetivo das 24 mil unidades habitacionais - imaginem sequer o das 40 mil, o das 48 mil unidades.

Então, passa pelo que foi dito aqui pelo Ricardo, também, sobre essa necessidade de utilização de solo, também pelo que disse o Jair Batista sobre política de uso, plano diretor, enfim, todas essas questões. Mas nós estamos muito empenhados e vejo uma situação muito positiva junto aos municípios, Câmaras de Vereadores, para que os entraves sejam eliminados.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Agora a senhora Carla Bento, de Navegantes, fará uso da palavra. Por favor.

A SRA. CARLA BENTO - A dúvida seria quanto à seleção das construtoras. No caso, fica pela Caixa ou é uma função do município?

A segunda dúvida seria quanto ao prazo: existe prazo para a execução dos projetos e para as inscrições, enfim?

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Na verdade, em algumas situações o grande dificultador é encontrar a construtora. Mais difícil que ter critérios para a seleção, em muitos casos é ter construtoras que tenham interesse nessa faixa de renda, onde a rentabilidade é bastante reduzida - e é muito cômodo trabalhar em outras faixas de renda, onde a rentabilidade é muito maior. Então essa é a importância, e estamos trabalhando junto ao Sinduscon também para que a gente possa ter um grande número de construtoras.

Mas a seleção se dá por critérios técnicos, ou seja, tem as especificações mínimas desse empreendimento em termos do que é essa moradia, e havendo mais de uma construtora vai ser verificada a questão das especificações (quais melhorias, o que cada um está colocando nesse projeto e também o preço para a produção desse

imóvel). Não quer dizer que porque o máximo é 45, tenha que sair por 45. Se nós conseguirmos fazer por 40 ou por menos, vamos conseguir viabilizar mais apartamentos, a inclusão de mais famílias. Mas havendo mais construtoras, a seleção se dá por critérios técnicos da própria Caixa. Mas sempre (como é o caso de Blumenau aqui) nós tentamos fazer de forma conjunta isso para mobilizar o maior número de interessados.

Quanto ao prazo, vai depender do número de unidades, do solo, de uma série de questões. Logicamente, quanto menor mais adequado. Mas temos a equipe técnica (até está aqui o nosso gerente, o Azerbeck) que já tem uma experiência muito expressiva, e esse prazo é calculado dentro de um contexto, de uma realidade para que se construa no menor tempo possível, mas ao mesmo tempo dando condições à construtora para que ela realize naquele prazo. Então, geralmente, apartamentos são dez meses, um ano - é o tempo de tramitação de toda a documentação, aprovações e construção.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Muito bem.

Vamos ouvir agora o senhor José Teixeira Chaves, neste ato representando o prefeito de Joinville, senhor Carlito Merss.

O SR. JOSÉ TEIXEIRA CHAVES - Bom-dia a todos, bom-dia, deputada Odete de Jesus, Maria Darci, Ceratto, demais companheiros da mesa, companheiro Nildão.

Eu trago um abraço do Carlito e cito uma frase que o nosso vice-prefeito, o doutor Ingo, tem em seu gabinete: "Não sabendo que era impossível, ele foi e fez". Essa frase tem nos norteado porque quando nos foi apresentado o Minha Casa, Minha Vida... Eu até estava brincando com o pessoal da Caixa de Joinville, nós estamos... O programa não tem três meses, a MP ainda está para ser aprovada no Senado e Santa Catarina já caminhou muito nesse sentido, porque a gente acreditou na possibilidade do programa.

Quero trazer algumas experiências de Joinville. Antes de a gente entrar no Minha Casa, Minha Vida, quero falar que tenho ouvido aqui o pessoal discutir a questão da regularização fundiária em Floripa, Joinville, Blumenau... em qualquer lugar de Santa Catarina e no Brasil. Então eu queria propor para esta Comissão que a gente faça, quem sabe, algumas audiências públicas pelo Estado para discutir os instrumentos não tão novos - mas, talvez, novos para a nossa realidade de regularização fundiária que tem no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor. Existem vários instrumentos viáveis e possíveis para a gente discutir a regularização fundiária, então, talvez uma audiência pública por várias regiões do Estado caberia bem.

Em Joinville, nós temos 15 mil famílias inscritas. O déficit habitacional, segundo o IBGE, é de 8 mil famílias, e estimamos que o nosso déficit real seja de 25 mil famílias, além das 26 mil que hoje vivem em áreas irregulares e das mais de 1.800 famílias que vivem em áreas ambientais. Nós temos ousadia e vamos construir quatro mil moradias no programa Minha Casa, Minha Vida. Para isso, já está na Câmara um projeto de lei pelo qual vamos isentar todos os impostos municipais da construção: ISS, ITBI, IPTU. Isso não resolve o problema de construtora nenhuma, mas as incentiva.

O que as construtoras mais pedem é, como o valor do imóvel é baixo, rapidez nos trâmites burocráticos dentro das várias secretarias, dos institutos. Então, nós criamos em Joinville um selo Minha Casa, Minha Vida Joinville (eu sou o ponto de controle do programa), e a construtora, antes de entrar com o pedido das várias aprovações em qualquer secretaria, passa na Secretaria de Habitação e a gente carimba. Esse carimbo faz com que esse empreendimento tenha um caráter como se fosse público, e nós equiparamos a rapidez dele à mesma rapidez que exigimos da aprovação das obras do PAC - mesmo empreendimento acima de três salários mínimos.

Temos lá uma parceria muito boa com a Cohab. Vamos produzir alguns apartamentos e terrenos na Cohab, temos negociado áreas da União, e em algumas áreas de desapropriação, o município já entrou há alguns anos, agora vamos ter a felicidade de colher os frutos dessas desapropriações com recursos do Fundo Municipal de Habitação.

Trago aqui, até para aproveitar a presença do Nildão principalmente, mas caberia também para a Assembleia, algumas discussões. A primeira é que na MP as áreas do município que já receberam recursos federais, como o FNHIS e o PAC, não podem receber recursos do Minha Casa, Minha Vida dentro do zero a três [salários mínimos]. Isso para Joinville é ruim, porque nós temos duas áreas que a gente costuma brincar com a Caixa que são filés *mignon*, porque têm a infraestrutura pronta, só que foram feitas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e nós não podemos construir a casa de zero a três, podemos apenas construir de três a seis. Mas a gente quer construir de zero a três. Talvez isso esteja lá no Senado, e não sei se cabe mudança na medida provisória. Então, temos que discutir isso.

Outra discussão seria sobre a responsabilidade territorial. Está na Câmara já há bastante tempo a mudança da lei do parcelamento do solo, que não resolve. É comum todas as cidades de

Santa Catarina terem áreas de equipamento comunitário, só que o vereador aqui de Florianópolis sabe que muitas áreas que vieram de desmembramento ou loteamento são inferiores a 2 mil metros quadrados, e dificilmente dá para se construir equipamento comunitário numa área com essa extensão, como um posto de saúde, uma escola - em Joinville, a gente estima que no máximo uma creche. Portanto, abaixo de 2 mil metros quadrados não tem como se produzir equipamento comunitário.

Nós já encaminhamos à frente nacional dos municípios para que essas áreas inferiores a 2 mil metros quadrados sejam destinadas à produção de moradia de interesse social. Em Joinville, de acordo com o estudo que a gente fez de alguns bairros, conseguiríamos produzir oito mil moradias - e lá a gente pegou as áreas abaixo de 1.500 metros quadrados.

Nós não podemos fazer isso, até porque há um impeditivo na lei federal, mas esse debate da Lei de Responsabilidade Territorial está lá, e é bom a Assembleia participar e os movimentos sociais contribuírem também.

Temos necessidade de trocar muitas informações. Já recebemos do pessoal da Caixa de Blumenau o edital que produziram, e como temos uma grande área lá que é do município, vamos usufruir do edital de vocês e trocar informações.

Estamos à disposição das várias Secretarias de Estado, do movimento social. Confiamos muito nesse programa, e acentuamos que existem outros programas habitacionais, não só o Minha Casa, Minha Vida. E estamos esperando a abertura do edital do FNHIS, que ainda não abriu.

No mais, queremos desejar felicidade a todos, agradecer à deputada o convite e deixar um abraço afetuoso ao pessoal de Joinville e aos demais participantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. NELSON BITTENCOURT - Bom-dia a todos.

Estou representando neste ato o prefeito Dário Berger, que se encontra hoje na Espanha, amanhã em Portugal e depois vai para a Alemanha, onde participará do congresso sobre mobilidade urbana, de grande importância para a nossa cidade. Na sexta-feira, antes de viajar, ele me ligou e pediu que dissesse à deputada Odete que o município está totalmente integrado nessa causa, com representantes da Cohab, da Caixa Econômica, do Sinduscon, com o Nildão, o representante da secretária Dalva, o nosso vereador Ricardo, o Gão, também um batalhador incansável na questão construção.

O déficit hoje de Florianópolis está em torno de doze mil unidades, e, com esse projeto, a expectativa do município é construir aproximadamente mil casas, o que representa praticamente 10% do nosso déficit. Então, é lógico, como já foi comentado aqui pelo vereador Ricardo, pelo Gão, que a grande dificuldade de Florianópolis, deputada, é realmente a questão dos terrenos.

As áreas que poderiam ser doadas pelo governo do Estado são muito poucas; praticamente 70% da Ilha é área de preservação. Então, a gente tem tido dificuldade. Estamos com um projeto no Maciço do Morro da Cruz (e está aqui o Jair, que é componente do Conselho Gestor), e sabemos da dificuldade em relação ao projeto de habitação. Já foram feitas três licitações, que deram desertas. Infelizmente, os valores de referência para a construção dessas casas são valores de outras construções feitas em partes planas, e, como a Caixa precisava de um valor de referência, esses valores, no entendimento da nossa Secretaria, é que têm dificultado. Mas estamos fazendo alguns ajustes aí e vamos ter uma reunião nesta semana com a Caixa no sentido de viabilizar isso.

Sobre a questão dos terrenos, é exatamente aquilo: o sujeito tem um terreno grande e, quando sabe que o município quer comprá-lo para fazer um projeto habitacional, ele simplesmente dobra ou triplica o valor do terreno, o que acaba dificultando. Vocês, de Joinville, sabem a dificuldade que estão tendo, e aqui não é diferente.

Então, estamos aqui trazendo um abraço do nosso prefeito, deputada Odete de Jesus, e informando que o município está discutindo essa questão. Temos reuniões quase que semanais com as entidades e com a Caixa no sentido de realizar toda essa nossa grande meta, que é [construir] pelo menos 10%.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. ALVARO PINHEIRO - Bom-dia a todos.

Cumprimento e parabeno a deputada Odete, em nome do prefeito João Paulo Kleinübing e do nosso vice-prefeito Rufinus Seibt, que mandam um grande abraço para a senhora.

Cumprimento também a senhora Maria Darci, presidente da Cohab/SC, o senhor Roberto, superintendente da Caixa; o senhor Nildão, que representa a nossa senadora Ideli Salvatti, uma grande parceira do Estado de Santa Catarina, principalmente do Vale de Itajaí; o nosso amigo Rui, do Sinduscon, que hoje está muito presente nessa questão da habitação, voltada principalmente às pessoas de baixa renda - isso em Blumenau; o senhor Felipe, representante da Secretaria de Ação Social, Habitação e Trabalho.

Blumenau sofreu uma calamidade, uma catástrofe muito grande em novembro de 2008, ocasião em que nove mil famílias foram

atingidas por enxurradas, enchentes e deslizamentos de terra. Blumenau é especialista em enchente e enxurrada, mas em deslizamento de terra, não; e hoje teremos que nos especializar para manter o nosso cidadão, habitando ou não naquela área, naquele relevo, naquele declive acentuado.

Como Blumenau tem um relevo supercomplicado, não tem como construir hoje moradia horizontal para pessoas de baixa renda, deputada, então nós temos que verticalizar, e acho que esse é o mesmo caminho para Florianópolis e Joinville. Para tanto, temos que mudar a cultura, o comportamento do nosso cidadão, e tenho certeza que as prefeituras, o Estado e o governo federal têm políticas que podem desenvolver para auxiliar o nosso cidadão a morar num espaço vertical, num apartamento com dois quartos, que é o que a gente pode oferecer para essas famílias que não têm nada, que perderam tudo em Blumenau, ou para as famílias que não possuem uma habitação ainda.

Ficamos muito felizes - o governo federal e a Caixa Econômica - com esse programa. É numa crise que se cresce, e no dia 23 de novembro de 2008 vimos Blumenau totalmente destruído, com 9.000 famílias atingidas e 2.500 famílias sem habitação, que não poderão mais voltar ao seu local de origem. Imaginem só uma família morar durante cinquenta, sessenta anos num local e depois não poder mais voltar para a área em que habitava!

Então, a preocupação do município hoje é trazer moradia para essas 2.500 famílias que não têm mais habitação, que estão coabitando, que estão em moradias provisórias. Temos hoje 350 famílias que estão longe da casa delas, que estão morando em galpões e convivendo com pessoas desconhecidas - há cerca de 150 famílias morando nesses galpões. Mas é o que a gente pôde fazer, é o respeito que Blumenau, que o governo têm pelo nosso cidadão.

Estamos felizes porque compramos as dez áreas com recursos provenientes de doações das pessoas que se sensibilizaram com a catástrofe no Estado de Santa Catarina. Blumenau recebeu 8 milhões 239 mil desses recursos, e compramos dez áreas, onde vamos poder construir duas mil unidades habitacionais. Blumenau teve muita responsabilidade em adquirir essas áreas, e nós pulverizamos em todas as áreas do município de Blumenau, para não adensar. Também nos preocupamos, deputada, com equipamentos públicos. As nossas crianças vão ter creche, escola, energia elétrica decente, água e transporte coletivo.

E não se constroem casas num passe de mágica, como se pensa. A mídia tem nos cobrado isso diariamente, e hoje a rádio me ligou duas vezes perguntando quando iam sair as casas. As casas vão sair, sim. Tenho certeza absoluta que vamos ter um canteiro de obras no Estado de Santa Catarina, e em Blumenau duas mil moradias terão sua construção iniciada ainda este ano, não é, seu Roberto Carlos?

Tenho certeza absoluta disso, porque há iniciativas por parte do governo (porque é uma preocupação muito grande); há iniciativa privada; há parceria com o Siduscon, que nos propôs a doação de cinquenta unidades habitacionais em Blumenau e que vai poder organizar, controlar - o município só vai dar o terreno, todo o controle dos recursos será por parte do Siduscon. Há também iniciativa da Arábia Saudita, que doou para Blumenau 271 casas, e do Instituto Ressoar, que doou 110 unidades habitacionais. Então, acredito, sim.

Blumenau já sancionou um projeto de lei que desonera a carga tributária para moradias de pessoas de baixa renda. Também declarou essas dez áreas de Zona Especial de Interesse Social (Zeis). Além disso, temos iniciativas privadas: há duas construtoras em Blumenau que adquiriram os terrenos e vão iniciar a construção agora no segundo semestre. São mais 510 unidades habitacionais que vêm atender a nossa população.

Parabéns, deputada Odete, por essa iniciativa, e proponho à senhora que essa audiência pública sobre habitação ocorra anualmente, para que a habitação não seja esquecida. Que todos os anos haja projetos direcionados à habitação, principalmente para a população de baixa renda, que é a que mais sofre neste país.

Temos muitas famílias em Blumenau que recebem menos que um salário mínimo, outras que recebem um, dois, três. Então, tem demanda, sim. Os construtores podem realmente investir em Santa Catarina, porque tem uma demanda a atender.

(O senhor João Luiz de Oliveira manifesta-se fora do microfone perguntando se está havendo apoio do governo federal.)

Sim, total. Foram liberados os recursos, já há um canteiro de obras em Blumenau, já começou a reconstrução do município. As pontes estão sendo reconstruídas, bem como as estradas que foram danificadas, as encostas, os gabiões. Isso já está acontecendo também.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ROBERT KENNEDY LARA DA COSTA - Nós temos mais uma pergunta.

Fico contente em ouvir o secretário, porque Blumenau é minha terra natal. Eu me criei lá - só na Teka trabalhei durante quinze anos -, vivi as enchentes de 1983/1984, e ouvindo você falar aí, eu me via relembro aqueles momentos.

Claro que lá ninguém tem (e eu me incluo nisso) experiência com esses desmoronamentos de encostas que ocorreram. Tenho um apartamento em Indaial, ele é alto, e se a gente olhar os morros, vai ver que eles estão todos marcados hoje ainda, para a senhora ter uma ideia, deputada, de como foi trágico. E sem deixar de fora Gaspar, que foi muito atingido também.

Então, fico contente que esteja todo mundo mobilizado, assim como nós, que, na medida do possível, estamos apoiando o Siduscon de Blumenau no que for preciso. Na semana passada teve um senhor nos procurando aqui tendo em vista que ele está participando, parece-me, das licitações lá para construir, só que está com dificuldade de conseguir construtoras em Blumenau. Então, vocês veem que o problema não é só de Florianópolis, é de Blumenau também.

Foi-me passada uma pergunta aqui do senhor Marcos Raimundo Gentil, corretor de imóveis, que questiona o seguinte ao Siduscon: "Se as construtoras têm subsídios fiscais para serem contratadas e Santa Catarina tem, por que não se habilita?" *(sic)*

Na verdade, existe falta de construtoras e de mão de obra no mercado, principalmente nos grandes centros, como Florianópolis, Blumenau, Joinville e Balneário Camboriú. Então, o Siduscon está trabalhando muito no sentido de auxiliar na formação dessa mão de obra e na formação de novas construtoras, porque não é simplesmente pegar uma meia dúzia de pessoas, abrir uma construtora e sair construindo, existe todo um cuidado, senão daqui a pouco vamos ter obras aí com problemas sérios.

Então, acho que temos uma responsabilidade muito grande na formação, no apoio e no treinamento dessa mão de obra que será disponibilizada para essas novas construtoras, porque realmente temos carência de mão de obra.

Se a deputada me permite mais um minuto...

Gostaria de dizer que o Siduscon está empenhado. Há um setor chamado Seconci, que faz parte do Sistema Siduscon, que é o lado social da construção civil, pelo qual a gente vai fazer vistoria na obra e ver se ela está atendendo todos os requisitos. Também treinamos. Por exemplo, damos aos novos profissionais contratados por uma construtora filiada ao Siduscon um treinamento inicial, e também formamos mão de obra.

Esse setor está com um projeto para criar um selo de qualidade, e é bastante complicado, bastante complexo, porque na hora em que o Siduscon avaliza uma construtora, ele tem uma responsabilidade muito grande. Então, a gente ainda não tem formulada toda a necessidade básica para fornecer esse selo, mas é uma prioridade do Sistema Siduscon dentro da sua área social, que é o Seconci.

O presidente Hélio também me cobra - e colocou isso como meta - a criação de um instituto no sentido da formação de mão de obra para esse setor. Então, a gente está aí se empenhando, e não se sabe se vamos levar trinta dias ou um ano. Temos que nos habilitar ao programa de amparo ao trabalhador para ter recurso para esse fim, e isso tudo tem uma legislação a ser cumprida. Mas podem ter certeza de que a gente está se empenhando e procurando fazer o que é de nossa competência.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Com a palavra o superintendente da Caixa Econômica Federal, para fazer as suas considerações finais. E tenho certeza de que foi de muita valia esta nossa audiência pública.

O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO - Só queria fazer algumas considerações em relação ao que foi dito aqui.

Acho que já temos duas boas experiências aqui, que o Álvaro e o José nos trouxeram, e alguns municípios já estão dando bons passos nesse sentido, como é o caso de Joinville.

Os municípios fizeram a adesão, se comprometeram a reduzir impostos, a fazer toda essa discussão e facilitar o processo. Alguns já fizeram isso acontecer, como é o caso aqui de Joinville, em que o projeto de lei já está na Câmara; outros ainda estão numa discussão, mas é importante essa contrapartida do município.

Há também o tempo de aprovação, que é o ponto-chave no processo. A Caixa reduziu muito o seu tempo, comprometeu-se de em trinta dias dar aprovação em termos de viabilidade econômica, em termos de engenharia, de análise jurídica. Então, o tempo se reduziu significativamente. Alguns entraves vão surgir, mas sem nos aprofundarmos no processo, não vamos conhecer que alternativas poderemos viabilizar.

Também foi abordada aqui a questão da cultura em relação à verticalização. Muitas vezes a participação popular é muito importante, porque não adianta nós identificarmos e construirmos se em determinado momento a comunidade não quer ir para aquele local ou não gostaria de ir. Então, muitas vezes a coisa acaba emperrada em outros órgãos, por isso essa participação é fundamental.

Também em Blumenau, respondendo ao que o Gão perguntou, a Caixa teve uma participação muito importante, que foi a liberação do Fundo de Garantia. Foi viabilizado R\$ 1,3 bilhão em pouco tempo, o que fez uma diferença muito grande na economia dessa cidade.

No mais, quero agradecer a iniciativa e parabenizar a deputada, e coloco a Caixa à inteira disposição para que a gente possa discutir soluções e encaminhamentos, para que a gente não realize somente essas 24 mil [unidades habitacionais]. Em outros programas, o Estado sempre saiu à frente e conseguimos viabilizar um grande número de moradias para Santa Catarina, e acho que o sucesso desse programa vai depender obviamente do comprometimento de todos os atores envolvidos.

Parabenizo mais uma vez a iniciativa, e nos colocamos à disposição neste ou em outros espaços para discutir soluções.

Obrigado.

O SR. JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA - Estava pensando aqui que a gente precisa tomar cuidado para não acontecer com as construtoras que nem o Sinduscon, que tudo indica que vai ter uma grande parceria, um grande envolvimento nessa situação em Florianópolis, o que aconteceu na Panaia, que começou a todo vapor e, no final, ficaram faltando vinte casas.

O que me chama atenção - e a mesma coisa aconteceu na Transamazônica, todo mundo sabe da história - é o esforço que Florianópolis fez para receber a Copa do Mundo. Houve envolvimento da mídia, discussão, esse negócio todo, chamando atenção, financeiramente inclusive, com pedido no Exterior, para receber a Copa do Mundo aqui.

Então, parto do seguinte princípio: não existe a possibilidade (essa é uma ideia de zé povinho) de transformar essa força que houve para receber a Copa do Mundo [numa força] para fazer esse programa Minha Casa, Minha Vida e conseguir acabar... Sei que não vai acabar, mas trabalhar com mesma intenção que trabalharam para receber a Copa do Mundo a fim de que seja resolvido o problema da regularização fundiária e a gente ver se consegue diminuir não só 10% [do déficit habitacional], mas muito mais. Sigam o exemplo de Joinville, de Blumenau, para que seja feito um esforço hercúleo no sentido de que continue sendo trabalhada com mais ênfase a diminuição desse déficit habitacional.

Portanto, assim como foi houve toda uma mídia para trazer a Copa do Mundo, que todo mundo queria ver, que seja feito isso na parte da habitação - fazer um comparativo.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Professora Odete de Jesus) - Temos propostas para realizarmos outras audiências públicas, conforme sugeriu o representante da Prefeitura de Joinville, e que elas sejam feitas num momento em que a população possa participar, bem como os centros comunitários. Vamos levar essas propostas à apreciação da nossa Comissão, e, surgindo uma oportunidade, provavelmente faremos audiências públicas em outros municípios.

Quero agradecer ao superintendente da Caixa, que foi didaticamente extraordinário nas suas respostas e explicações, deixando a Caixa Econômica aberta para quem quiser mais esclarecimentos ou fazer seu cadastro; à minha companheira Maria Darci, presidente da Cohab, aqui representando o governador do Estado; aos demais senhores e senhoras. Se quiserem conversar conosco, estamos à inteira disposição.

Também agradecemos às taquígrafas e aos demais funcionários desta Casa.

Qualquer dúvida, procurem a Comissão de Legislação Participativa.

Um abraço bem grande, parabéns, e vamos à luta, porque a luta ainda continua.

Um bom dia para todos. (Palmas.)

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECA DA ALESC.

DATA: 10/08/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de agosto de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 29 de julho de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 083/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 020/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 05, 12, 13 e 14.

VIGENCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009**.

LOTE 05

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Un	Rolos De Master Risograph Rp - S 3550, Formato A3	Risograph	R\$ 196,38
02	Peca	Cartucho Tinta Preta P/ Máquina Risograph Rp-S 3310 Original, Novo de Primeiro Uso	Risograph	R\$ 98,97

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371

Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

3ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

LOTE 12

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Caixa	Grampo P/ Máquina Fotocopiadora Konica 7255, Ua9507640.	Konica Minolta	R\$ 238,68

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371

Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

3ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

LOTE 13

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peca	Toner Tn 401k P/ Copiadora Konica 7145, Original, Novo De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 333,25
02	Peca	Toner Tn 601k-Pc Usa 950-564 Konica 7255, Original, Novo de Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 320,36
03	Peca	Toner Tn 301, Konica 7022, Original, Novo De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 367,18

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371

Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

3ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

LOTE 14

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peca	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Modelo Konica 7022, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 743,81
02	Peca	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Konica Modelo 7255, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$1.232,37
03	Peca	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Konica, Modelo 7145, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 744,98

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371

Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO E REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 084/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 022/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificado no Lote 07 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.**

LOTE 07

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peca	Cd-R Gravável Com Capacidade De Armazenamento 700 Mb/80 Minutos, Compatível Com Todos Os Aparelhos De Reprodução E Gravação De Dados Com Capa Individual Em Acrílico	Maxprint	R\$ 1,00
02	Peca	Cd-Rw Regravável Com Capacidade De Armazenamento 700 Mb/80 Minutos, Face Não Gravável Fosca, Com Capa Individual Em Acrílico	Maxprint	R\$ 2,00
03	Peca	Dvd-R Gravável Com Capacidade De Armazenamento 8x, 4,7gb, 120 Minutos, Com Capa Individual Em Acrílico	Elgin	R\$ 1,15
04	Peca	Dvd-Rw Regravável Com Capacidade De Armazenamento 4x, 4,7 Gb, 120 Minutos, Com Capa Individual Em Acrílico	Trilha	R\$ 3,30

1ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO DE PAPELARIA LTDA.

Endereço: na Rua Fúlvio Aducci, nº 534, Estreito, Florianópolis/SC
CEP 88.075-000

Fone/fax (48) 3209-2780

E-mail licitacoesprogresso@yahoo.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 10.308.035/0001-46

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: LIVROS LUNARDELLI LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 085/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 023/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 11 e 15.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.**

LOTE 11

Item	Qde	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	160	Caixa	Grampo D2 Para Máquina Copiadora Canon 105, 0250º002 [Ad]	Canon	R\$ 165,00	R\$ 26.400,00
02	120	Caixa	Grampo 502c G1 Para Máquina Copiadora Canon 105, 6788a001 [Ac]	Canon	R\$ 450,00	R\$ 54.000,00
03	80	Caixa	Grampo Para Máquina Copiadora Canon Colorida, 0251a001aa	Canon	R\$ 220,00	R\$ 17.600,00
04	80	Caixa	Grampo Para Máquina Canon Vp 700 1008b001aa	Canon	R\$ 220,00	R\$ 17.600,00
05	80	Caixa	Grampo Para Máquina Canon Vp 700 1007b001aa	Canon	R\$ 650,00	R\$ 52.000,00
Valor total do lote						R\$ 167.600,00

1ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 2.987, São José/SC
CEP 88.103-400

Fone/fax (48) 3343-4444

E-mail homero@helioprint.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 01.084.671/0001-40

LOTE 15

Item	Qde	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	300	Peça	Toner Preto GPR-7 Para Copiadora Canon IR 105, 6748A003AA, Original, Novo e de Primeiro Uso.	Canon	R\$ 219,00	R\$ 65.700,00
Valor total do lote						R\$ 65.700,00

1ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 2.987, São José/SC
CEP 88.103-400

Fone/fax (48) 3343-4444

E-mail homero@helioprint.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 01.084.671/0001-40

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS P/ INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

Florianópolis, 22 de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 086/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 025/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lote 19 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.**

LOTE 19

Item	Unid	Material	Marca	Valor Unitário
01	Un	Cilindro Dr-500 (Kit Original Completo), P/ mpres. Brother Mfc 8820d	Brother	R\$490,88

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1523, de 22 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GUILHERME NOLASCO DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merísio).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1530, de 27 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA IZABEL DA SILVA BONI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1531 de 27 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANA APARECIDA VIEIRA LOPES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorginho Mello).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1532, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **PAULA MARIA DA SILVA**, matrícula nº 1403, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Serviços de Referência, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA, que se encontra em prorrogação de licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 13 de julho e 09 de setembro de 2009 (CGP - Coordenadoria da Biblioteca).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1533, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1959	Zila Falck Bortolini	30	10/07/09	1386/09
1889	Anita Maria Cardoso Vieira	60	12/07/09	1387/09
1239	José Carlos Oliveira	60	17/07/09	1388/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1534, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1373/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MIRIAM ALICE DE ATHAIDE FURTADO KRIEGER**, matrícula nº 1363, por 15 (quinze) dias, a contar de 06 de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1535, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1375/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **SÉRGIO ROGÉRIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 0620, por 30 (trinta) dias, a contar de 01 de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1536, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1374/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor **ANTÔNIO ORLANDO**, matrícula nº 1884, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1537, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **AUGUSTO EUGENIO WILDT**, matrícula nº 5969, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Liderança do PMDB).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1538, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARLISE DE OLIVEIRA GIRARDI**, matrícula nº 5521, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Rogerio Mendonça).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1539, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **CLAUDIOELI DA SILVA**, matrícula nº 2689, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Ismael dos Santos).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1540, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ALESSANDRO SANDRO TARZAN SILBERT CAMPOS DA SILVA**, matrícula nº 2701, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 21 de julho de 2009 (Deputado Ismael dos Santos).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1541, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULOVIK PIZZOLATTI DEBIASI**, matrícula nº 4397, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Jorginho Mello).
Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1542, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PAULOVIK PIZZOLATTI DEBIASI, matrícula nº 4397 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Jorginho Mello).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1543, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Edison Andrino).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1544, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROBERTO CARDOSO STRUVE, matrícula nº 5645, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Edison Andrino).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1545, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO**, matrícula nº 4934, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1546, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO, matrícula nº 4934 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1547, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA VIEIRA BRIGIDO**, matrícula nº 5598, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1548, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANA VIEIRA BRIGIDO, matrícula nº 5598 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Genesio Goulart).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1549, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
2177	Ana Maria Fadel Neves	20	20/07/09	1395/09
6025	Patrícia Daniela Reinert	15	20/07/09	1396/09

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1550, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ANTONIO QUIRINO GOULART**, matrícula nº 5719, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1551, de 27/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANTONIO QUIRINO GOULART, matrícula nº 5719 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de agosto de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***